

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

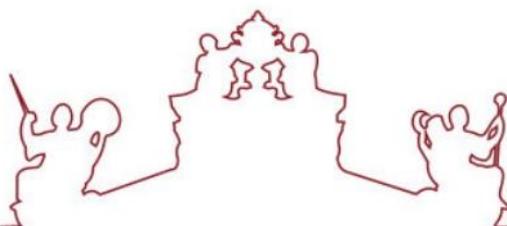
As Pousadas em Portugal: as intervenções nos edifícios históricos à luz das cartas e recomendações internacionais.

João Pedro Rosado Umbelino

Orientador(es) | Sofia Salema
Pedro Guilherme

Évora 2023





Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

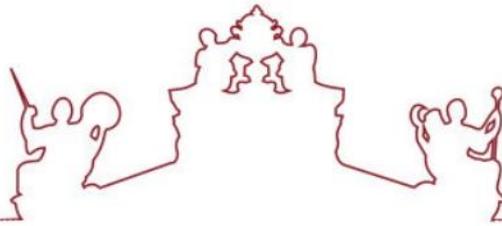
As Pousadas em Portugal: as intervenções nos edifícios históricos à luz das cartas e recomendações internacionais.

João Pedro Rosado Umbelino

Orientador(es) | Sofia Salema
Pedro Guilherme

Évora 2023





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | Jorge Duarte Sá (Universidade de Évora)

Vogais | Pedro Guilherme (Universidade de Évora) (Orientador)
Soraya Monteiro Genin (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) (Arguente)



Resumo

Esta dissertação tem como objetivo compreender como as normas e cartas internacionais foram tidas em consideração nas intervenções de adaptação de monumentos e sítios classificados como de elevado valor patrimonial, cultural e arquitetónico nas Pousadas de Portugal, na segunda metade do século XX, através da análise de um conjunto selecionado de casos de estudo

O desenvolvimento do trabalho procura perceber os processos históricos que levaram à implementação das Pousadas em Portugal, e a evolução destas intervenções através dos tempos, desde meados do século XX até aos nossos dias. Seguidamente, e após uma seleção dos casos de estudo conforme a sua importância, no que diz respeito ao modo de intervir no património, foi realizada para cada um dos exemplos, uma análise histórica do edifício, uma descrição da abordagem da intervenção defendida pelo arquiteto e uma breve descrição do edifício já adaptado à da sua nova função.

Após a análise de casos de estudo selecionados, estando estruturado segundo uma ordem cronológica dos projetos das intervenções, pretende-se estabelecer relações entre as pousadas estudadas clarificando o tipo de abordagem ao património, os distintos tipos de intervenções, as influências que umas exercem noutras e os métodos que as distinguem.

Nos casos das Pousadas a intervenção decorre em edifícios e conjuntos classificados, sendo considerados de elevado valor patrimonial, cultural e arquitetónico, envolvendo edifícios históricos, pelo que se procura valorizar todos os significados intrínsecos desse património, respeitar o edifício existente nas suas várias características físicas, ornamentais e históricas, viabilizando e compatibilizando as suas novas funções com a continuidade do objeto histórico.

Esta dissertação procura compreender de que modo as normas e cartas internacionais foram relevantes para o projetista e para o modo como interveio buscando identificá-las nos projetos realizados. Após a análise dos estudos de caso selecionados, estruturados pela ordem cronológica dos projetos de intervenção, é proposta uma relação entre as pousadas estudadas, os diferentes tipos de intervenções, os métodos de intervenção aplicados, as formas de os diferenciar, e as correspondências identificadas com as normas e cartas internacionais disponíveis à data dos projetos.

Os temas em debate centra-se na importância da teoria da conservação e do restauro, expressa através das normas e cartas internacionais, para a intervenção em património e garantir a manutenção da memória do passado para as gerações futuras.

Palavras-chave: Conservação, Reversão, Reabilitação, Intervenção no Património, Pousadas, Cartas

Abstract

TITLE: The Pousadas in Portugal: interventions in historic buildings in light of international charters and recommendations.

This dissertation addresses the theme of how the interventions in the Pousadas de Portugal in the second part of the 20th century dealt with the standards of international charters, taking into account the conservation and restoration of monuments and sites. The aim is to make a historical research that frames the implementation and the course of the reconversions of use throughout the Portuguese 20th century and the choice of notable case studies that allow a correct approach to the subject. The study falls on the cases of adaptation of heritage buildings to national inns, inserted in the second half of the twentieth century.

The development of the work seeks to understand the historical processes that led to the implementation of the pousadas in Portugal, and the evolution of this type of interventions through time, from the mid-twentieth century to the present day. Then, and after a selection of the case studies according to their importance, in what concerns the way of intervening in the heritage. Each example will be followed by a historical analysis of the building, a description of the architect's approach to intervention, and a brief description of the building already enjoying its new function.

The dissertation aims to research how the pousadas have dealt with the standards taking into account the historical evolution of pousadas in Portugal. After the analysis of selected case studies, being structured according to a chronological order of the projects of the interventions. The aim is to establish relationships between the studied inns by clarifying the type of approach to heritage, the different types of interventions, the influences that one exerts on the other and the methods that distinguish them.

The singularity that constitutes each historic building extends to the actions carried out in them, requiring a unique intervention method that values all the intrinsic meanings of the architectural heritage.

The aim of this dissertation is to examine how the pousadas deal with the rules, taking into account the historical evolution of pousadas in Portugal, and starting by contextualizing the historical context that led to the implementation of this particular program in Portugal. After the analysis of the selected case studies, the chronological order of the intervention projects is structured. It aims to establish the relationship between the studied inns, elucidate the types of heritage treatment methods, the different types of interventions the ways to differentiate them.

The topics to be discussed focus on the importance of heritage restoration as a tool to ensure the maintenance of memory. The memory of the past must be transferred to the future. In this sense, it is interesting to know how were the interventions in these historic buildings and how they dealt with the international charters and recommendations.

Keywords: Conservation, Reconversion, Rehabilitation, Heritage Intervention, Charters

Agradecimentos

Em especial à minha família, aos meus pais, à minha irmã, Francisco, primos, tios, avós, sobrinha e porque sem eles nada disto seria possível.

Aos meus orientadores, Professora Sofia Salema e Professor Pedro Guilherme, que me acompanharam sempre neste percurso.

À Direção Regional De Cultura Do Alentejo, ao arquivo de Évora, à Camara Municipal e ao arquivo de Alcácer do Sal.

Aos meus amigos, Yaroslav, Pedro, Luís, André, Miguel, Susana, Ângela, Diogo, Bruno, Eduardo, João, Edgar, Guilherme, António, Ana, Marta, Vanessa, Tonny, Francisco, Rita, Luana, Joana e muitos outros, por me terem sempre apoiado nesta fase.

E por fim, a todos aqueles, que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Lista de abreviaturas

CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direcção-Geral do Património Cultural
DGT	Direcção Geral do Território
DRCA	Direcção Regional De Cultura Do Alentejo
ENATUR	Empresa Nacional de Turismo, E.P
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IPA	Inventário do Património Arquitetónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
OMT	Organização Mundial de Turismo
PRACE	Programa Reestruturação da Administração Central do Estado
RCCTE	Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios
SEIT	Secretaria de Estado da Informação e Turismo
SNI	Secretariado Nacional Estado de Informação
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

Resumo	v
Abstract	vi
Agradecimentos	viii
Lista de abreviaturas.....	x
Índice	xi
Índice de Figuras	xiii
Índice de Tabelas	xv
Capítulo 1. Introdução	1
1.1. Pertinência.....	2
1.2. Objetivos.....	2
1.3. Estrutura	3
1.4. Metodologia	3
1.5. Estudos Anteriores Sobre as Pousadas.....	4
Capítulo 2. Cartas e Recomendações Internacionais.....	7
2.1. Conceito de Património Arquitetónico.....	7
2.2. Origem das Cartas e Recomendações Internacionais.....	7
2.3. Cartas e Recomendações Internacionais.....	8
2.3.1. Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos (1931)	11
2.3.2. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (1964)	12
2.3.3. Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído (2000)	14
2.3.4. Convenção de Faro quadro do Concelho da Europa relativa ao valor do património cultural para sociedade (2005).....	15
Capítulo 3. Análise dos Casos de Estudo.....	17
3.1. As Pousadas	17
3.2. Evolução Histórica das Pousadas.....	17
3.2.1. Contextualização.....	17
3.2.2. A Tutela	27
3.2.3. Turismo Cultural.....	28
3.3. Programa Turístico das Pousadas	34
3.3.1. Adaptação de Monumentos Históricos em Pousadas	34
3.4. Fase I [1950-1989]	37
3.4.1. Évora Pousada dos Lóios [1957-1963].....	37
3.4.1.1 Enquadramento histórico.....	37
3.4.1.2 Descrição do conjunto edificado	38
3.4.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada.....	38

	3.4.1.4 Autor do projeto de adaptação	38
	3.4.1.5 Análise da intervenção efetuada	39
	3.4.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção	40
	3.4.1.7 Elementos fotográficos depois da intervenção	41
	3.4.1.8 Ortofotomapa	42
	3.4.1.9 Evolução da construção	43
	3.4.1.10 Elementos gráficos.....	44
3.5.	Fase II [1989-1996]	49
3.5.1.	Crato Pousada Flor da Rosa [1990-1995]	50
	3.5.1.1 Enquadramento histórico	50
	3.5.1.2 Descrição do conjunto edificado	51
	3.5.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada.....	52
	3.5.1.4 Autor do projeto de adaptação	53
	3.5.1.5 Análise da intervenção efetuada	53
	3.5.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção	55
	3.5.1.7 Elementos fotográficos durante da intervenção	56
	3.5.1.8 Elementos fotográficos depois da intervenção	57
	3.5.1.9 Ortofotomapa	58
	3.5.1.10 Evolução da construção	59
	3.5.1.11 Elementos gráficos.....	60
3.6.	Fase III (1997-2003)	65
3.6.1.	Vila Viçosa Pousada D. João IV [1993-1997]	65
	3.6.2.1 Enquadramento histórico	65
	3.6.2.2 Descrição do conjunto edificado	66
	3.6.2.3 Descrição do espaço afeto a pousada.....	66
	3.6.2.4 Autor do projeto de adaptação	67
	3.6.2.5 Análise da intervenção efetuada	67
	3.6.2.6 Elementos fotográficos durante a intervenção	70
	3.6.2.7 Elementos fotográficos depois da intervenção	71
	3.6.2.8 Ortofotomapa	72
	3.6.2.9 Evolução da construção	73
	3.6.2.10 Elementos gráficos.....	74
3.6.2.	Arraiolos Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997]	79
	3.6.1.1 Enquadramento histórico	79
	3.6.1.2 Descrição do conjunto edificado	79
	3.6.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada.....	79
	3.6.1.4 Autor do projeto de adaptação	79
	3.6.1.5 Análise da intervenção efetuada	79
	3.6.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção	83
	3.6.1.7 Elementos fotográficos depois da intervenção	84
	3.6.1.8 Ortofotomapa	85
	3.6.1.9 Evolução da construção	87
	3.6.1.10 Elementos gráficos	89
3.6.3.	Alcácer do Sal Pousada D. Afonso II [1995-1998]	94
	3.6.3.1 Enquadramento histórico	94
	3.6.3.2 Descrição do conjunto edificado	94
	3.6.3.3 Descrição do espaço afeto a pousada.....	94
	3.6.3.4 Autor do projeto de adaptação	96
	3.6.3.5 Análise da intervenção efetuada	96
	3.6.3.6 Elementos fotográficos antes da intervenção	99
	3.6.3.7 Elementos fotográficos durante a intervenção	101

	3.6.3.8 Elementos fotográficos depois da intervenção.....	104
	3.6.3.9 Orotofotomapa	105
	3.6.3.10 Evolução da construção	107
	3.6.3.11 Elementos Gráficos	108
Capítulo 4.	Cartas e Recomendações Internacionais em Relação às Pousadas.....	113
4.1.	Évora. Pousada dos Lóios [1957-1963]	115
4.2.	Crato. Pousada Flor da Rosa [1990-1995]	118
4.3.	Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997].....	120
4.4.	Arraiolos. Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997].....	123
4.5.	Alcácer do Sal. Pousada D. Afonso II [1995-1998].....	127
Capítulo 5.	Considerações Finais.....	129
Capítulo 6.	Bibliografia	131
6.1.	Sites	132

Índice de Figuras

Figura 1-	Mapa de Portugal com a localização das principais pousadas.....	36
Figura 2-	A Pormenor do interior da igreja: campa de bronze; B Túmulo na Igreja de São João Evangelista; C Tribuna na Igreja de São João Evangelista; D Pormenor do claustro; E Baldaquino com as armas da família Melo, junto ao portal da Igreja de S. João Evangelista; F Portal da Sala do Capítulo; G Pormenor do claustro; H Pórtico do Convento dos Loios.	40
Figura 3-	A Igreja de São João Evangelista e Pousada dos Loios; B Esplanada; C Recepção; D Restaurante; E Corredor do acesso aos quartos; F Bar; G Vista do primeiro andar para os claustros; H Pormenor do claustro.	41
Figura 4-	Ortofotomapa.....	42
Figura 5-	Plantas do Piso 0.Evolução da construção: até ao século XVIII, até ao século XX e presente.....	43
Figura 6-	Planta do Piso 0	44
Figura 7-	Planta do Piso 1	45
Figura 8-	Corte Transversal	47
Figura 9-	Alçado Principal	48
Figura 10-	A Edifício pré-existente. Vista Oeste; B Edifício pré-existente. Fachada do Convento; C Edifício pré-existente. Fachada do Convento; D Edifício pré-existente. Fachada principal; E Vista do primeiro andar para os claustros; F Vista Este do Convento; G Pormenor de uma entrada lateral do convento. Vista Norte; H Pormenor do claustro.....	55
Figura 11-	A Piso intermédio (construção de dois quartos): estrutura; B Piso intermédio (construção de dois quartos): colocação de pavimento; C Construção da ala nova; D Escavação para construção do elevador; E Construção / recuperação de coberturas; F Recuperação de coberturas; G Recuperação da torre; H Construção da ala nova.	56
Figura 12-	A Fachada principal; B Claustro; C Pormenor no claustro; D Zona do claustro; E Vista para a zona dos quartos e para a piscina; F Vista oeste da Pousada.....	57
Figura 13-	Ortofotomapa.....	58

Figura 14- Plantas do Piso0. Evolução da construção, século XII / XIV, segunda metade do século XIV, Reparções (data incerta, depois de 1521) e presente.	59
Figura 15- Planta do Piso 0.....	60
Figura 16- Planta do Piso 1.....	61
Figura 17- Corte Longitudinal.....	63
Figura 18- Alçado Principal.....	64
Figura 19- A Edifício pré-existente. Pormenor das colunas do claustro; B Edifício pré-existente. Corredor do primeiro andar na zona dos claustros; C Edifício pré-existente. Entrada.	83
Figura 20- A Fachada principal; B Zona sul; C Claustro; D Pormenor do claustro; E Zona da piscina; F Pátio principal; G Vista do primeiro andar do claustro.	84
Figura 21- Ortofomapa.....	85
Figura 22- Plantas do Piso 0. Evolução da construção: até ao seculo XVIII, até ao seculo XX e presente.	87
Figura 23- Planta do Piso 0.....	89
Figura 24- Planta do Piso 1.....	91
Figura 25- Alçado Principal.....	93
Figura 26- A Vista exterior (lado poente) e Torreão Norte; B Ala nova. Parede em ruína e chaminés; C Fachadas Poente e Sul; D Vista geral (lado poente) e Torreão Norte; E Ala Nascente / Sul; F Ala Poente. Vista interior.	70
Figura 27- A Fachada principal; B Lado poente; C Zona do claustro; E Sala de estar; F Jardim; G Pormenor do claustro; H Corredor de acesso aos quartos.	71
Figura 28- Ortofotomapa	72
Figura 29- Plantas do Piso 0. Evolução da construção: até ao seculo XVIII, até ao seculo XX e presente.	73
Figura 30- Planta do Piso 0.....	74
Figura 31- Planta do Piso 1.....	75
Figura 32- CorteTransversal	77
Figura 33- Alçado Principal.....	78
Figura 34- A Vista de conjunto; B Mosteiro e cobertura do claustro; C Claustro; D Igreja em ruína; E Muralha do castelo; F Escavações; G Vista de conjunto.....	99
Figura 35- A Escavações perto do Mosteiro; B Mosteiro em ruína; C Mosteiro em ruína; D Edifício em ruína.	100
Figura 36- A Claustro / estrutura museu; B Castelo e mosteiro: obra; C Arranjos no Mosteiro; D Estrutura da cobertura da Igreja; E Reconstrução da zona Este; F Demolir habitação abandonada; G Reconstrução da muralha; H Vista geral da obra.	101
Figura 37- A Claustro / ampliação; B Reconstrução de uma zona do claustro; C Arranjos no Mosteiro; D Numa fase mais avançada. Arranjos na zona norte da pousada; E Reconstrução da zona lateral da Igreja; F Reconstrução da muralha.	102
Figura 38- A Reconstrução da muralha; B Obra: coro-alto; C Construção nova / mosteiro; D Claustro: piso 0; E Claustro / Construção nova; F Reconstrução de um dos arcos; G Novo acrescento do Mosteiro; H Claustro / construção nova.	103
Figura 39- A Fachada principal; B Igreja vista por fora; C Zona exterior perto das muralhas; D Claustro; E Igreja por dentro; F Zona da piscina.	104
Figura 40- Ortofotomapa	105
Figura 41- Plantas do Piso 1. Evolução da construção: até ao seculo XVIII, até ao seculo IX e presente.	107

Figura 42- Planta Piso 0	108
Figura 43- Planta Piso 1	109
Figura 44- Corte Longitudinal	111
Figura 45- Alçado Principal	112

Índice de Tabelas

Tabela 1- Cartas e Convenções Internacionais	169
Tabela 2- Pousadas existentes até ao ano de 2005	22
Tabela 3- Cartas respetivas para cada fase	113
Tabela 4- As cartas que melhor correspondem para cada projeto	114
Tabela 5- Pormenorização das cartas sobre a Pousada dos Lóios	116
Tabela 6- Pormenorização das cartas sobre a Pousada dos Lóios	1164
Tabela 7- Pormenorização das cartas sobre a Pousada Flor da Rosa	119
Tabela 8- Pormenorização das cartas sobre a Pousada D. João IV	121
Tabela 9- Pormenorização das cartas sobre a Pousada D. João IV	122
Tabela 10- Pormenorização das cartas sobre a Pousada da Nossa Sra. da Assunção	125
Tabela 11- Pormenorização das cartas sobre a Pousada D. Afonso II	128

Capítulo 1. Introdução

O objeto de estudo desta dissertação são as Pousadas de Portugal em Portugal, procurando-se compreender como foram realizadas as intervenções de adaptação nestes edifícios históricos a empreendimentos turísticos e quais os contributos das cartas e recomendações internacionais nessas intervenções e para as suas novas funções. Com o tema sobre a intervenção em edifícios classificados e a sua nova função, neste caso no contexto das Pousadas, onde foi criado um programa em 2016 com 33 propriedades, para apoiar a recuperação e requalificação de propriedades públicas classificadas como inutilizadas e para permitir o uso privado para fins turísticos, o programa Revive.

A dissertação resulta de dois momentos iniciais essenciais, sequencialmente, que permitem a concretização deste trabalho: primeiro, a realização de uma pesquisa histórica sobre todas as pousadas de Portugal; segundo, a seleção dos casos de estudo que melhor permitem uma melhor sistematização da abordagem ao tema.

Quanto à seleção dos casos de estudo foi realizado inicialmente um levantamento, sendo posteriormente selecionados 5 com mais relevância e proximidade territorial. No que diz respeito ao levantamento e à pesquisa histórica, esta centra-se na evolução das pousadas em Portugal a par do contexto político, económico e social do país, assim como do percurso da arquitetura portuguesa, desde a implementação do primeiro exemplo de adaptação de usos a pousadas até à atualidade. Tendo em consideração que estas intervenções se realizam sobre o património edificado, são também estudadas as políticas de reabilitação e intervenção no património, assim como os momentos em que foram implementadas em Portugal, os benefícios e as restrições que cada uma traria para a manutenção dessa herança edificada.

A seleção de casos de estudo identificou exemplares no Alentejo que são consideradas referências nacionais ao nível da implementação das melhores práticas de intervenção à data. Algumas destas pousadas são internacionalmente reconhecidas, no domínio das intervenções patrimoniais e no conjunto de obras dos seus autores, tanto pela experimentação e inovação da sua abordagem como pela exemplaridade da preservação da importância histórica associada a estes edifícios a par da resolução do programa funcional. De modo geral destacam-se hoje pela qualidade arquitetónica da intervenção efetuada que contribuiu para a sua valorização, atualização do seu valor histórico e continuidade da memória.

Por se tratar de arquitetura, e desta requerer a vivência do espaço que a define, foram realizadas visitas a cada um dos casos de estudo selecionados, para uma melhor compreensão do impacto e da dimensão que estas obras proporcionam, ao utilizador do novo espaço e na sua envolvente.

As normas internacionais sobre o património arquitetónico e arqueológico podem agrupar-se da seguinte forma: as convenções, tratados, os pactos; as recomendações; as resoluções do Conselho de Europa; e as restantes ações como conclusões de encontros, cartas, orientações, princípios, declarações e normas.

Recentemente assistimos, em Portugal, a um esforço de divulgação dos principais textos normativos internacionais sobre o património arquitetónico e arqueológico. Verifica-se uma maior influência dos textos normativos produzidos pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, que, desempenham desde o seu início um papel preponderante no estudo, reflexão e divulgação de normas técnicas e jurídicas orientadoras do esforço dos estados na sua vasta responsabilidade de deteção e conservação dos testemunhos físicos do passado.

Os princípios divulgados por estas organizações encontraram eco juntos responsáveis pelas políticas culturais no nosso país, influenciado diretamente, quer a legislação nacional, quer a prática diária dos arquitetos. Paralelamente, ocorre, em virtude do cada vez maior número de intervenções de restauro de monumentos em diversos países, e com base na experiência prática destes em monumentos, a progressiva e

continuada construção de princípios de intervenção que irão influenciar decisivamente o conteúdo das normas internacionais adotadas a partir de 1946.

A Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964) são, os dois textos internacionais de maior “relevância” junto dos técnicos de conservação e restauro. Para além das questões diretamente relacionadas com os monumentos da cidade de Atenas, a reunião de 1931 debateu uma série de temas que ainda são relevantes para os técnicos que tem a seu cargo a proteção e restauro dos bens culturais: a introdução de diferentes proteções legislativas e preservação de monumentos artísticos e históricos; o restauro de monumentos; a degradação pela passagem do tempo e influência de fatores atmosféricos; monumentos e o seu envolvente; a necessidade de normas legais de proteção e preservação de monumentos adequadas a cada país ou realidade sociocultural.

Neste estudo relacionam-se as principais normas, convenções e recomendações produzidas desde 1931 e constatamos que houve uma evolução da perceção sobre o património arquitetónico e arqueológico. A velocidade da transformação urbana, o desenvolvimento das cidades num ritmo sem precedentes na história da humanidade e as profundas mudanças nas paisagens rurais levaram as pessoas a responder e tentar repensar o seu futuro. No entanto, apesar da evolução das abordagens e conceitos patrimoniais, as práticas e ações específicas têm sido mais lentas na mudança. Os meios humanos, técnicos e financeiros não acompanham a velocidade da produção intelectual. A progressiva expansão do conceito de património só pode ser abordada por uma correspondente ampliação da participação da sociedade na construção de modelos ecológicos e de desenvolvimento na prática.

Visto isto, com base nos vários temas estudados e interpretados anteriormente foram selecionadas como caso de estudo para esta dissertação cinco pousadas - Pousada dos Loios, Évora; Pousada da Flor da Rosa, Crato; Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos; Pousada de D. João IV, Vila Viçosa; Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal, que para além da sua relevância e exemplaridade para o estudo se encontravam relativamente próximas. Foram efetuadas várias visitas visando compreender as intervenções e detetar indícios da implementação das normas, cartas e convenções pelos autores dos projetos, que se apresentam em quadros no quarto capítulo.

1.1. Pertinência

Considerando o património edificado como um conjunto de camadas e fases de construção sobrepostas, resultantes da necessidade de atualização funcional ou da conjugação de gostos, é para nós pertinente, nesta fase final de aquisição de conhecimentos, procurar perceber como essas sobreposições são trabalhadas e mantidas no processo de intervenção.

A reutilização de edifícios, sejam estes históricos e de valor cultural, ou menos significativos, com as suas inerentes adaptações funcionais, com o ideal da criação de obras de cariz contemporâneo, implica um conhecimento específico e aprofundado das cartas, convenções e recomendações internacionais e nacionais, de caráter teóricas mas com implicação prática, que possibilitam a todos os arquitetos a tomada de decisão de projeto mais adequada à intervenção. Esta investigação aprofunda esse conhecimento, sistematizando uma abordagem de análise pertinente.

1.2. Objetivos

A dissertação tem como objetivos examinar como as pousadas, durante as várias intervenções que foram sujeitas, lidam com as cartas e recomendações internacionais. Tendo em conta o desenvolvimento histórico das pousadas em Portugal, começa-se por contextualizar o contexto histórico que levou à implementação deste programa particular em Portugal. Após a análise dos casos de estudo selecionados, eles são estruturados conforme a ordem cronológica dos projetos de intervenção. Pretendeu-se através do estudo

dos projetos das pousadas estudadas, clarificar os vários tipos de abordagens ao património, os diferentes tipos de intervenções, os efeitos das cartas nas intervenções realizadas e os métodos que os diferenciam.

O tema a abordar centra-se na importância do património como ferramenta para garantir a preservação da memória. Uma memória que deve ser transportada para o futuro. Nesse sentido, podemos examinar a questão da conversão de uso como meio de intervenção no património edificado, que nos possibilita a reutilização de edificações antigas na sociedade atual. A reconversão de uso é entendida como uma intervenção que visa reaproveitar um acervo arquitetónico protegido, restaurá-lo e dar-lhe um novo uso.

Este trabalho procura combinar teoria e prática de forma produtiva, através do estudo de cinco pousadas: Pousada Convento dos Loios, Évora; Pousada da Flor da Rosa, Crato; Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos; Pousada de D. João IV, Vila Viçosa; Pousada de D. Afonso II, Alcácer do Sal.

Procura estabelecer a relação entre os casos de estudo e ilustrar métodos, impactos, semelhanças e diferenças, agrupados por filosofia de intervenção, e a forma como estas, lidaram com as cartas e recomendações internacionais. Com esta investigação, procurou-se contribuir para a resposta a algumas das questões do atual quadro de investigação, nomeadamente o estudo da arquitetura e a análise comparativa do seu carácter e estado de conservação.

1.3. Estrutura

Após a presente introdução a dissertação divide-se em três partes distintas.

Um capítulo referente às “Carta e Recomendações Internacionais” que consiste na apresentação das cartas, normas, conceitos, e as principais técnicas usadas, numa ótica da evolução histórica da teoria de intervenção. Procurou-se compreender as estratégias portuguesas de proteção do património cultural, e todo o seu quadro normativo, que se têm apoiado, nas últimas décadas, nos consensos internacionais promovidos sobretudo pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS. Os textos internacionais com maior influência na Lei do Património Cultural Português e na prática diária da conservação do património cultural são o conjunto de convenções internacionais ratificadas pelo nosso país.

Seguidamente desenvolve-se em capítulo próprio “Análise dos Casos de Estudo” que consiste na contextualização dos antecedentes históricos que levaram à implementação deste programa particular das Pousadas. Que identifica a seleção e análise de casos de estudo, estando estruturado segundo uma ordem cronológica dos projetos das intervenções.

O capítulo seguinte referente às “Cartas e Recomendações Internacionais em Relação às Pousadas” pretende estabelecer relações entre as pousadas estudadas, clarificando o tipo de abordagem ao património, os distintos tipos de intervenções, as influências que umas exercem e os métodos que as distinguem. E, ainda, de que forma os arquitetos lidaram com as cartas internacionais nas suas intervenções.

A dissertação conclui com “Considerações Finais” que procuram refletir e atingir os objetivos inicialmente propostos.

Em termos gráficos optou-se por apresentar as imagens presentes na dissertação, ligadas às pousadas, são indicadas, em grupo, respetivamente, pela seguinte ordem: esquerda para a direita e de cima para baixo.

1.4. Metodologia

O presente estudo iniciou-se com a recolha, leitura e análise das cartas e recomendações bem como das investigações já realizadas sobre as pousadas, através de uma investigação bibliográfica nos

repositórios das principais universidades nacionais com foco em documentos apresentados e defendidos já neste século.

Seguiu-se uma fase de análise e seleção dos casos de estudo que melhor possibilitassem uma abordagem adequada do tema e uma seleção das cartas e recomendações internacionais mais importantes para a análise e conhecimento sobre o seu uso nos projetos selecionados.

Efetuaram-se visitas a cada um dos casos de estudo selecionados várias vezes ao longo da investigação para registar, compreender ou corroborar as informações, recolhidas sobre as intervenções e detetar indícios da aplicação das cartas e convenções pelos seus autores.

Para melhor compreender e analisar os projetos foram consultados os documentos existentes nos vários arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Enatur, Pousadas de Portugal, E.P., assim como artigos publicados pela imprensa.

No que diz respeito à recolha de informação existente desenvolvida baseamo-nos no arquivo da DGPC/DRCA, mas demos, continuidade à recolha in situ do conhecimento necessário à medida que este trabalho se desenvolveu.

Apesar dos estudos encontrados sobre o assunto, verificou-se que a documentação que estava disponível era muito escassa. Tentou-se obter o apoio dos arquitetos autores e dos ateliers envolvidos para recolher a máxima informação, bem como desenhos técnicos, mas, infelizmente, não se obteve resposta positiva.

1.5. Estudos Anteriores Sobre as Pousadas

O tema das Pousadas de Portugal já se encontra tratado com alguma profundidade por um conjunto de investigadores, pelo que, as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho são teses de mestrado, doutoramento, artigos e notícias, com publicação a partir do ano 2000.

Os dois primeiros estudos dedicados ao tema da pousada deste século, que consideramos relevantes, surgiram em 2001 e 2003. Refletem sobre o conceito de património e os aspetos inovadores que representam: que fala sobre três intervenções em imóveis classificados convertidos em Pousadas, da Mariana Viterbo Brandão (Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro), e Fernando Rui Alberto Rosado Correia que realiza um estudo que compara alguns conventos convertidos em Pousadas de Portugal.

Em 2004, Susana Sofia Silva Santos Barbosa Cunha desenvolve a sua dissertação sobre “As Fortificações de Estremoz. História, Arquitetura e Restauro. A Adaptação do Castelo a Pousada”, onde faz uma análise crítica de algumas intervenções no Século XX¹ da DGEMN. Descreveu a transformação e proteção do castelo para albergar a Pousada. Em 2006, Susana Lobo Pousadas de Portugal, na sua dissertação “Reflexões sobre a Arquitetura Portuguesa do Século XX”, faz uma abordagem temática das pousadas, destacando a sua evolução e contextualiza a sua linhagem. Em 2008, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Venda, na sua dissertação “Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património”, apresenta um estudo sobre as adaptações de edifícios patrimoniais a pousadas nacionais, inseridos na segunda metade do século XX em Portugal.

Já em 2009, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes Vaz desenvolve a sua dissertação sobre “Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro”, em que faz uma análise destes dois casos de estudo e procura articular propósitos e diretrizes de integração com intervenções patrimoniais através das obras. No mesmo ano surge a dissertação de Ana Isabel Pais Salvador - Estudo de

¹ Edição Notícias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006. A monografia baseia-se no exame final do curso de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, defendido a 5 de fevereiro de 2002.

Reconversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada – que aborda em pormenor a pousada de Arraiolos e a pousada do Crato.

Mais tarde, em 2013, Isabel Cristina Figueira Sousa realizou a dissertação com o título “Intervir no Património: Reconversão do Hospital do Desterro em Unidade Hoteleira”, que estudou em pormenor a pousada do Crato. No ano seguinte (2014) salienta-se o trabalho realizado por Fábio Cristiano Ferreira Pinheiro - Património e Pousadas, Uma intervenção arquitetónica no Santuário de Nossa Senhora do Crato - em que é feito um estudo relativamente às cartas e recomendações internacionais relativamente à pousada do Crato. No mesmo ano surge a dissertação de Elsa Maria Alves Almeida - Reconversão do património: o caso das pousadas de Portugal - que mostra como a pousada do Crato evolui durante os tempos.

Em 2015, Ana Carolina Lourenço Rodrigues desenvolve a sua dissertação - Pousadas de Portugal, A Repositioning and Differentiation Strategy – em que esclarece como as pousadas de Portugal ficaram a pertencer ao grupo Pestana. No mesmo ano, Anita Alves Pimenta - Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente - aborda como vários edifícios antigos abordam as cartas internacionais.

Finalmente, uma dissertação mais recente, já em 2018, desenvolvida por Luís André Lopes Barreto Gomes - Arquitetura religiosa como paradigma: potencialidades dos mosteiros, o caso de Évora - estudou em pormenor a pousada de Arraiolos.

Capítulo 2. Cartas e Recomendações Internacionais

2.1. Conceito de Património Arquitetónico

A proteção e valorização do património arquitetónico são fatores chave no processo de qualificação urbana dos espaços urbanos e rurais, contribuindo para o desenvolvimento económico e cultural e revelando-se como um meio privilegiado de coesão social. Da mesma forma, o património no meio rural, com o meio natural, vem ganhando cada vez mais interesse e conquistando o seu espaço inegável na produção de uma cultura patrimonial mais inclusiva. A proteção do património é, portanto, uma dimensão fundamental na definição e aplicação dos instrumentos de planeamento e gestão urbana.

O património arquitetónico, edificado, incluindo aspetos do ambiente resultante da interação entre pessoas e lugares ao longo do tempo, é uma fonte de fundamental importância para a identidade coletiva e um facto de diferenciação e valorização territorial que deve ser preservado e legado às gerações vindouras.

A sua preservação, valorização e divulgação tem potencial de projeção local, regional, nacional e, em casos específicos, global, podendo atrair diferentes públicos pelas diferentes vertentes associadas à sua utilização, tendo em conta a diversificação dos valores afins; histórico, urbano, arquitetónico, etnográfico, social, industrial, técnico, científico e artístico. As intervenções no património cultural, seja ele edificado, devem assim, numa abrangente e exigente operação técnica multidisciplinar, determinando a futura utilização pública de monumentos, conjuntos ou locais únicos.

2.2. Origem das Cartas e Recomendações Internacionais

As normas, nomeadamente as convenções internacionais sobre o património dão-nos uma dimensão do estado atual do pensamento teórico coletivo sobre conservação do património. Elas devem ser entendidos como resultado e síntese das discussões realizadas por especialistas que tratam de diversos aspetos do conhecimento sobre os valores do património material e imaterial. O significado da carta e da convenção está na expressão unânime da comunidade científica no que diz respeito aos conceitos e métodos de intervenção no património, especialmente no que diz respeito à proteção do conceito de autenticidade.

Depois de 1931, com a publicação da carta de Atenas sobre o restauro de monumentos e com base nas reconstruções, houve a necessidade de desenvolver todo um conjunto de princípios e doutrinas que servissem de base a várias intervenções para defender e proteger o património.

Esses fundamentos, dariam origem a uma nova compreensão do conceito de património, que, além de considerar o elemento histórico, simbólico, artístico e cultural, passou a partilhar também a valorização do meio natural e social. Desta forma, através de algumas transcrições das Cartas que serão analisadas em seguida, será apresentado os fundamentos teóricos de ideias que serão de grande importância posteriormente nesta dissertação. As intervenções físicas para proteger o património dependem de conceitos e práticas que se baseiam no seu local e nas suas características.

Neste sentido, a intervenção em Pousadas Históricas, toma como ponto de partida uma reflexão sobre o património, desde a formulação do conceito até à definição das práticas de intervenção no mesmo. Consideramos objetivamente a intervenção em cidades históricas, pois se confirma, a importância da Carta e Recomendações da UNESCO e do ICOMOS para a sensibilização do património.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é uma organização intergovernamental fundada em 16 de novembro de 1945 em Londres (Reino Unido) e sediada em Paris (França). Portugal aderiu a 11 de março de 1965. A Comissão Europeia é uma organização intergovernamental criada em 9 de maio de 1949 em Londres (Reino Unido) e com sede em Estrasburgo (França). E foi em 24 de novembro de 1976 que Portugal aderiu.

A União Pan-Americana é uma organização intergovernamental criada em 1910 para suceder a Liga das Nações das Repúblicas Americanas, criada em 1890. Em 30 de abril de 1948, a União Pan-Americana passou a se chamar Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede ainda em Washington, DC (Estados Unidos da América).

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização não governamental fundada em 21 de junho de 1965 em Varsóvia (Polónia) e sediada em Paris (França). O Conselho Nacional Portuguesa foi fundado em 14 de outubro de 1980.

2.3. Cartas e Recomendações Internacionais

No âmbito das cartas que são compiladas pelo Flávio Lopes e Miguel Brito Correia que as traduziram no seu livro (Património arquitetónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais). Iremos apresentar em subcapítulos um conjunto de cartas e respetivo artigos que nos parecem essenciais para a compreensão.

Tendo em conta a estas cartas, foi elaborada uma tabela para melhor compreensão do assunto das mesmas, tentando reunir as existentes para percebermos quais são as mais importantes sem esquecer a importância das outras.

Tabela 1- Cartas e Convenções Internacionais

ANO:	Cartas e Convenções Internacionais
1899	Convenção da Haia (II) relativa às leis e costumes das guerras terrestres
1907	Convenção da Haia (IV) relativa às leis e costumes das guerras terrestres e Convenção (IX) relativa ao bombardeamento pelas forças navais em tempo de guerra
1931	Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos – Serviço Internacional de Museus
1932	Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte – Sociedade das Nações
1935	Pacto de Roerich para a proteção das instituições artísticas e científicas e dos monumentos históricos – União Pan-Americana
1945	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
1954	Convenção da Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado – UNESCO
1954	Convenção Cultural Europeia – Conselho da Europa
1956	Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas – UNESCO
1962	Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios – UNESCO
1964	Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios – ICOMOS
1964	Recomendação sobre as medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais – UNESCO
1968	Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas – UNESCO
1969	Convenção europeia para a proteção do património arqueológico – Conselho da Europa
1970	Convenção relativa às medidas a adotar para proibir e impedir a importação a exportação e a transferência ilícita da propriedade de bens culturais – UNESCO
1972	Paisagem cultural para a proteção do património mundial, cultural e natural – UNESCO
1975	Carta europeia do património arquitetónico – Conselho da Europa
1975	Declaração de Amesterdão – Conselho da Europa
1976	Carta sobre o turismo cultural – ICOMOS
1976	Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea – UNESCO
1976	Recomendação sobre o intercâmbio internacional de bens culturais – UNESCO
1977	Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e ordenamento do território – Conselho da Europa
1978	Recomendação sobre a proteção dos bens culturais móveis – UNESCO
1981	Carta de Florença sobre a salvaguarda dos jardins históricos – ICOMOS
1983	Resolução 813 (1983) da Assembleia Parlamentar sobre a arquitetura contemporânea – Conselho da Europa
1985	Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa – Conselho da Europa
1987	Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas – ICOMOS
1989	Recomendação nº R (89) 6 sobre a proteção e a valorização do património arquitetónico rural – Conselho da Europa
1989	Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular – UNESCO
1990	Carta internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico – ICOMOS

1991	Recomendação nº R (91) 13 sobre a proteção do património arquitetónico do século XX – Conselho da Europa
1992	Convenção europeia para a proteção do património arqueológico (revista) – Conselho da Europa
1994	Carta de Vila Vigoni sobre a proteção dos bens culturais da Igreja – Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja
1994	Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural – UNESCO, ICCROM e ICOMOS
1995	Convenção do Unidroit sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados – UNIDROIT
1995	Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada
1996	Carta internacional sobre a proteção e a gestão do património cultural subaquático – ICOMOS
1999	Carta internacional sobre o turismo cultural – ICOMOS
1999	Carta sobre o património construído vernáculo – ICOMOS
2000	Convenção europeia da paisagem – Conselho da Europa
2000	Carta de Cracóvia 2000 sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído
2001	Convenção para a proteção do património cultural subaquático – UNESCO
2003	Paisagem cultural – UNESCO
2003	Declaração sobre a destruição intencional do património cultural – UNESCO
2003	Princípios para a análise, conservação e restauro das estruturas do património arquitetónico – ICOMOS
2005	Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais – UNESCO
2005	Declaração de Xi’an sobre a conservação da envolvente de estruturas, sítios e áreas patrimoniais – ICOMOS
2005	Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade – Conselho da Europa
2008	Carta sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais – ICOMOS
2008	Carta sobre os itinerários culturais – ICOMOS
2011	Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas – UNESCO
2011	Princípios de La Valetta para a salvaguarda e gestão dos conjuntos urbanos históricos – ICOMOS
2017	Princípios ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como património – ICOMOS

2.3.1. Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos (1931)

Entre 21 a 30 de outubro de 1931, na cidade de Atenas (Grécia), decorreu o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, organizado pelo Serviço Internacional de Museus da Sociedade das Nações que contou com a presença de 120 profissionais, num total de 24 países representados, e que deu origem ao primeiro documento oficial sobre a conservação dos monumentos históricos, a Carta de Atenas.

Este documento pode ser visto, como a primeira ação normativa internacional, integralmente direcionado para a questão do restauro no património histórico. Tem como principal objetivo, entre outros, propor como forma de preservação e conservação dos monumentos a sua manutenção natural, em vez da respetiva reconstituição.

Para além de definir os princípios essenciais para o restauro no património histórico, a Carta de Atenas, ao longo de sete artigos, constitui também todo um conjunto de medidas legislativas e administrativas referentes aos monumentos históricos, ao papel da educação no respeito pelos legados materiais e a importância e interesse da documentação internacional enquanto meio de colaboração entre os diferentes países envolvidos.

Esta carta tem a sua importância não só por ter sido a primeira ser publicada, mas também porque a Carta de Atenas revela-se como um grande quadro transformador da mentalidade e da cultura, que foi extremamente importante para a proteção e conservação do património cultural.

Conclusões Gerais

I. Doutrinas. Princípios Gerais.

“A conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativos à conservação de monumentos.

A Conferência considera que, apesar dos Estados representados terem exposto uma grande variedade de casos, exigindo soluções específicas, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais. Por outro lado, só a instituição de uma adequada manutenção, regular e permanente, pode assegurar a conservação de edifícios, evitando, assim, os riscos das mencionadas reconstituições. Caso o restauro se afigure indispensável, em consequência de degradação ou de destruição, a Conferência recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem eliminar estilos de nenhuma época. A Conferência recomenda que os monumentos sejam afetados a usos que respeitem o seu carácter histórico ou artístico, a fim de assegurar a sua longevidade.”²

IV. Restauro de Monumentos

“Os peritos participantes na Conferência ouviram diversas comunicações relacionadas com o uso de materiais modernos para a consolidação de edifícios antigos. Aprovam o uso judicioso de todos os recursos de técnica moderna, especialmente do betão armado. Especificam que estes meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade total, a fim de não alterarem o aspeto e o carácter do edifício a restaurar. Recomendam

² LOPES, Flávio - Património arquitetónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais, p. 59

o seu uso, muito especialmente nos casos em que isso permita evitar os riscos de desmontagem e reposição dos elementos a conservar.”³

VI. Técnicas de Conservação

“A conferência constata, com satisfação, que os princípios e as técnicas expostas nas diversas e detalhadas comunicações inspiram-se numa tendência comum, a saber: No caso de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, com reposição dos elementos originais encontrados sempre que as circunstâncias o permitam; os novos materiais necessários para este efeito deverão ser sempre reconhecíveis. Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberto no decurso de uma escavação, é aconselhável enterrá-las de novo, depois de terem sido efetuados registos rigorosos. É evidente que os trabalhos de conservação e restauro de sítios arqueológicos impõem a colaboração estreita entre arqueólogos e arquitetos. Quanto aos restantes monumentos, os peritos são unânimes em aconselhar a realização de análises escrupulosas das patologias e respetivas causas antes de se iniciar qualquer consolidação ou restauro parcial. Reconhecem, com efeito, que cada caso apresenta uma especificidade própria.”⁴

2.3.2. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (1964)

A Carta de Veneza foi redigida entre 25 a 31 de maio de 1964 que foi publicada, formulada no segundo congresso internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos, que decorreu em Veneza e contou com a presença de 21 países.

Este documento parece ser um desenvolvimento, uma atualização da Carta de Atenas de 1931, se visa também formular os princípios fundamentais para intervenções na conservação e restauro de monumentos históricos, mas esta nova carta revela agora uma nova definição de "monumento" propondo o seu alargamento ao meio natural relevante – Sítios Monumentos. Estes lugares, urbanos ou rurais, são hoje entendidos como parte integrante do monumento e devem, assim, ser respeitados e preservados da mesma forma.

Com a assinatura da Carta de Veneza, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) foi criado em 1965 para promover a preservação, proteção, uso e valorização de monumentos, centros urbanos e sítios.

A Carta reconheceu o património histórico como um tesouro universal cujo significado não se limita a um lugar ou região, todos são responsáveis por sua preservação, e reconheceu os monumentos e outros bens culturais como portadores da mensagem espiritual do passado e como valiosos testemunhos de tradições seculares, enfatizando que são mais do que simples documentos informativos e abrangem toda uma gama de aspetos valores, sociais, políticos, simbólicos, comemorativos e outros.

Preâmbulo

“Imbuídos de uma mensagem do passado, os monumentos históricos perduram até aos nossos dias como testemunhas vivas das tradições de várias gerações. Os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade coletiva de os

³ Idem, ibidem, p. 60

⁴ Idem, ibidem, p. 61

proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.”⁵

Definições

Artigo. 1.º

“A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo um significado cultural.”⁶

Conservação

Artigo. 4.º

“A conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, uma manutenção permanente dos mesmos.”⁷

Artigo. 5.º

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afetação a uma função útil à sociedade. Tal afetação é pois desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.”⁸

Artigo. 12.º

“Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais, a fim que o restauro não falseie o significado artístico ou histórico do documento.”⁹

Artigo. 13.º

“Os novos acrescentos apenas podem ser tolerados se respeitarem todas as partes interessantes do edifício, bem como a sua localização tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas tradicionais relações com o meio envolvente.”¹⁰

Sítios Monumentais

Artigo. 14.º

“Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua limpeza, organização harmoniosa e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro a efetuar nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.”¹¹

⁵ Idem, ibidem, p. 121

⁶ Idem, ibidem, p. 122

⁷ Idem, ibidem, p. 122

⁸ Idem, ibidem, p. 122

⁹ Idem, ibidem, p. 124

¹⁰ Idem, ibidem, p. 124

¹¹ Idem, ibidem, p. 124

2.3.3. Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído (2000)

A Carta de Cracóvia, aprovada na conferência internacional de Cracóvia em 2000, é um reflexo da crescente necessidade de minimizar e atualizar de forma coerente todo o conjunto de normas e princípios formulados e declarados oficialmente desde a Carta de Veneza (1964). Com base nos valores da Carta de Veneza e apoiada nos fundamentos do documento de Nara, a Carta de Cracóvia propõe novas recomendações para intervenções de restauração que possibilitem a preservação do património arquitetónico, urbano ou paisagístico.

Sempre afirmou que o meio cultural é constituído por bens culturais, cujo significado inclui aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, turístico, científico, refletindo as características da sociedade em questão. Além disso, ela observa que a cultura identifica as sociedades humanas moldadas pela história e fortemente influenciadas pela natureza, como localização geográfica e clima.

Objetivos e Métodos

“2. A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas.

3. A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O projeto de restauro deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. No projeto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4. Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”. A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitetónico pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitetura atual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excecionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

Diferentes tipos de Património construído

6. O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspeto original. Tal conservação requer um projeto de restauro apropriado, que defina os

métodos e os objetivos. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.”¹²

2.3.4. Convenção de Faro quadro do Concelho da Europa relativa ao valor do património cultural para sociedade (2005)

A Convenção Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade, também conhecida como Convenção de Faro, foi assinada em 2005 no Algarve pelo Conselho da Europa e ratificada por Portugal em 2008. Introduziu o conceito de património arquitetónico em linha com o presente que, para além de "património" de cada nação, passou a ser entendido também como um meio ao serviço da população, se a proteção do património cultural for facilitada quando este adquire valor económico, social ou funções culturais.

A importância desta convenção baseia-se na ideia de que o conhecimento e o uso do património são relevantes conforme definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O seu texto apresenta o património cultural como um recurso útil para o desenvolvimento humano, para a valorização da diversidade cultural e para a promoção do diálogo intercultural por meio de um modelo de desenvolvimento económico baseado no princípio do uso sustentável dos recursos.

Preâmbulo

“Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Convenção: Considerando que um dos objetivos do Concelho da Europa é o de realizar uma união mais estreita entre os seus membros a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios baseados no respeito dos direitos do homem, da democracia e do Estado de direito, que constituem o seu património comum; Reconhecendo a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural; Salientando o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução;”¹³

Artigo.º 2

Definições

“Para os efeitos da presente Convenção:
a) O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo;
b) Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras.”¹⁴

¹² Idem, ibidem, p. 356

¹³ Idem, ibidem, p.437

¹⁴ Idem, ibidem, p.438

Artigo.º 8

Ambiente, património e qualidade de vida

“As Partes comprometem-se a utilizar todos os aspetos patrimoniais do ambiente cultural.

- a) Enriquece os processos de desenvolvimento económico, político, social e cultural, bem como o ordenamento do território, recorrendo roa estudos de impacte do património cultural e adotando estratégias de redução dos danos se necessário;*
- b) Promove uma abordagem integrada das políticas relativas à diversidade cultural, biológica, geológica e paisagística tendo em vista a obtenção de um equilíbrio entre estes elementos;”¹⁵*

Artigo.º 9

Utilização sustentável do património cultural

“A fim de tornar sustentável o património cultural, as Partes comprometem-se a:

- a) Promover o respeito da integridade do património cultural, velando por que as decisões de adaptação incluam a compreensão dos valores culturais que lhe são inerentes;*
- b) Definir e promover princípios de gestão sustentável e encorajar a manutenção;*
- c) Velar por que as necessidades específicas da conservação do património cultural sejam tidas em conta em toda a regulamentação técnica geral;*
- d) Promover a utilização de materiais, técnicas e aptidões tradicionais e explorar as suas potencialidades para aplicações contemporâneas;”¹⁶*

Artigo.º 10

Património cultural e atividade económica

“A fim de valorizar as potencialidades do património cultural enquanto fator desenvolvimento económico sustentável, as Partes comprometem -se a:

- a) Aumentar a informação sobre as potencialidades económicas do património cultural, bem como a sua utilização;*
- b) Ter em conta o carácter específico e os interesses do património cultural na conceção das políticas económicas;*
- c) Velar por que essas políticas respeitem a integridades do património cultural sem pôr em causa os valores que lhe são inerentes”¹⁷*

¹⁵ Idem, ibidem, p.441

¹⁶ Idem, ibidem, p.441

¹⁷ Idem, ibidem, p.441

Capítulo 3. Análise dos Casos de Estudo

3.1. As Pousadas

A primeira Pousada de Portugal surgiu na década de 1950, a Pousada do Castelo de Óbidos, nas décadas seguintes foi onde houve o maior crescimento em Portugal, mais propriamente nas décadas de 1960 e 1980, onde podemos identificar um maior número de pousadas inauguradas.

As Pousadas em Portugal sempre foram importantes elementos promocionais de atração turística, pois utilizam edifícios de valor histórico e proporcionam conforto e bem-estar aos clientes. Passado mais de meio século das primeiras iniciativas neste domínio, é sem dúvida interessante apreciar as diferentes abordagens aos conceitos de turismo, as diferentes relações arquitetónicas e os diferentes entendimentos do património arquitetónico e urbano.

Em termos de modernização, muitas cidades praticam a reutilização de edifícios antigos. Em vez de iniciar novos projetos que exijam a construção do zero, estão a começar a reconhecer a utilidade de pré-existentes, já que edifícios abandonados podem ser reutilizados para o benefício da comunidade.

Construir um novo edifício de raiz requer muitos custos. Portanto, ao usar edifícios existentes, é economizado tempo, dinheiro e protege-se o meio ambiente. A conservação de edifícios não promove apenas, a sustentabilidade, mas também beneficiam a comunidade de muitas outras maneiras. A reutilização de edifícios antigos tem vários benefícios.

O uso de edifícios antigos é mais eficiente. Prédios antigos criam um senso de identidade e autenticidade para a cidade, pois os valores históricos ligam o passado e o presente. Os edifícios têm valores únicos que também podem ser adaptados para uso moderno. Quando reutilizados, permanecem relevantes na vida das pessoas para que a história não se perca. Os edifícios que são protegidos devem ter uma história e um significado para os cidadãos.

3.2. Evolução Histórica das Pousadas

3.2.1. Contextualização

Neste capítulo não se pretende fazer um estudo exaustivo das Pousadas. Para nós, o mais importante foi conhecer em profundidade as pousadas portuguesas conceptualmente, quais os mecanismos de ação desenvolvidos e como interagiram.

A pousada surgiu como um resultado da promoção da cultura portuguesa¹⁸ no quadro da estrutura ideológica do Estado Novo.

“Convido a estabelecer o regime de exploração das pousadas regionais construídas em obediência ao programa de Duplo Centenário e a determinar os casos em que se poderá

¹⁸ As pousadas foram construídas segundo o esquema bicentenário de 1940 e entregues ao Ministério da Propaganda do Estado.

usar dessa denominação, de modo a que fique assegurada a eficaz realização dos fins em vista.”¹⁹

Na década (1936-1946) privilegiaram-se três áreas²⁰: a propaganda da ideologia do regime, o turismo como um meio de divulgação da imagem do país.

Uma vez que o fluxo turístico em Portugal intensificou-se durante este período com uma criação de várias instituições. E foi nessa época que o nome da indústria do turismo começou a fazer mais sentido.

Foi quando António Ferro²¹ foi nomeado Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)²². Foi criada em 1933 e transformada em 1944 no Secretariado Nacional Estado de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)²³, onde ele assumiu o cargo entre 1933 e 1949. Foi no âmbito de pequenas obras de equipamento regional, que foram sendo criadas pousadas, visando proporcionar um ambiente acolhedor e familiar as pessoas que visitam de Portugal.

Houve uma grande propaganda nas décadas de 1930 e 1940 à volta do SPN/SNI. Partilhada por algumas instituições nacionais que estavam sob a orientação do seu principal mentor, Salazar. A formação de um Estado forte, onde indivíduos adquirem dimensões dentro das próprias famílias, dos grupos sociais e económicos correspondentes e do núcleo do Estado, valorizando assim as regiões e à ampliação do conceito de pátria.

Pedro Vieira de Almeida referiu que, "António Ferro foi a primeira pessoa em que Salazar acreditou pessoalmente, e o seu objetivo era estabelecer os parâmetros do programa nacional de expressão em todos os aspetos."²⁴ Marcada pelas más memórias da Primeira Guerra Mundial, a sociedade portuguesa tinha uma "imaginação de dor, decadência e morte."²⁵ Uma grande crise financeira e uma profunda crise política, combinadas com a desordem pública, deram origem à urgência da dinâmica interna.

"O desconhecimento da nova realidade, fortalecer a confiança do povo e aumentar a consciência das características nacionais. A estrutura social que mudou seu objetivo fundamental é restaurar a autoridade do Estado; Culturalmente conservador, combina tradições políticas liberais com inovações republicanas com nacionalismo, autoritarismo e ideologia política corporativa combinadas.”²⁶

Através da Secretaria Nacional de Publicidade, António Ferro, lançou as bases para uma nova indústria na altura – o turismo.

Para ele, o turismo:

¹⁹ O Decreto-Lei n.º 31 259, de 9 de maio de 1941, do diário do governo.

²⁰ O Decreto-Lei n.º 23 054, de 25 de setembro de 1933, foi um dos vários exemplos da formalização de muitas das ideias do regime português.

²¹ Para a representação deste personagem v. "Ferro, António Joaquim Tavares". Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Dicionário de História de NSW. Lisboa: Bertrand ed., Vol. Eu, página. 355-357.

²² Decreto-Lei n.º 23 054, publicado no Diário do Governo n.º 28, I Série, de 25 de setembro de 1933.

²³ Decreto-Lei n.º 34 133, publicado no Diário do Governo n.º 260, I Série, de 24 de novembro de 1944.

²⁴ Pedro Vieira de Almeida, arquitetura de NSW, Lisboa: Editora Livros Horizonte, setembro 2002, p.3. 35.

²⁵ Ernesto Castro Leal, António Ferro: Espaço Político e Imaginação Social (1918-32), Coleção de História Moderna e Contemporânea, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 77.

²⁶ Cf. Ernesto Castro Leal, ob. cit., p. 160.

“Constitui uma indústria importante, que não pode deixar de ter caráter nacional, pois é função das condições naturais do país em que se desenvolve.”²⁷

De qualquer forma, é importante ressaltar que o turismo estabelece uma forma de ver e sentir o lugar, é mediada por uma certa sensibilidade e predisposição estética que é considerada única. Desta forma, embora diferentes arquitetos e vários críticos de arquitetura que possam defender as suas opiniões diferentes em que a pousada se apresenta como uma simbiose da arquitetura nacionalista, destinada a receber turistas e proporcionar-lhes uma experiência única e uma alimentação que respeite os estilos e tradições de cada região.

No essencial, as pousadas faziam parte do Plano do Centenário de 1940²⁸, que teve a direção do Engenheiro Duarte Pacheco²⁹, e representavam a concretização dos valores estéticos e ideológicos que eram promovidos pelo regime. Na mesma linha, assumindo as tendências identitárias, as pousadas eram batizadas com o nome de Santos Populares ou consoante a sua localização e também conforme a sua região.

As pousadas foram na maior parte construídas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais³⁰ pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e foi de acordo com planos previamente elaborados pela Secretaria Nacional, este tipo de alojamento baseia-se no Turismo espanhol, que começaram em 1928, sendo criado em Sevilha para a Exposição Ibero-Americana.

Neste contexto, refere Paulo Pina:

“Em 1928, os países vizinhos decidiram criar uma rede nacional de alojamento turístico, conforme previsto, com o objetivo, por um lado, de ultrapassar as dificuldades provocadas pelo desinteresse. Setor do setor tem uma parte, por outro lado, tem exercido extraordinária sabedoria no florescente turismo motorizado, proporcionando as principais vias de infiltração no seu vasto território, com pequenas e características unidades hoteleiras espalhadas em locais criteriosamente selecionados a partir do sistema logístico e ambiental Perspetivas.”³¹

Assim, tendo como exemplo, o posicionamento da pequena hotelaria e constituição dos vários elementos, as pousadas deveriam ser:

“Muito limpas e confortáveis, mas sem luxo, construídos e mobilados de acordo com os gostos de cada região, um afloramento de vida e costumes simples. Na província em que se encontram.”³²

²⁷ António Ferro, Fontes de Turismo, Riqueza e Poesia, Edições SNI, Lisboa, 1949, p. 33. Discurso aos representantes do Posto de Turismo e da Comissão na sede do SNI em 13 de fevereiro de 1940.

²⁸ Por meio da Lei nº 31.259, de 1º de maio de 1941, foi instituído o sistema de gestão hoteleira.

²⁹ Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco foi Ministro das Obras Públicas e Comunicações de (1932-1936) e (1938-1943).

³⁰ A Direção-Geral dos Monumentos Nacionais foi criada pelo Decreto-Lei n.º 16 791, de 25 de Abril de 1929 sendo extinta por Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de maio, foi no quadro das orientações que foram definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). As obras realizadas nos monumentos são da responsabilidade da DGEMN, uma vez que estes bens são mantidos e protegidos pelo Estado.

³¹ Paulo Pina, da pousada à pousada, 3 - Traje Espanhol, 1929. CF. Raquel Pereira Henriques, António Ferro: Estudos e Antologias, Edições Alfa, Lisboa, 1990, p. 66-68.

³² António Ferro, Fontes de Turismo, Riqueza e Poesia, Edições SNI, Lisboa, 1949, p. 48. Discurso na inauguração da "Estalagem do Lidador", 16 de agosto de 1940, em Óbidos.

Na Campanha do Bom Gosto, António Ferro, teve apoio da sociedade tradicional, por meio da ação direta das obras que já estavam construídas, e constrói uma nova perspectiva cultural e estética, conferindo ao Estado português um papel ideológico ativo. As pousadas surgem de norte a sul do país, com uma localização em pontos privilegiados da paisagem, aliando-se sempre à cultura e gastronomia local através dos materiais que cada uma das regiões e das suas várias características arquitetónicas. Porém existe uma diferenciação urbano-rural e, inicialmente, é mencionada sempre esta última.³³

Neste contexto, surgiu a primeira pousada construída especialmente para o efeito e foi inaugurada em 1942: a Pousada de Santa Luzia em Elvas.

António Ferro explicou, posteriormente:

“Tentamos fazer com que estes pequenos hotéis não pareçam hotéis. Se um hóspede, ao entrar em uma dessas pousadas sentir que não está entrando em um hotel onde pode ser conhecido pelo número do quarto, mas está em sua própria casa de campo, onde os empregados o aguardam, conseguimos o que queremos, por isso cuidamos dos detalhes desta pousada como se fôssemos morar nela.”³⁴

Até ao ano de 1948 foram construídas sete pousadas regionais, cujo principal objetivo não era só servir turistas, mas também integrar-se nos novos elementos da paisagem portuguesa, os arquitetos tentavam sempre dar-nos uma sensação de naturalismo da nossa arquitetura popular portuguesa. Ainda hoje felizmente podemos usufruir de algumas destas pousadas, apesar das várias transformações em que, que põem muito em causa o significado do imaginário de António Ferro em realizações e feitos, através da grande beleza, da transformação da cultura, da paisagem e da natureza portuguesa.

A partir de 1936, o regime entra noutro ciclo, em que a pousada surgiu como uma ferramenta muito conveniente para a gestão quotidiana do monumento nacional que ia começar a ser restaurada. Dada à grande carga arquitetónica e paisagística que foi imposta no contexto das políticas culturais ideológicas, nos novos projetos que precisam ser encontrados para eles. Então, na década de 1950, houve um segundo movimento, "Pousadas em Monumentos Históricos".³⁵ Que surgiram para rentabilizar a recuperação e utilização de edifícios históricos abandonados ou simplesmente degradados em péssimo estado, adaptando-se ao desenvolvimento turístico que já crescia muito na época, com o objetivo de proporcionar várias infraestruturas hoteleiras de qualidade em muitas zonas do país. Sabendo que a primeira intervenção foi no Castelo de Óbidos (1950), seguindo-se seguir a restauração da fortaleza da Berlenga em Peniche (1953), depois o Convento dos Loios em Évora (1965) e o Forte de Setúbal (1965), e vários outros monumentos futuros.

Foi a partir de 1944, com os novos meios, além da propaganda que havia, o SNI passou a censurar e controlar as informações veiculadas pela mídia e a censurar algumas atividades culturais.³⁶ O Estado Novo sentiu-se cada vez mais isolado, a sua ideologia era incapaz de gerar o amplo consenso que teve em muitos períodos anteriores.

O turismo perdeu uma grande parte das suas funções ideológicas, tornando-se assim mais uma promoção de destino de férias. A cultura "pop" eventualmente encontrou o seu caminho na etnografia,

³³ "Boa cama, boa comida, boa higiene, bom serviço, bom gosto, são as condições indispensáveis destas pousadas ou estalagens. CF turismo, fonte de riqueza e poesia, ob. Ibid, p. 48.

³⁴ Cf. Turismo, fonte de riqueza e de uma bela poesia, ob. cit., pp. 68 e 69.

³⁵ Um imóvel distinguido com o título de "Monumento Nacional" representa, no todo ou em parte, o interesse nacional pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico, enquanto "interesse público" é atribuído a uma obra de interesse artístico, histórico ou turístico ponto de vista (3 1932) Decreto nº 20:985 de 7 de março.

³⁶ "No nosso tempo, enquanto não deixará o espírito do nosso tempo. Corrida!". Ver António Ferro, "New Year - A Good Year?", Newsday, 1 de janeiro de 1932, p. 1.

muitas vezes ajudando a impulsionar e dando valor ao turismo também. Até então, o SNI privilegiava o seu imaginário demográfico e rural que agora tem como alvo a classe urbana, de maior valor e escolaridade. A importância do turismo começa a se basear também na qualidade da localização privilegiada, pois, as questões económicas perdem apenas para as questões ideológicas.

As ideias que sustentam a base ideológica desta ideia podem ser resumidas em seis pontos importantes: Localização - instalado num edifício histórico ou localizado em área de interesse histórico ou paisagístico; Arquitetura, decoração, gastronomia e vinhos, consoante a natureza histórica da área ou propriedade em que se inserem; Hospitalidade; A sua dimensão pequena ou média; Serviço personalizado; Unidades hoteleiras de alojamento de curta duração.

Desde o final da década de 1940, existiam dois tipos de pousadas em Portugal, pousadas regionais e pousadas históricas. Mas o que eles têm mais em comum é a preservação do carácter da sua identidade de cada região.

*"Não temos turismo porque não temos hotelagem; é esta a verdade. E de quem é a culpa? A hotelagem é uma indústria como qualquer outra e se queremos que Portugal seja um país de turismo, precisamos que o Estado dela se ocupe."*³⁷

*O principal objetivo da pousada é servir de base para facilitar a visita à população a monumentos e locais com histórica, mas pretende também manter e preservar o conceito original e auxiliar o desenvolvimento do ramo do turismo, não como premissa hoteleira de resolução de problemas, em termos de capacidade, mas em qualidade e conhecimento "português."*³⁸

As pousadas históricas³⁹ mais uma vez surgiram da grande vontade de rentabilizar a utilização e recuperação dos edifícios históricos abandonados ou simplesmente que estavam degradados. De acordo com um documento incluído no Encontro Nacional de Turismo de Habitação, a ENATUR - Pousadas de Portugal está referido que:

*"A reconstrução da unidade hoteleira no monumento histórico respeite fielmente a traça original e não altere as funções do edifício ou hotel para melhorar as operações Gerenciar a lucratividade e atender às necessidades e expectativas dos clientes."*⁴⁰

Eduardo Âmbar, Presidente do Conselho de Administração da ENATUR, a propósito disto, afirmou:

"As pousadas, nesta categoria de produto, por se situarem em monumentos ou zonas históricas e realizarem a restauração do património histórico e classificado, contrastam com algumas dos fundamentalistas do ponto de vista arquitetónico. As vistas constituem certamente uma forma de afirmar o que há de melhor a nível nacional (vivemos

³⁷ "O Turismo e a Hotelagem", 2.ª série, n.º 246, Notícias Ilustrado, Lisboa, 26 fevereiro 1933.

³⁸ Ver Jorge Viana, Some Issues in the National Hotel Network, Arquivo do Arquivo DGT, 20 de janeiro de 1961 (reproduzido). Verificar. Anexo IV. A este respeito, o arquiteto Vaz Martins referiu ainda a possibilidade de os turistas utilizarem os monumentos nacionais, acrescentando a possibilidade de publicações sobre os mesmos e o de talhamento dos sinais turísticos. Olha o autor, algumas perguntas..., ob. Citação. Ver autor, algumas perguntas..., ob. citação.

³⁹ As pousadas situadas em edifícios com reconhecimento valor arquitetónico e histórico são financiados a partir de 1990 no âmbito da Empreitada de Restauro de Monumentos Nacionais e Edifícios de Interesse Público e Construção Hoteleira, e outras fontes de financiamento, disponibilizadas pelo PIDDAC e PRODLATEC (Ver Anexo V).

⁴⁰ Cf. Pedro de Almeida, "Portugal Hotels. An Important Contribution to the Balanced of the National Tourism Industry", 3ª Conferência Nacional de Turismo de Habitação, realizada na Ponte do Lima, 17-18 de março de 1995 (impressão).

*recentemente a obra do arquiteto Eduardo Souto Moura na Pousada de Santa Maria do Bouro, vencedor do prémio "Fernando Pessoa"), ou a partir de uma perspetiva de restauração do património em propriedade ancestral perdida."*⁴¹

A saída inesperada de António Ferro do SNI em 1949 deixou clara a oposição que enfrentou no regime e marcou o fim de um ciclo.⁴²

Somos os grandes responsáveis pelo desenvolvimento das pousadas e para entender como esse tipo de acomodação se foi a desconectar ao longo do tempo. Se as primeiras pousadas surgiram em lugares menos conhecidos em Portugal, o objetivo era tornar essa região famosa pela arquitetura, gastronomia, cultura, paisagem e costumes, com ênfase nas questões económicas e políticas, aliadas ao conforto simples, mas sempre caseiro.

Na segunda fase, as pousadas parecem ser edifícios de uma grande referência histórica, porque através destes edifícios procuravam constituir uma imagem mitológica de Portugal, não só para os vários turistas estrangeiros, mas também para a divulgação do conhecimento aos turistas nacionais que nesta altura não era muita.

O engenheiro na altura, José Frederico Ulrich, que era então ministro das Obras Públicas e Comunicações, especificou que o projeto da pousada nesta fase iria ser:

*"Executado pelos alunos mais bem classificados em determinados programas da Academia de Belas Artes de Lisboa e Porto. [...] Destaque no Meio Artístico."*⁴³

Na terceira fase, existiam muitos requisitos modernos e o conforto desempenhava um papel importante. Nesta fase, as pousadas eram uma combinação de experiências autênticas e ofertas turísticas confortáveis e modernas. Estão relacionados com autenticidade, o conceito de autenticidade estava relacionado com a autenticidade do local e o comportamento de quem visita estes edifícios classificados e permanece neles. Já em 2003, a exploração das "Pousadas de Portugal" foi entregue ao Grupo Pestana Pousadas - Investimentos Turísticos, S.A.⁴⁴

Foi feita uma tabela das Pousadas existentes até ao ano de 2005, que demonstra que a maioria são imóveis interessantes, e onde podemos observar o seu percurso histórico ao longo dos anos. A tabela é dividida em várias parcelas para sua melhor compreensão, desde a sua classificação, ao seu estado atual, onde podemos observar em que estado cada Pousada se encontra. Seguindo-se pela sua data de inauguração e respetivamente à data da sua adaptação, que corresponde à data da intervenção mais significativa do edifício, a que teve mais importância no seu desenvolvimento, ao nível de conservação e intervenção no património.

⁴¹ Cf. Eduardo Âmbar, Ciclo de Debates 99 – Livro de Atas. Património e Turismo, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Lisboa, abril de 2002, p. 38.

⁴² António Ferro, António Ferro: Estudos e Antologias, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 76.

⁴³ Cf. Leonel de Castro Freire, Parecer respeitante as cinco das novas pousadas, Presidência do Conselho / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Arquivo DGEMN, Lisboa, 3 de fevereiro de 1955 (poli copiado). Ver anexo VI. Frederico do Casal-Ribeiro Ulrich sucedeu a Duarte Pacheco como Ministro das Obras Públicas e Comunicações (1947-1954). Quer o engenheiro Frederico Ulrich, quer o engenheiro Arantes e Oliveira (o seu sucessor) deram continuidade às obras de Duarte Pacheco, nomeadamente, às pousadas.

⁴⁴ Contrato de Transferência de Operação da Rede Pousadas, 8 de agosto de 2003. Registo do Posto de Turismo de Portugal, I.P. n.º 25723 de 21 de setembro de 2005 (cópia).

TABELA 2- POUSADAS EXISTENTES ATÉ AO ANO DE 2005

Pousada	Localização	Classificação	Estado Atual	Data da 1ª Intervenção	Data 2ª Intervenção	Arquiteto
Santa Luzia	Elvas	Imóvel de Interesse Público (DR, n.º 251 de 28 dezembro 2012)	Hotel	1942	2012	Miguel Jacobetty Rosa José Alves
São Gonçalo	Marão, Amarante	Imóvel de Interesse Público (DR, n.º 177, de 12 setembro 2008)	Pousada	1942	1961	Rogério de Azevedo
Santo António	Serém, Aveiro	-	Abandonada	1942	1966	Rogério de Azevedo
São Martinho do Porto	S. Martinho do Porto, Leiria	Imóvel de Interesse Público (DR, 1.ª série, N.º 206 de 23-10-2009)	Pousada	1943	1960	Veloso Reis Camelo Eduardo Moreira dos Santos
São Brás	São Brás de Alportel, Loulé	-	Encerrada	1944	1997	Miguel Jacobetty Rosa Henrique de Barros-Gomes
Santiago	Santiago do Cacém	Imóvel de Interesse Público (DR, 2.ª série, n.º 18 de 27 janeiro 2010)	Hotel	1945	2002	Miguel Jacobetty Rosa
São Lourenço	Manteigas, Serra da Estrela	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 114)	Hotel	1948	1956	Rogério de Azevedo
Castelo	Óbidos	Monumento Nacional (DG n.º 136 de 23 junho 1910)	Hotel	1950	2007	João Filipe Vaz Martins
Forte S. João Baptista	Ilha das Berlengas, Peniche	Monumento Nacional (DG, 1.ª série, n.º 66 de 22 março 1938)	Abandonada	1953	-	Mateus do Couto

Pousada	Localização	Classificação	Estado Atual	Data da 1ª Intervenção	Data 2ª Intervenção	Arquiteto
São Pedro	Tomar, Santarém	-	Encerrada	1954	1976	Miguel Jacobetty Rosa
São Bartolomeu	Sé, Bragança	Imóvel de Interesse Público (21 dezembro 1975)	Hotel	1959	2002	José Carlos Loureiro e Pádua Ramos
Fortaleza de Beliche	Sagres	Imóvel de Interesse Público (DG, I Série, nº 69, de 24 março 1941)	Hotel	1960	1990	desconhecido
São Jacinto (Ria)	Torreira, Aveiro	(Imóvel de Interesse Público (DG, 1.ª série, n.º 112 de 16 maio 1939)	Pousada	1960	2006	Alberto Cruz
São Gens	Serpa	Imóvel de Interesse Público (DR. n.º 256 de 28 dezembro 2009)	Estalagem	1962	2001	Leonardo Castro Freire
Santa Catarina	Miranda do Douro	Monumento Nacional (DG n.º 136 de 23 junho 1910)	Hotel	1962	2002	Leonardo Castro Freire
São Jerónimo	Caramulo	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 12 de 26 maio 1939)	Hotel	1962	1998	Alberto Cruz
São Teotónio	Valença, Viana do Castelo	Imóvel de Interesse Público (DR, 1.ª série, n.º 251 de 28 dezembro 2012)	Hotel	1962	2001	João Henrique de Melo Breyner Andresen
Convento dos Lóios	Évora	Monumento Nacional (n.º 130 de 29 de junho 1922)	Pousada	1963	2000	Rui Ângelo do Couto

Pousada	Localização	Classificação	Estado Atual	Data da 1ª Intervenção	Data 2ª Intervenção	Arquiteto
São Filipe	Setúbal	Monumento Nacional (DG, 1.ª série, n.º 196 de 30 agosto 1933)	Hotel	1965	1985	Filipe Terzi João Turriano
Santa Maria	Marvão, Portalegre	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 112 de 16 abril 1939)	Hotel	1967	1998	Alberto Cruz e J. Santos Costa
São Bento da Caniçada	Soengas, Braga	Imóvel de Interesse Público (DR, 1.ª série, N.º 206 de 23-10-2009)	Pousada	1968	2013	Eduardo Coimbra Brito
Santa Clara	Santa Clara-a-Velha, Beja	Imóvel de Interesse Público (DG, 1.ª série, n.º 112 de 11 março 1945)	Hotel	1969	1994	Raul Chorão Ramalho
Rainha Santa Isabel	Estremoz	Monumento Nacional (DG n.º 136, de 23 junho 1910)	Pousada	1970	1988	Rui Ângelo do Couto
Santa Bárbara	Oliveira do Hospital	Monumento de Interesse Público (24 dezembro 2012)	Pousada	1971	2015	Manuel Tainha
Vale do Gaio	Torrão, Alcácer do Sal	Imóvel de Interesse Público (DG de 16 agosto 1938)	Pousada	1977	1998	Raul Chorão Ramalho
Castelo de Palmela	Palmela	Monumento Nacional (de 23 junho 1910)	Pousada	1979	1999	Luís dos Santos Castro e Lobo
Dom Diniz	Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo	Imóvel de Interesse Público (de 21 dezembro 1974)	Pousada	1982	1990	Alcino Soutinho, O. Lixa Figueiras e R. Torgo
Monte de Santa Luzia	Areosa, Viana do Castelo	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 112 de 16 maio 1939)	Hotel	1982	1990	Miguel Ventura Terra Jorge Segurado

Pousada	Localização	Classificação	Estado Atual	Data da 1ª Intervenção	Data 2ª Intervenção	Arquiteto
Barão de Forrester	Alijó, Vila Real	Imóvel de Interesse Público (DG, 1.ª série, n.º 122 de 16 janeiro 1947)	Pousada	1983	1989	Fernando Ramalho
Santa Marinha da Costa	Guimarães	Imóvel de Interesse Público (DG, I Série, nº 69, de 24 março 1936)	Pousada	1985	1987	Fernando Távora
Monsanto	Monsanto, Idanha-a-Nova	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 109 de 29 maio 1949)	Pousada	1993	2001	Duarte Nuno Simões e Nuno Simões
Santa Cristina	Condeixa-a-Nova, Coimbra	Imóvel de Interesse Público (DG, 1.ª série, n.º 18 de 6 maio 1958)	Pousada	1993	1999	Fernando Ramalho
Castelo de Alvito	Alvito	Monumento Nacional (DG n.º 136 de 23 junho 1910)	Pousada	1993	1995	Manuel Bagulho
São Francisco	Beja	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 112 de 16 maio 1939)	Pousada	1994	1995	Eduardo Maia Rebelo e José Alves
Flor da Rosa	Crato	Monumento Nacional (DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910)	Pousada	1995	2001	João Luís Carrilho da Graça
D.Maria I	Queluz	Imóvel de Interesse Público (DR, 1.ª série, n.º 206)	Pousada	1995	2001	Carlos Oliveira Ramos
Santa Maria do Bouro	Amares	Imóvel de Interesse Público (06 dezembro 1958)	Pousada	1996	2003	Eduardo Souto de Moura

Pousada	Localização	Classificação	Estado Atual	Data da 1ª Intervenção	Data 2ª Intervenção	Arquiteto
D.João IV	Vila Viçosa	Monumento Nacional (DG, n.º 63 de 27 março 1944)	Pousada	1997	2000	João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto
D.Afonso II	Alcácer do Sal	Monumento Nacional (DG n.º 136 de 23 junho 1910)	Pousada	1998	2008	Diogo Lino Pimentel
Nossa Senhora da Assunção	Arraiolos	Monumento Nacional (DG n.º 136, de 23 junho 1910)	Pousada	1997	2002	José Paulo dos Santos
Convento de Belmonte	Belmonte	Imóvel de Interesse Público (DG, n.º 187 de 16 maio 1955)	Pousada	1999	2004	Luís Rebelo de Andrade

3.2.2. A Tutela

O Secretariado da Propaganda Nacional, sendo criado em 1933, foi reestruturado em 1944 no Ministério da Informação Nacional, Cultura Popular e Turismo, conforme mencionado acima. Em 1968, o SNI foi revogado e o poder foi transferido para a Direção-Geral do Turismo.⁴⁵ No final do ano de 1976, a gestão da pousada foi entregue à ENATUR.⁴⁶ Segundo Sérgio Palma Brito, a ENATUR:

“Desenvolveu-se com o desenvolvimento da rede de pousadas e a política de utilização do património monumental para fins turísticos.”⁴⁷

E finalmente em 2003, a transferência de todas as operações foi atribuída ao Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, S.A.⁴⁸

⁴⁵ De acordo com o Decreto n.º 48 686, de 13 de novembro de 1968, a Direção-Geral do Turismo foi incorporada na Secretaria de Estado da Informação e do Turismo (SEIT). Mas só em 1988 entrou em vigor a Lei Orgânica da Administração Geral do Turismo. Oficialmente reconhecido.

⁴⁶ O Decreto n.º 662/76 de 4 de agosto criou a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, E.P...

⁴⁷ Cf. Sérgio Palma Brito, Notas sobre a evolução das viagens e a formação do turismo, vol. 2, Media Livros, Lisboa, Dezembro de 2003, p. 853.

⁴⁸ Cf. Veja Explorando o Contrato de Cessão da Rede de Pousadas, ob. Ibid., pág. 3.

3.2.3. Turismo Cultural

O turismo tem sido uma das principais motivações para visitar sítios patrimoniais, permitindo que os bens culturais ou naturais sejam valorizados, considerados e protegidos para as gerações futuras.

O estímulo inicial às viagens turísticas reforçou a necessidade de cuidar e encontrar soluções para preservar, em muitos casos, patrimónios abandonados. Os atuais mecanismos, classificações e inventários de conservação e salvaguarda têm gerado novas perspetivas sobre o património e a sua conservação. O turismo é um dos principais motores desta mensagem, sendo que os números oficiais comprovam que existe um aumento generalizado do interesse dos turistas em visitar sítios patrimoniais quando os imóveis são classificados.

Estes monumentos, populares com o turismo, são uma ferramenta útil para refletir sobre a relação conflituante entre a restauração e pesquisa, e houve a possibilidade de um tratamento histórico relacionado com o passado a partir da sua própria realidade.

Com efeito, percebemos que o valor do património vai além do uso dos turistas que dele podem fazer uso. No entanto, houve uma análise prática das intervenções e transformações do património edificado, comparando diferentes intervenções em edifícios classificados para albergar pousadas, que nos levou a debater os critérios de intervenção. No entanto, sem as normas escritas, a própria Carta de Veneza é um documento em debate.

Que desses padrões decorrem de várias situações específicas de cada lugar torna ainda mais difícil ou mesmo indesejável tentar estabelecer regras globais que se apliquem a qualquer destas situações. Nesse sentido, teremos que analisar essas práticas num nível mais estético. Ressalta-se também que o turismo, além das suas características espaciais, também deve ter como o seu objetivo principal a sustentabilidade, e não apenas o lucrativo. Neste contexto, o património constitui um grande elemento central do turismo cultural.⁴⁹ Visto isto, podemos nos fazer duas questões, se o conceito de património será visto como objeto de turismo cultural e material e se as pousadas precisam ser autossustentáveis.

Para esclarecer, devemos nos precaver contra alguns riscos, como de adulteração e destruição do património. Por um lado, porque enquanto o património pertence a todos, é parte indissociável da identidade e da memória coletiva. Por outro, porque a eventual agressão e descaracterização significará a ruína deste capital, sendo o propósito do turismo o grande fator decisivo para a diferenciação.

É necessário construir uma relação entre o património e turismo numa base solidária, que sem comprometer a fruição destes bens, e poder promover atividades de crescente de grande importância económica e sociocultural. Naturalmente que as visões dos especialistas difiram das dos cidadãos, e as suas respetivas visões não se cruzavam totalmente na mesma área da realidade.

Mas quando falamos de património, essa aparente distância subjetiva parece muitas vezes ser duplicada e mais perturbadora por um paradoxo objetivo que muitas vezes não pode ser resolvido por nenhuma distinção entre o bom gosto e mau gosto por especialistas, tecnicamente treinados. Tendo em conta que entre a qualidade notável da banalidade do ordinário e da obra real, pois de ambos os lados, a própria natureza da arquitetura, sua identidade histórica e social, parece ter sido questionada.

Desde o final do século XIX, a população tornou-se mais sensível ao património cultural, com uma série de cartas que expressam opiniões sobre como preservar algumas evidências físicas do passado. Entre

⁴⁹ O “turismo cultural” expressa uma atividade turística que se concentra no património cultural de um país e o seu povo, preservado e retratado em monumentos, sítios históricos, arquitetura tradicional.

os vários textos elaborados pela UNESCO⁵⁰, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS⁵¹, selecionamos os textos que tiveram o maior impacto na pesquisa, aplicação e reflexão de ações voltadas à preservação e proteção dos monumentos do nosso país.

Um dos documentos mais importantes é a Carta de Veneza de 1964. Esta Carta Internacional é relacionada com Proteção e Restauração de Monumentos e Sítios, feita pelo ICOMOS, visa restaurar os princípios da Carta de Atenas. O documento define a restauração como uma grande operação especial cuja finalidade é revelar o valor histórico e estético do monumento, respeitando sempre os elementos antigos e as partes autênticas, distinguindo todos os elementos agregados dos demais.

Menciona também a possibilidade que havia de utilização de técnicas modernas cientificamente comprovadas e nos casos em que algumas técnicas tradicionais não sejam aplicáveis, insiste também num plano de conservação permanente dos monumentos que exige a documentação de todos os trabalhos de escavação, restauro e conservação.

A distinção da Carta de Atenas refere-se especialmente à definição de monumento histórico, pois deixava de ser apenas um edifício que se ia tornar um ambiente histórico e uma criação histórica e paisagístico que o compõe. Foi em 1972, que surgiu um novo documento, a Carta do Restauro.⁵² Como norma técnico-legal, este documento exigia que qualquer intervenção no restauro de qualquer obra de arte cumprira as regras descritas no seu próprio diploma e nas instruções que o acompanhavam.

O documento contém doze artigos e quatro anexos que incluem diferentes áreas: arquitetura, arqueologia, pintura, história, monumentalidade, escultura e conjuntos ambientais, entre outros. Neste documento, o termo restauração é definido como:

*"Qualquer intervenção destinada a manter a função, facilitar a leitura e transmitir. Adequadamente obras de arte e objetos identificados para o futuro."*⁵³

Apoia o princípio da reversibilidade das intervenções e a necessidade de pesquisas prévias em engenharia e projetos por equipas interdisciplinares. Enfatizamos as proibições, elas são chamadas: nenhum estilo ou imitação é permitido; A eliminação de elementos históricos que apaguem a evolução só é permitida em caso de falsificação ou pequenas alterações que desvirtuem o valor estético e histórico da obra; É proibida a realocação, reconstrução ou realocação fora do local original, exceto por razões de segurança e conservação; Nenhuma alteração nas condições acessórias ou no ambiente do monumento, a menos que as condições tradicionais tenham sido perdidas.

Em vez disso, as intervenções permitidas são as seguintes: É permitida a adição, modificação ou introdução de elementos auxiliares se tiverem uma função estrutural, estas funções são sempre comprovadas historicamente, distintas das funções pré-existentes, e não têm como premissa a mudança de cor do material; permite realizar-se anastylosis documentada fielmente.

Toda a intervenção realizada deve ser devidamente documentada com memórias descritivas e fotográficas, antes e depois, bem como qualquer investigação e análise final. A adaptação do edifício às novas funções deve pautar-se pelos princípios de minimizar as alterações externas e respeitar a organização dos espaços internos. Também em 1972, foram estabelecidas medidas para a proteção do património cultural e

⁵⁰ Foi fundada em 16 de novembro de 1945 e Portugal aderiu em 11 de março de 1965, pelo Decreto-Lei n.º 46.221.

⁵¹ Integra a Organização das Nações Unidas, criada em 26 de junho de 1945, tendo sido criada em Portugal a Comissão Nacional do Português do ICOMOS, em 14 de outubro de 1980, com publicação no Diário da República, III Série, de 6 de Janeiro de 1983.

⁵² Ministério de Instrução Pública de Itália que foi documento difundido.

⁵³ Cf., Maria José Martínez Justicia, Antología de Textos Sobre Restauración, Jaén, 1996, p. 170.

natural de valor universal por meio da Convenção e Recomendação para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.⁵⁴

Os dois documentos visam fortalecer a solidariedade entre os seus Estados-membros para preservar e consciencializar os ideais e princípios que constituem o seu património comum, e cada membro se compromete a não adotar unilateralmente quaisquer medidas que impliquem danos do valor universal.

Pela primeira vez, surgiu o conceito de património cultural, incluindo monumentos e património natural, que inclui monumentos naturais constituídos por formas físicas e biológicas, espécies e lugares que compõem o património natural regional. A beleza da flora e fauna ameaçadas de extinção. Esses conceitos dão origem a uma variedade de serviços de conservação, preservação e valorização, bem como a necessidade de formação de profissionais e desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas.

A Carta do Turismo Cultural⁵⁵ foi introduzida em 1976, que se centra no impacto do turismo nos monumentos e sítios. O documento refere-se ao turismo cultural como uma forma de turismo que visa a descoberta de monumentos e locais de interesse. Tem um efeito positivo sobre eles, ao contribuir para fins próprios e para a sua preservação e conservação. Em outras palavras, o turismo cultural preserva o património promovendo-o, trazendo benefícios económicos que contribuem para a sua conservação.

A Carta de Nara⁵⁶ é um documento conciso composto por 13 artigos divididos em três partes: I. Introdução; II. Diversidade Cultural e Património Multicultural; e III. Valores e Autenticidade. Como afirmado no preâmbulo, a linha doutrinária do documento baseia-se no espírito da Carta de Veneza, elaborada há 30 anos, e parece ser uma resposta à expansão geral do património cultural nos últimos anos. No século XX, num mundo cada vez mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, a necessidade de identidade cultural foi por vezes expressa através do nacionalismo agressivo e da eliminação das culturas minoritárias, (artigo 4). Perante esta situação, o documento centra-se nos termos de diversidade e autenticidade, que sendo valores fundamentais que devem ultrapassar a homogeneização e a globalidade: A diversidade das culturas. O património cultural e patrimonial constitui riqueza intelectual e insubstituível para toda a Humanidade.

Eles devem, portanto, ser considerados elementos essenciais do desenvolvimento, não apenas por meio da sua proteção, mas também por meio da sua divulgação (artigo 5). Mas com formas e significados tangíveis e imaterial. Adotando os princípios da UNESCO, estabelece que a responsabilidade pelo cuidado e proteção do património cultural pertence, em primeiro lugar, à comunidade que o originou, embora o cumprimento das cartas e convenções internacionais relacionadas ao património cultural também implica aceitar esses princípios e responsabilidades (artigo 8). O capítulo 3 do documento trata da questão dos valores e da autenticidade, pois a Carta de Nara visa fornecer uma nova visão para o conceito de autenticidade: A declaração protege o património cultural em todas as suas formas e em todos os períodos históricos com base no valor que lhe é atribuído (artigo 9). A autenticidade, expressa na Carta de Veneza, é o valor fundamental do património cultural, que gira em torno destes Conceitos estão os princípios científicos para a proteção e recuperação de bens culturais (Artigo 10). O documento de Nara visa combinar a definição do conceito de autenticidade com o respeito pela diversidade cultural; fator de credibilidade das fontes de informação pode variar de uma cultura para outra e até mesmo numa mesma cultura.

Isso significa que é impossível estabelecer juízos de valor de autenticidade entre padrões fixados, pois, “O respeito a cada cultura exige a análise e avaliação dos produtos culturais segundo padrões adequados ao seu contexto cultural” (artigo 11). O Documento de Nara abandona a definição de padrões universais sobre

⁵⁴ Estes dois documentos foram adotados pela UNESCO, a partir da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. A convenção foi publicada em Portugal no Diário da República n.º 130, I Série, de 6 de junho de 1979 (Lei n.º 49/79).

⁵⁵ De 8 e 9 de novembro de 1976, ICOMOS, Bruxelas,

⁵⁶ O ICOMOS, em cooperação com a UNESCO e o ICCROM, organizou nos dias 1 a 6 de novembro de 1994 a Conferência de Nara, a convite da Direção dos Assuntos Culturais do Governo japonês e do Município de Nara, que teve como resultado a promulgação do documento de Nara sobre a Autenticidade.

como intervir no património cultural para manter a sua autenticidade porque a autenticidade muda conforme o contexto cultural; da mesma forma, definirá o conceito de "autenticidade" em cada contexto cultural, abrindo o caminho: O nome do conceito de autenticidade é estabelecido a partir de diferentes parâmetros, como "forma e design, conteúdo material, propósito e função, tradição e tecnologia, lugar e estrutura, espírito e expressão, estado original e evolução histórica" (Artigo 13).

A Carta de Nara exige que cada cultura encoraje e promova a proteção da autenticidade do seu património cultural segundo a sua filosofia, padrões e mentalidade. O documento não apenas define o respeito à diversidade do património cultural mundial, mas defende que a avaliação se traduz numa direção que respeite o significado e também o valor que cada umas das culturas estabeleceu para o seu grande próprio património cultural, invés de se deixar pela imposição do princípio da autenticidade, preservação dos juízos de valor determinados fora da cultura do próprio património histórico e na criação.

Outro documento de particular interesse é a Carta Internacional do Turismo Cultural⁵⁷, que declara na sua nota introdutória que o turismo é um dos principais meios de intercâmbio cultural e é cada vez mais reconhecido como conducente à proteção da natureza e da cultura, força positiva, património e cultura. A Carta Internacional para o Turismo Cultural levanta novos desafios decorrentes do engajamento entre as comunidades locais e os turistas, reconhecendo que o turismo excessivo pode prejudicar a integridade física e o significado do património, bem como o turismo inexistente ou mal administrado, pode levar à degradação dos espaços e estilos de vida das comunidades visitadas.

O turismo cultural é um fenómeno abrangente e complexo, considerado uma mais-valia ao património cultural e um meio privilegiado de intercâmbio e divulgação cultural. O turismo desta natureza proporciona um retorno económico do investimento na preservação do património, contribuindo para a sua contínua renovação em valorização e dinamismo. No entanto, o outro lado do turismo, que decorre de altos fluxos ou inexistência, ou má gestão, pode ameaçar a integridade das comunidades e acelerar a degradação das suas expressões culturais. O equilíbrio entre os diferentes princípios que regem a atividade económica e os princípios fundamentais de salvaguarda do património cultural deve ser feito de forma interdisciplinar entre todos os atores da sociedade, desde a própria comunidade de acolhimento aos protetores de museus e monumentos, operadores turísticos, culturais e naturais. O proprietário privado, é responsável por elaborar programas de desenvolvimento e políticos.

Ressaltando que o património cultural e natural é a base do desenvolvimento de uma sociedade, refletindo a sua evolução histórica e a sua natureza, neste documento, a gestão objetiva e equilibrada é considerada um papel fundamental para a sua aquisição intelectual e emocional. Essa gestão também deve evocar o respeito aos interesses e direitos das comunidades anfitriãs e reconhecê-las como agentes da continuidade dos valores culturais. Em seis pontos, a carta define os seus objetivos: 1 - a importância do turismo para a preservação do património e a sua importância física, intelectual e emocional, destacando a particularidade do património em diferentes níveis de significado (universal, nacional, regional ou local) características; 2 - Superar valores conflitantes para minimizar impactos negativos que afetem o património e o modo de vida da comunidade local, respeitando as necessidades e aspirações dos turistas. 3 - Qualidade da experiência turística e do comportamento turístico, 4 - Participação e participação ativa das comunidades locais em projetos relacionados com o seu património 5 - Património e gestão turística 6 - Promoção do turismo e valorização do património.

Os princípios expressos na Carta Internacional do Turismo Cultural pretendem encorajar e promover o trabalho de gestão do património cultural, o trabalho no turismo, a tradução dos programas e políticas propostas em interpretação e dinamismo cultural integrada com a proteção e preservação de grupos patrimoniais.

A formulação de leis, regulamentos e a estruturação dos órgãos administrativos têm como premissa o reconhecimento da existência de problemas de património histórico pelo poder público. Foi no

⁵⁷ Em 17 a 23 de outubro de 1999, adotada pelo ICOMOS na 12ª Assembleia-geral, realizada na cidade do México.

século XX, em plena transformação das estruturas sociais e ideológicas, que surgiu a necessidade de preservação, em função das amplas repercussões sociais implícitas da administração pública. Em Portugal, a legislação do século XIX teve de enfrentar graves problemas, como as consequências do processo de desagregação, a destruição do vandalismo revolucionário, a exportação ilegal de obras de arte, a falta de sistemas de catalogação e inventário, etc.; todas essas questões são tratadas individualmente por estatutos e leis específicas que não constituem um corpo jurídico totalmente definido e bem definido. A tarefa de elaborar leis gerais de proteção do património histórico, embora solicitada várias vezes, foi adiada até meados do século XX, especialmente em 1932. No entanto, nas primeiras décadas deste século, no entanto, nas primeiras décadas do século, foram adotadas importantes medidas legislativas que introduziram novidades e foram precursoras de modelos posteriores de evolução legislativa.

Os esforços legislativos durante os primeiros 30 anos do século XX foram reunidos num texto legal, o texto legal mais importante que encontramos antes da promulgação da legislação atual. Este é o decreto de abril de 1932.⁵⁸ A Lei não só forneceu um estatuto muito pormenorizado no sentido estabelecido pela Constituição, mas foi também um texto legislativo de longa data, pois se manteve em vigor e continuou a ser complementado por outras normas e estatutos, mais de meio século.

O decreto contém sessenta e oito introduções e seis capítulos: 1. Proteção e proteção de obras de arte e obras arqueológicas; 2. Alto Comissariado de Belas Artes; 3. Comissão Municipal de Artes e Arqueologia; 4. Monumentos Nacionais; 5. Museus; 4. Disposições gerais e transitórias. Refira-se que, quanto ao âmbito de aplicação, os diplomas estão sujeitos a "bens e mobiliário de valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático, dignos de inventário. Excluem-se as obras de autores vivos" (artigo 2); são de propriedade do Estado ou de propriedade e confiança das autoridades locais e de qualquer outra entidade moral; o segundo é o mobiliário e os bens imóveis pertencentes a particular (artigo 3). Este decreto mantém em vigor até então as regras da Lei de Classificação dos Monumentos de 1911 (artigo 34.).

No entanto, as restrições à aplicação de medidas de conservação limitam-se à classificação dos monumentos ou ao início do processo de classificação. Os artigos, 27 a 30 definem o mecanismo de classificação ou instauração do processo, que explica quais os bens classificados ou em vias de classificação e as taxas devidas pelo proprietário ou usufrutuário. O artigo refere-se à proibição de desmantelamento ou qualquer obra nele sem autorização especial da autoridade competente e enquadra-se na categoria de "instalação, construção ou reconstrução próximo de bens classificados" (artigo 45). Em matéria de competências e gestão, o diploma estabelece uma cuidadosa distribuição de competências, atribuindo precisamente as responsabilidades do Alto Comissariado das Belas Artes (catálogos e inventários, conservação e consolidação de monumentos.

A regulamentação do território nacional e de arqueologia e museus (artigos. 15 e 16), e uma ação administrativa que inclui representantes de órgãos consultivos e de informação (artigo 10). Quanto às limitações e responsabilidades patrimoniais, o diploma exige que os proprietários e usufrutuários do monumento solicitem ao Alto Comissariado das Belas Artes a autorização de qualquer obra sobre o mesmo, sendo de imediato responsáveis pela sua proteção (artigo 32), todas as obras consideradas necessárias pelo Ministro da Educação Pública para a proteção de bens classificados (Artigo 44);

Também considera a possibilidade de desapropriação governamental de prédios, quando o proprietário se opuser à classificação do imóvel, ou quando "nas áreas protegidas estabelecidas para cada imóvel classificado, qualquer edifício ou instalação que prejudique a boa conservação do monumento, ofenda ou desvirtue o seu caráter" (artigo 25), a norma estende-se a "Terrenos e edifícios, a menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como Monumento Nacional, que não possa ser vendido sem a aprovação do Alto Comissariado de Belas Artes, a quem compete informar o Estado de Conveniência. Direito à sua posse ou consentimento para a sua transferência" (artigo 26). A validade deste decreto de 1932 foi ampla, existiu

⁵⁸ Foi alterado pelos Decretos-Lei n.º 22:860, de 20 de julho de 1933, Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de maio de 1938, Decreto-Lei n.º 116-B/76, de 9 de fevereiro de 1976.

temporalmente acima da imagem política e devido às mudanças sofridas pelas instituições e estruturas de poder até ser adotado pela Lei Básica do Património Cultural (Lei n.º 13/85). Substituído, 6 de julho.

A Lei n.º 13/85, de 6 de julho⁵⁹, regulamenta as formas e regimes de proteção do património cultural, nomeadamente a classificação dos bens imóveis e móveis e o seu regime específico, bem como o regime do património arqueológico, a proteção e valorização do património cultural, bem como as salvaguardas e sanções aplicáveis.⁶⁰ A legislação posterior a 1985 limitou-se, por um lado, a modificar determinados termos e, por outro, a aperfeiçoar algumas das suas disposições. Essa lei nunca foi regulamentada e pouco contribuiu para a proteção e preservação do património edificado. A lei atual é baseada em políticas e instituições para a proteção e valorização do património cultural.

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, expressa a origem dos acordos e recomendações produzidos pela comunidade internacional e os seus órgãos representativos, que não foram ajustados na legislação anterior e estabeleceram novos Organismos Competentes e Comunidades Autónomas (artigo 2). Também determina que todas as referências às suas regras contidas em leis ou regulamentos separados são consideradas feitas em relação às suas disposições correspondentes. Na questão da regulamentação do uso de monumentos, aumentaram as sanções por uso indevido, novamente considerando a possibilidade de desapropriação (artigo 50). O conteúdo da legislação original "Monumentos e Grupos de Sítios" foi revisto, e os departamentos de gestão das regiões centrais, autónomas e municípios diretamente dependentes do Governo Central esclareceram a responsabilidade pela conservação dos monumentos sendo tomadas importantes medidas financeiras. Trabalhos de restauro e conservação.

No que respeita à legislação relacionada com o turismo, a primeira lei hoteleira mais importante para o turismo em Portugal data de 1930: Decreto n.º 19 101, de 4 de dezembro. Neste decreto, a utilização do termo hotel deixa de ser gratuita e expressa o reconhecimento oficial da categoria de alojamento turístico. No entanto, a definição legal de pousada remonta a 1941 e entrou em vigor em 9 de maio pelo Decreto n.º 31:259. O diploma define o regime de exploração das pousadas: as pousadas instaladas em edifícios do Estado para o efeito equivalem a estes hotéis para todos os efeitos. Sobretudo comida para eles, e pelo seu estilo e cor, devem enquadrar-se tanto quanto possível na zona pitoresca, e dado o objetivo fundamental da publicidade turística, constituem elementos para orientar a pequena indústria hoteleira, tomando como exemplo a modelação de operações de serviços. Incluem a responsabilidade pela manutenção do edifício e enchimento.⁶¹ O artigo 5 é a isenção fiscal, ou seja, a contribuição industrial e a tributação do executivo durante os dois primeiros anos. Atribuição legal do SNI.

Conforme consta do artigo, n.º 11, do Decreto n.º 34.134, de 24 de novembro de 1944, que regulamenta os serviços do SNI. Desde 1954, as pousadas estão sujeitas às disposições da Lei n.º 2073, de 23 de dezembro (doravante denominada Lei da Hotelaria)⁶² e ao Regulamento da Concessão das Pousadas de Turismo.⁶³ A Lei hoteleira na sessão 1 aprovou a existência de uma série de hotéis e estabelecimentos similares nos quais as pessoas interessadas em turismo se qualificam. Entre os vários hotéis e estabelecimentos similares encontram-se as pousadas. O artigo refere-se à especificação das características e requisitos mínimos de cada tipo de sítio por classificação.

⁵⁹ A 8 de setembro. A Lei n.º 13/85, de 6 de julho, foi anulada pela Lei n.º 107/2001.

⁶⁰ Virgolino Ferreira Jorge sobre esta lei adjetiva-a de "apressada e regulamentável". Cf. Do autor, "Conservação do Património e Igreja em Portugal", Cultura e Património, Câmara Municipal de Portel, Edições Colibri, Lisboa, 2005, p. 73.

⁶¹ "Objetos do respetivo recheio ou deterioração imputável a culpa, ou negligência, a sua ou de outrem." Cf. N.º 1 do artigo.

⁶² Apesar do articulado da lei remeter para regulamentação as características e requisitos mínimos dos estabelecimentos, o diploma nunca foi regulamentado. Segundo Sérgio Palma Brito, apesar da ausência de regulamento existiam "normas provisórias" para a classificação hoteleira. Cf. Do autor, Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo, Vol. 2.

⁶³ De 12 de janeiro de 1954, publicado em Diário do Governo, 2ª Série, n.º 9.

3.3. Programa Turístico das Pousadas

As pousadas eram monumentos históricos, que deixaram de ter uma função, muitos deles reflexo da Extinção das Ordens Religiosas, que foi em 1834 que se tornou um de uns acontecimentos mais marcantes da história de Portugal. Um facto determinante no destino do panorama cultural e patrimonial ao longo dos séculos XIX e XX, onde teve um grande impacto, porque a maioria dos conventos estavam disponíveis, e o estado português tomou posse.

Foi fundamente a recuperação do património para uso das pessoas de aproveitar e de apresentar uma certa internacionalização do país, uma aposta no turismo. Devemos partir de um estudo do próprio edifício histórico, enquanto elemento arquitetónico que constitui a principal fonte de uma interpretação forte e profunda do mesmo. A análise da linguagem arquitetónica abre novas possibilidades metodológicas de revisão e atualização arquitetónica em sentido amplo. Abraçar estruturas linguísticas na arquitetura nos permite identificar e categorizar os blocos de construção do passado. Neste capítulo, descreveremos as intervenções realizadas através da compreensão da natureza e vida dos edifícios, e compreender os vários campos de intervenção que os compõem.

Essas intervenções vieram de diferentes períodos, e diferentes filosofias de intervenção foram-lhes associadas. Diferentes tipos de monumentos são adicionados a esses vetores de análise: castelos e mosteiros. Acreditamos que as ideias de intervenção são sempre mais bem explicadas por exemplos concretos. Considerando a transformação da exploração de monumentos por programas de turismo (sejam castelos, mosteiros ou outros), não podemos esquecer que uma das maiores indústrias do mundo é o turismo. Alguns foram preservados e aprimorados, mas alguns se deterioraram. Nesse processo de expansão e desaparecimento, esses edifícios atendem a objetivos políticos, culturais, económicos e académicos.

3.3.1. Adaptação de Monumentos Históricos em Pousadas

O primeiro monumento a ser convertido em pousada foi o Castelo de Óbidos, inaugurado em 1950. Durante as décadas de 1960 e 1970, abriram cinco pousadas no sul de Portugal. Nas décadas de 1980 e 1990, abriram nove, três delas, no norte de Portugal. Após um estudo de documentação das pousadas construídas no período estudado (1950 a 2003).

“Intervir nas Pousadas construídas de raiz, sem entendê-las patrimonialmente é, para alguns historiadores da arquitetura, uma ameaça ao que de mais inovador o programa de Pousadas teve. Da mesma forma, a restrição das Pousadas à funcionalização do património, homologada pelo decreto de 1997.”⁶⁴

A primeira fase foi definida pelas intervenções entre 1950 e 1990, no quadro marcado pela intervenção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Em que a sua missão era ser responsável, com especial cuidado, pela preservação e proteção do património arquitetónico da nação. Nesta fase, os monumentos construídos devem ser exemplos do passado, capazes de atestar momentos de vitória na história da nação, ou seja, documentos históricos vivos, provas de factos e figuras de uma época gloriosa e, em simultâneo, do novo símbolo de identidade nacional. Outra característica desta fase é a abertura a outros conceitos e normas internacionalmente reconhecidos, nomeadamente a Teoria da Restauração das cartas e convenções internacionais resultantes.

⁶⁴ PRISTA, Marta Lalanda (Discursos Sobre O Passado: Investimentos Patrimoniais Nas Pousadas De Portugal), p. 121.

A segunda fase é baseada no período 1990-1996. Nesta fase, os objetos são vistos como uma coleção de materiais a serem processados e interpretados, ao invés de um único edifício a ser recuperado.

A terceira fase, as intervenções realizadas entre 1997 e 2003, caracterizou-se por um estudo exaustivo da estrutura do edifício e das funções desempenhadas ao longo dos anos, e pela aplicação de normas internacionalmente reconhecidas como referência para a intervenção. As pousadas estão listadas em ordem cronológica. Para cada um são descritos os diferentes espaços e as ligações entre eles, identificando as intervenções realizadas para adaptar o monumento para uma pousada.



I Fase [1950-1990] - vermelho

- Óbidos - Pousada do Castelo, 1950, (MN)
- Sagres - Pousada de Belixe, 1960, (IIP)
- Setúbal - Pousada de São Filipe, 1965, (MN)
- Évora - Pousada dos Lóios, 1963, (MN)
- Estremoz - Pousada Rainha Santa Isabel, 1970 (MN)
- Palmela – Pousada de Palmela, 1979, (MN)
- Vila Nova da Cerveira - Pousa Dom Dinis, 1982 (IIP)
- Guimarães - Pousada de Santa Marinha, 1985, (IIP)

II Fase [1990-1996] - azul

- Alvito - Pousada Castelo de Alvito, 1993, (MN)
- Beja - Pousada de São Francisco, 1994, (IIP)
- Crato - Pousada Flor da Rosa, 1995, (MN)
- Queluz - Pousada D. Maria I, 1995, (IIP)
- Amares - Pousada Santa Maria do Bouro (IIP)

III Fase [1997-2003] - verde

- Vila Viçosa - Pousada D. João IV, 1997, (MN)
- Arraiolos - Pousada N.Sra. da Assunção, 1997, (MN)
- Alcácer do Sal - Pousada D. Afonso II, 1999
- Belmonte - Pousada de Belmonte, 1999, (IIP)

Nota

(círculo cheio: pousadas analisadas)

3.4. Fase I [1950-1989]

Na primeira fase, a intervenção ocorreu entre 1950 e 1989. Estas pousadas são as sucessoras de alguns edifícios históricos cujo principal objetivo é desenvolver o turismo em todo o país.⁶⁵ O Castelo de Óbidos foi o primeiro grande projeto de adaptação uma pousada. Seguir-se-ão: Forte de Beliche (Sagres), Castelo de Setúbal, Convento dos Lóios (Évora), Castelo de Estremoz, Castelo de Palmela, Castelo de Vila Nova de Cerveira e Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães).

A escolha deste conjunto de edifícios, tem a ver com o impacto que tiveram na época, por sua vez, possuem estilo e tipologia arquitetónica próprias, por serem estruturas sólidas, simbólicas e monumentais em todos os lugares. A DGEMN, criada em 1929, desempenhou um papel preponderante na renovação do edifício. Na linguagem arquitetónica imposta aproxima do modelo interpretativo da história portuguesa, e o processo da DGEMN desde a conceção até à finalização.⁶⁶

Na segunda fase, a linguagem desenvolveu-se a partir da própria dimensão arquitetónica do local, nota-se maior presença dos arquitetos, embora ainda com uma estreita supervisão da DGEMN e da equipa interdisciplinar. A interdisciplinaridade (por exemplo, contribuições no campo da arqueologia ou da arquitetura paisagística) existe no desenvolvimento do projeto e também assume a responsabilidade profissional do arquiteto. Para a DGEMN, os papéis de moderador e supervisor são mantidos desde a conceção até a implementação da intervenção. Apesar do caráter ideológico que inspirou as ações e diretrizes da DGEMN, a abertura dos parâmetros de classificação e intervenção no património histórico foi paulatinamente influenciada pela Carta de Veneza (1964). Embora o arquiteto e a sua equipa tenham ganhado algum espaço na definição conceptual e prática, o protagonismo foi determinado pela DGEMN.

Nesta fase, para a análise da intervenção, escolhemos a Pousada Convento dos Lóios, por representar um tipo diferente de intervenção sobre o património, e o seu conceito de intervenção que caracteriza este período.

3.4.1. Évora | Pousada dos Lóios [1957-1963]

3.4.1.1 Enquadramento histórico

O convento de Lóios ou São Evangelista foi fundado no século XV, em 1497, por D. Rodrigo de Melo, 1.º Conde de Olivença. Iniciada a construção da igreja (oração de São João Evangelista), para ser o panteão da família, desejando personalizar o espaço fúnebre privado, cuidando da comunidade religiosa determinou que este seja plenamente cumprido e o caráter religioso era as atitudes predominantes da época.

⁶⁷

D. Rodrigo de Melo, profundamente comprometido com o culto, como administrador da futura casa de Deus, escolheu a congregação S. Jorge de Alga, de Veneza.⁶⁸ Conhecido em Portugal como Cãoe Secular de São João Evangelista, muitas vezes chamado Lóios ou Cãoe Azul, no ano de 1431 a ordem foi introduzida.

⁶⁵ Caracterizam-se por uma afirmação dos valores tradicionais do povo, da história e cultura portuguesas, que se refletem na autonomia do conceito de reconstrução no quadro da definição de património. Estas unidades hoteleiras foram criteriosamente selecionadas do ponto de vista logístico, ambiental e histórico.

⁶⁶ Paulo Pereira, "Intervenções no Património Edificado. Algo da História", Intervenções no Património, 1995-2000, IPPAR, Lisboa, 1997, p. 16.

⁶⁷ VIEIRA DA SILVA, José Custodio. O tardo-gótico em Portugal – Arquitetura no Alentejo. 1989 Pág. 25.

⁶⁸ ESPANCA, Túlio. Fortificações de Évora. 1945. Pág. 65.

D. João II foi autorizado a construir o referido mosteiro no terreno junto ao Paço das Cinco Quinas, onde se situava o castelo medieval da cidade. Em 1482, a condessa D. Isabel de Meneses morreu, e sua esposa, e no ano seguinte, o seu genro D. Álvaro, foi forçado ao exílio em Castela após uma fracassada conspiração contra o imperialismo. Isto resultou também na pena de morte para os irmãos de D. Álvaro e D. Fernando II, ambos filhos da Duquesa D. Fernando e D. Joana. Com o consentimento de D. João II e do bispo D. Garcia de Meneses, as obras avançaram até ao ponto onde o complexo do mosteiro foi efetivamente concluído em 1491, tendo-se realizado a consagração da igreja no mesmo local e ano.

Em 1498, os edifícios existentes foram ampliados. No século XVIII, o terramoto de 1755 danificou ainda mais o edifício, em ruínas, com obras de restauro na fachada e quartos. Em 1834, foi desmantelado e deixado desabitado durante muitos anos, mas sabe-se que foi convertido em sede do Conselho do Monumento Sul em 1937, e as obras de instalação foram realizadas em 1944 pelo Arquivo Regional de Évora. Está classificado como Monumento Nacional desde 1922 (29 de junho de 1922, dezembro n.º 8.217, DG 130).

Em 1957 iniciou-se um estudo de adaptação da Pousada, sob projeto do arquiteto Rui Ângelo do Couto, que foi inaugurada a 27 de março de 1963. Em 1986, o centro histórico da cidade de Évora, incluindo o mosteiro, foi declarado Património Mundial pela UNESCO.

3.4.1.2 Descrição do conjunto edificado

Situado na zona mais elevada da cidade de Évora, inserido na arquitetura Paço dos Duques de Cadaval em frente ao Templo de Diana, funde-se com o meio ambiente.

3.4.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada

O acesso é feito pelo Largo Conde de Vila Flor. Construída sobre as ruínas de um castelo medieval, é um excelente testemunho arquitetónico do gótico tardio alentejano. A fachada, já fruto de uma intervenção setecentista (1755), rebaixada relativamente à igreja adjacente, rasgado por janelas retangulares e um pórtico simples de pedra, sob um pequeno pórtico clássico, apoiado por elegantes colunas dóricas (figura 2 - H).

O convento tem planta quadrangular envolvendo um claustro de pé-direito duplo com galerias abertas por arcos ogivais, assentes em robustas colunas contíguas. Os capitéis são de natureza vegetal. O segundo andar é composto por uma arcada dupla com pequenos vidros (figura 3 – E). No rés-do-chão, destaca-se a entrada da antiga sala capitular (figura 3 – F), datada do século XVI, com exuberantes portas gradeadas com arcos de ferradura, um exemplo perfeito da arquitetura da região de Manuel Mudéjar. Existe também um medalhão na mesma porta, a lembrar o envolvimento de D. Rodrigo na Batalha de Zamora em 1508, pelo que as obras nesta sala terão uma data aproximada.

No piso térreo, o portal manivelado com arcos em ferradura, à entrada da Sala do Capítulo, é considerado um perfeito exemplar da arquitetura regional manuelino.

3.4.1.4 Autor do projeto de adaptação

O projeto tem autoria do Arquiteto Rui Ângelo do Couto, que foi um arquiteto português que nasceu em Lisboa, 3 de agosto de 1917, falecendo depois em Elvas, 13 de dezembro de 1998. Ficou conhecido por algumas intervenções em Pousada de Portugal, como a pousada dos Lóios e na pousada Rainha Santa Isabel.

3.4.1.5 Análise da intervenção efetuada

Com a publicação da Carta de Veneza em 1966 e a evolução da situação política no país, a DGEMN sofreu uma grande reformulação em 1974. Neste sentido, foi criada a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo sob a tutela do Ministério do Comércio Externo, tendo sido transferidos e consolidados "imóveis atribuídos pelo Estado à exploração de instalações hoteleiras."⁶⁹ Incluindo as "pousadas de Portugal."⁷⁰

Em 2003, com a privatização da ENATUR, as Pousadas de Portugal, geridas pelo Grupo Pestana, continuaram o desenvolvimento dos planos previamente estabelecidos. A concessão da exploração da pousada do Convento dos Lóios ao Grupo Pestana também não conduziu a quaisquer intervenções destinadas a otimizar a capacidade de ocupação da pousada.

Dito isto, segundo com o Grupo Pestana, foram também efetuadas as seguintes alterações:

- As salas de serviço dos novos volumes foram equipadas com instalações sanitárias próprias;
- Ampliação e reforma da área de serviço da pousada, próximo ao pátio dos carros e portaria, além do bar, cozinha do antigo convento, quartos de hóspedes que são 36;
- Renovação de claustros e restaurante, com a mesma função de distribuição;
- Transformação do restaurante da pousada (antiga cantina do convento) em sala de reuniões multifuncional, com acesso às atuais arrecadações garantidas com privacidade através da construção das atuais divisórias;
- 2006, modernização das infraestruturas (rede de água);
- 2014 Substituiu a maioria do vão exterior original da pousada.

Efetuiu algumas alterações internas e externas ao projeto original visando uma melhor e mais plena ocupação do espaço e melhor aproveitamento das suas atuais funções hoteleiras.

Há apenas uma janela em todo o pátio da mesma pousada, através da porta, mas ela não se comunica com a parte externa da pousada. Todas as alterações seguiram rigorosamente a linguagem do caráter do edifício, conforme o conceito do seu projeto original. Desta forma, o volume, a área do piso, a época do implante e o número de pisos permanecerão os mesmos. O principal objetivo das mudanças foi otimizar o aproveitamento do espaço nas áreas de uso privilegiado de ocupações nobres na sala para áreas que não eram utilizadas por nobres, algumas das quais nem sequer eram utilizadas.

A intervenção que ocorreu teve sempre presente uma ética de intervenção mínima, se inserir um edifício histórico no centro histórico, é importante manter a sua imagem estética, a pintura do edifício foi um dos problemas enfrentados pelos técnicos da área da conservação. A limpeza das paredes exteriores não foi muito agressiva, as paredes foram escovadas a seco com uma escova de dureza média. Os locais onde a sujidade é difícil de remover foram limpos com água a baixa pressão.

⁶⁹ Convento dos Lóios, Évora, Adaptação a Pousada, Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº119. 1965. Pág. 122.

⁷⁰ Decreto-Lei nº 119. 1965. Pág. 122.

3.4.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção



FIGURA 2- **A** PORMENOR DO INTERIOR DA IGREJA: CAMPA DE BRONZE; **B** TÚMULO NA IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA; **C** TRIBUNA NA IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA; **D** PORMENOR DO CLAUSTRO; **E** BALDAQUINO COM AS ARMAS DA FAMÍLIA MELO, JUNTO AO PORTAL DA IGREJA DE S. JOÃO EVANGELISTA; **F** PORTAL DA SALA DO CAPÍTULO; **G** PORMENOR DO CLAUSTRO; **H** PÓRTICO DO CONVENTO DOS LOIOS.

3.4.1.7 Elementos fotográficos depois da intervenção

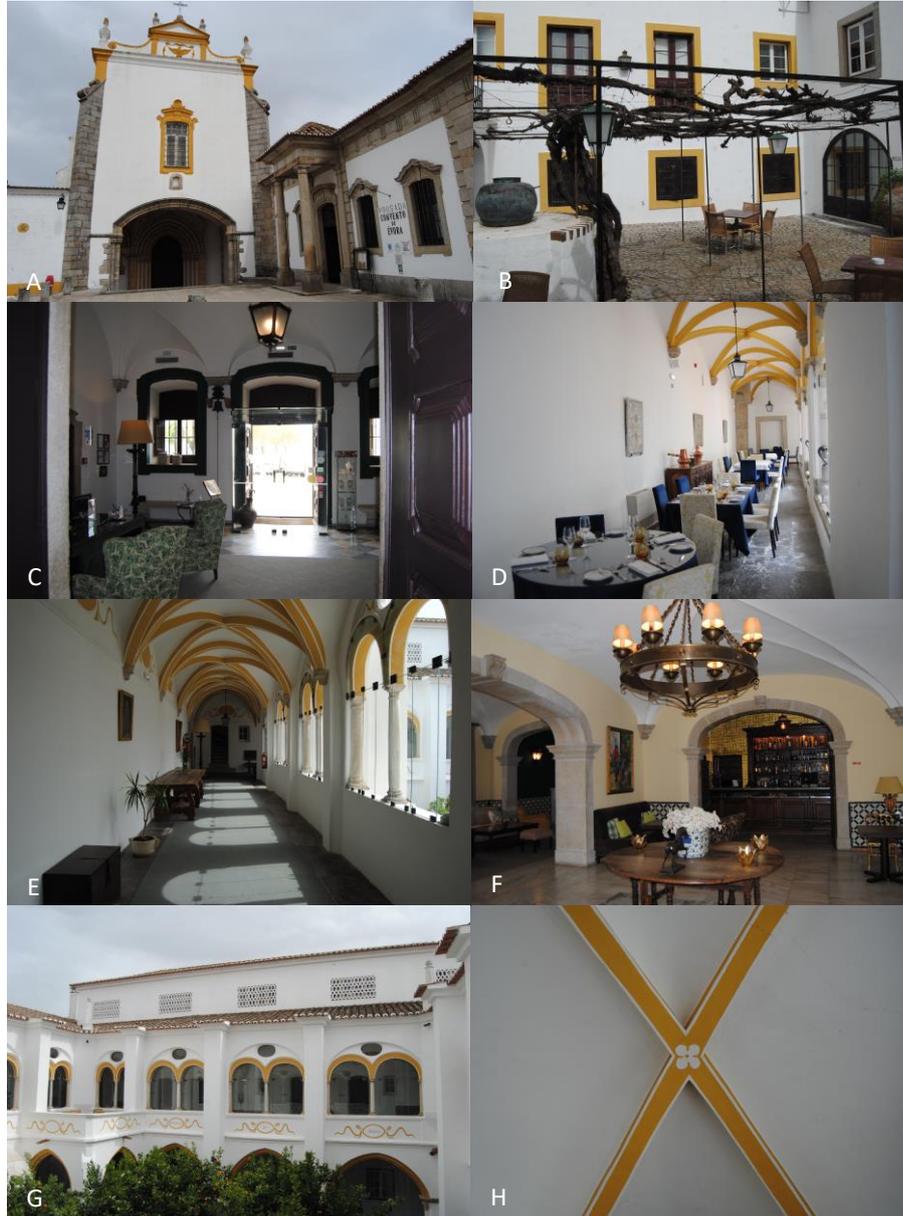


FIGURA 3- A IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA E POUSADA DOS LOIOS; B ESPLANADA; C RECEÇÃO; D RESTAURANTE; E CORREDOR DO ACESSO AOS QUARTOS; F BAR; G VISTA DO PRIMEIRO ANDAR PARA OS CLAUSTROS; H PORMENOR DO CLAUSTRO.

3.4.1.8 Ortofotomapa

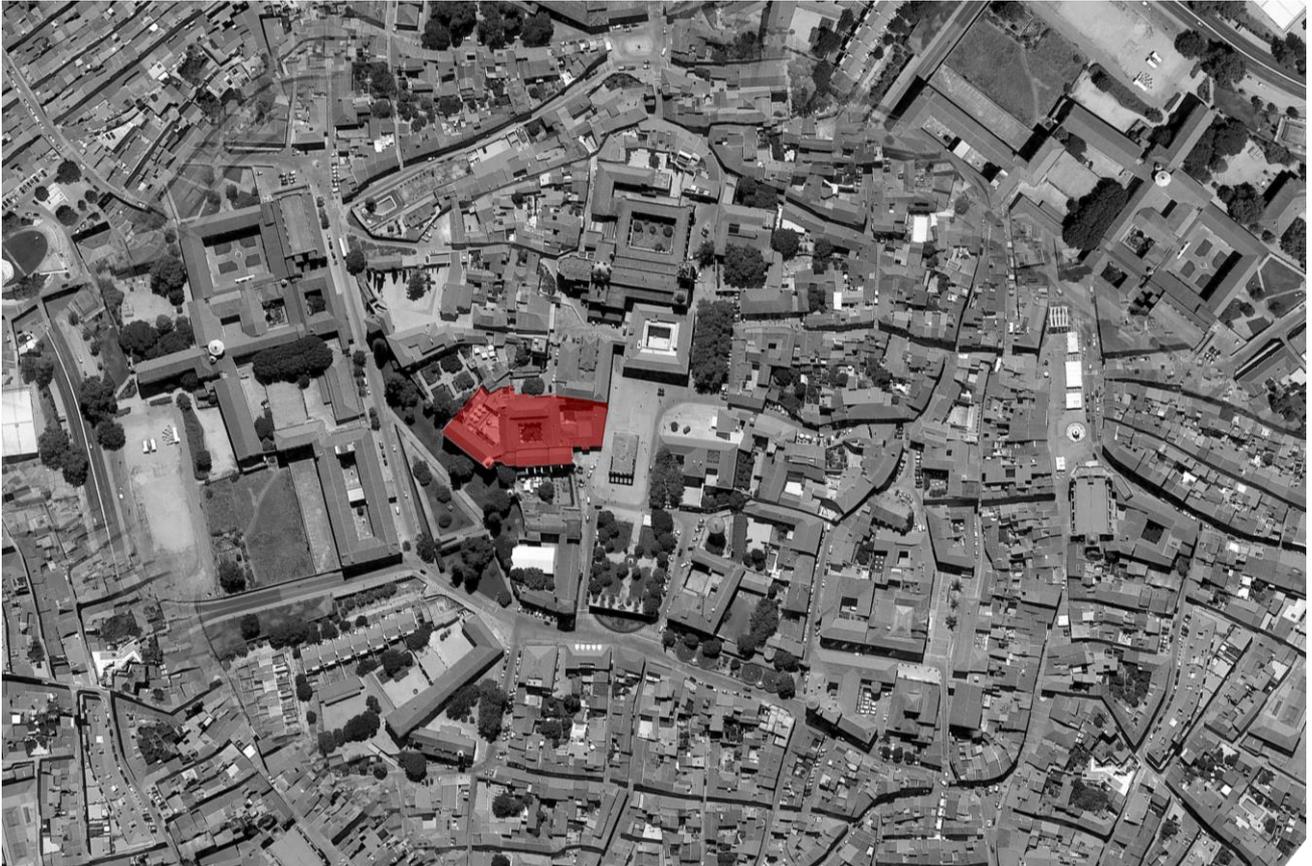
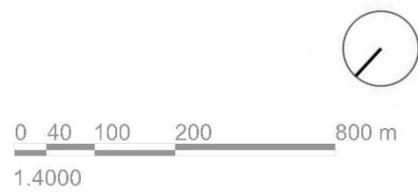


FIGURA 4- ORTOFOTOMAPA



3.4.1.9 Evolução da construção

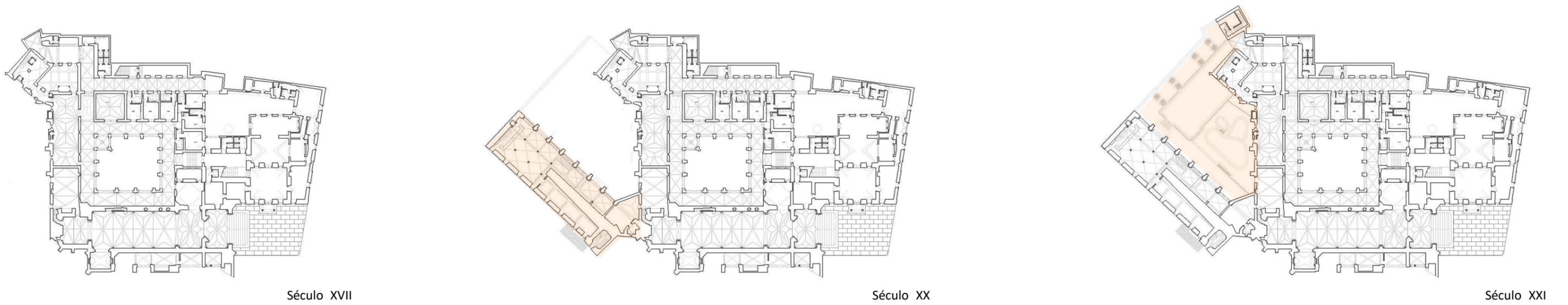
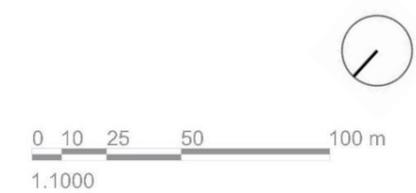


FIGURA 5- PLANTAS DO PISO 0. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO: SECULO XVIII, SECULO XX E PRESENTE.



3.4.1.10 Elementos gráficos

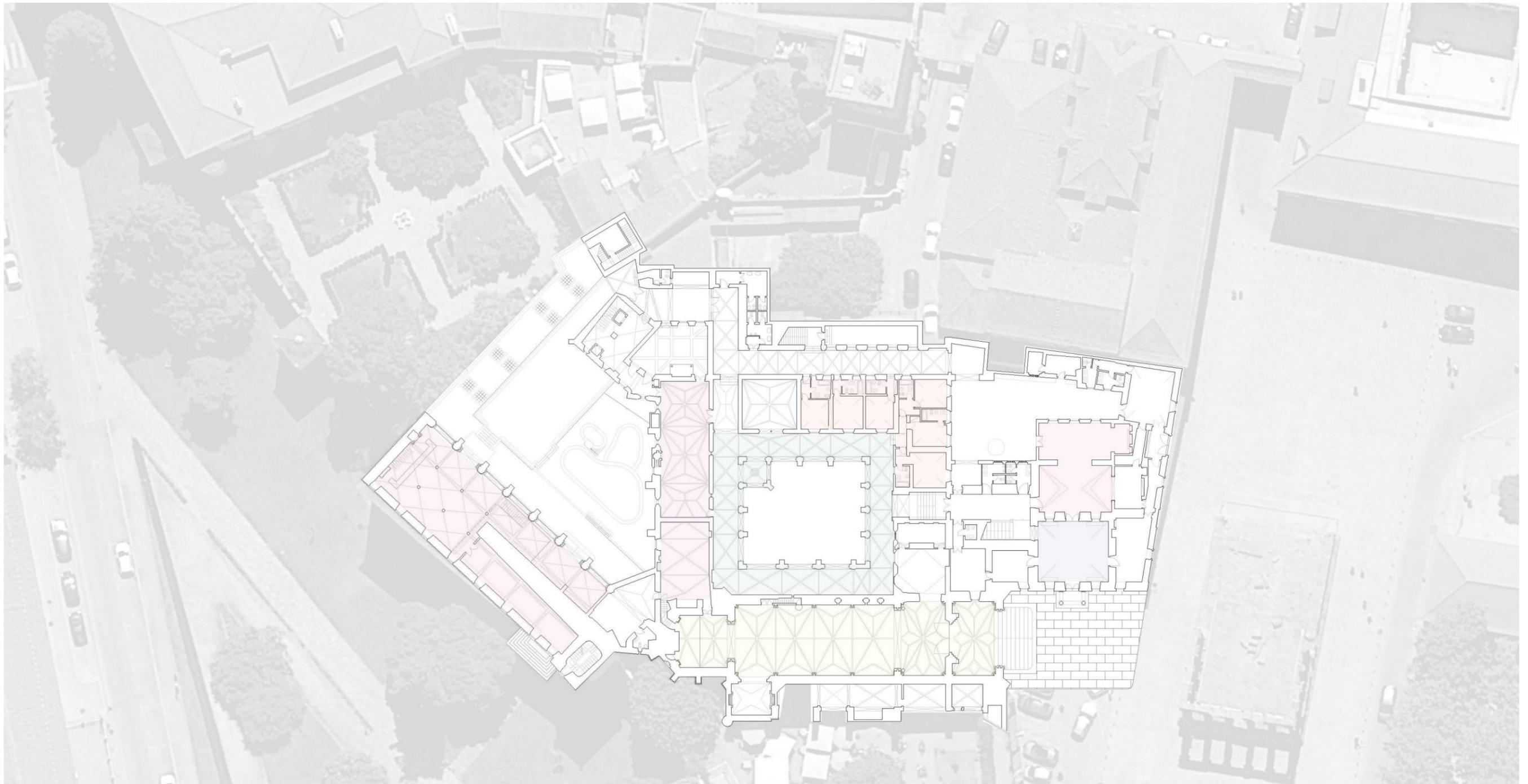


FIGURA 6- PLANTA DO PISO 0

- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns
- Recepção



0 5 15 30 50 m
1.500

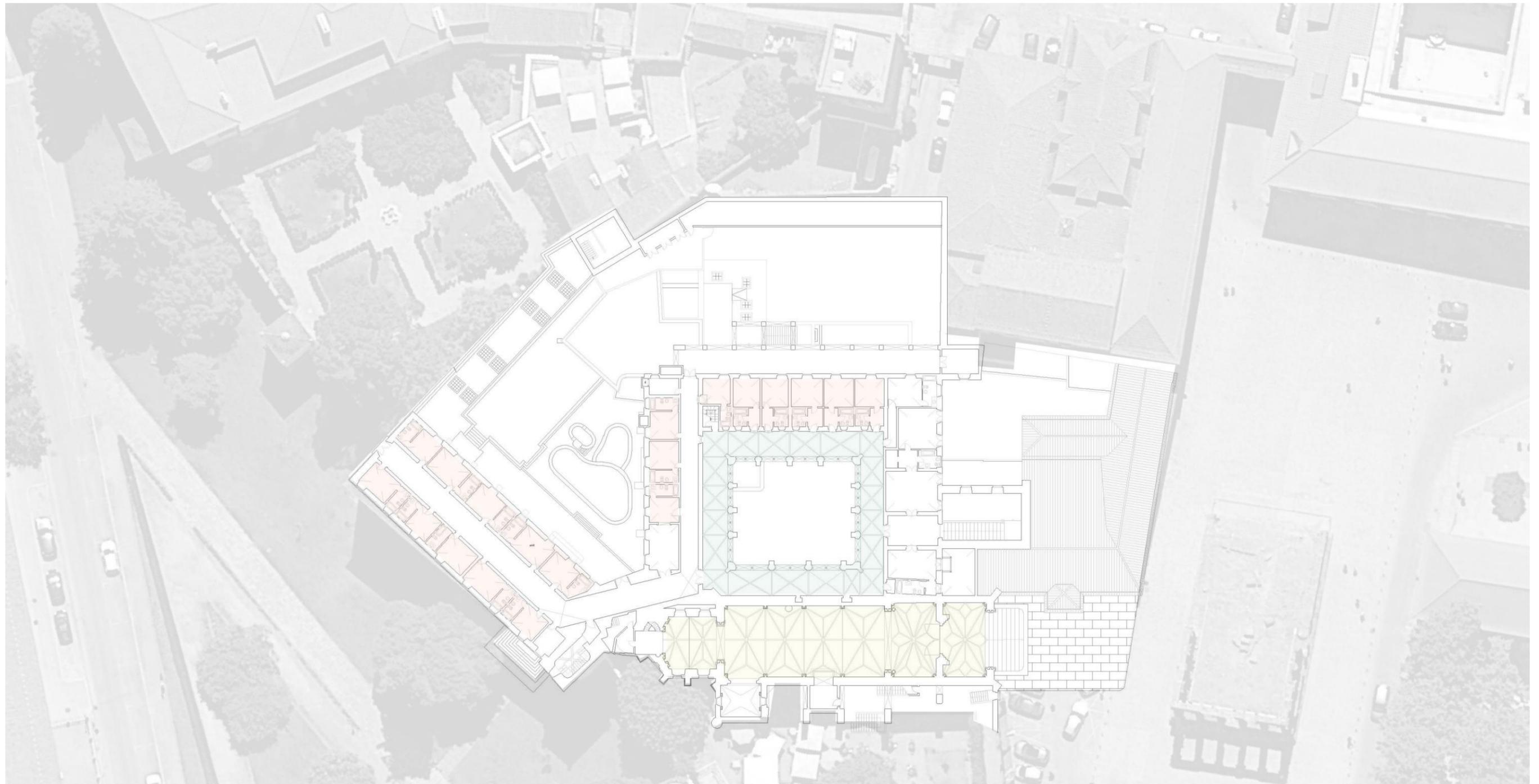


FIGURA 7- PLANTA DO PISO 1

- Igreja
- Claustro
- Quartos



0 5 15 30 50 m
1.500

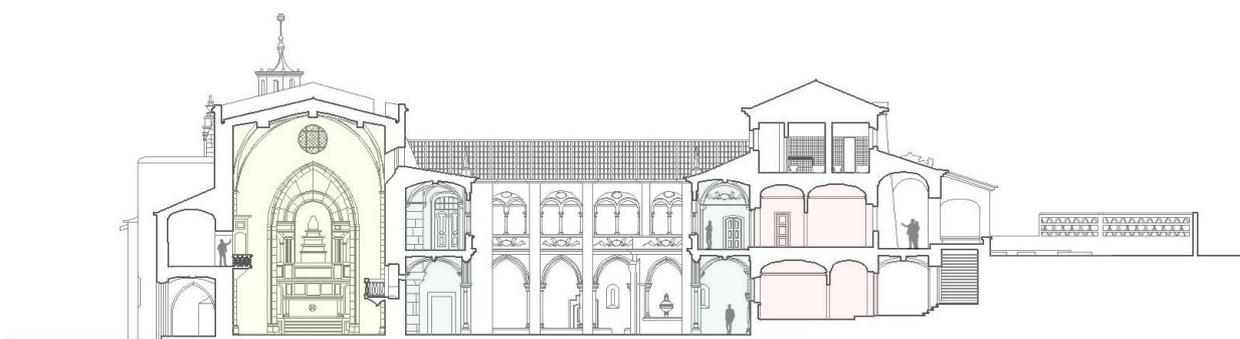
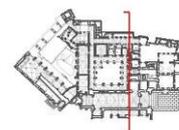


FIGURA 8- CORTE TRANSVERSAL



-  Igreja
-  Claustro
-  Quartos

0 5 15 30 50 m
1.500

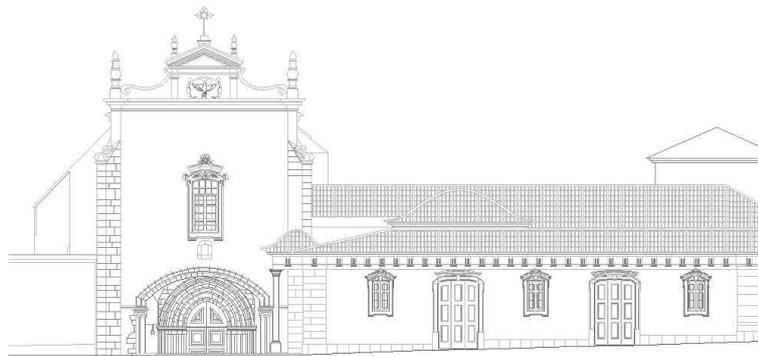
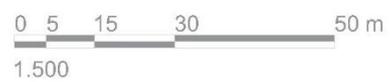


FIGURA 9- ALÇADO PRINCIPAL



3.5. Fase II [1989-1996]

Como já referido, neste grupo incluímos as pousadas com uma filosofia de intervenção, caracterizada por uma mudança na política de intervenção nos monumentos, ou seja, na forma como são tratados e interpretadas.

As intervenções no monumento neste período foram diretamente influenciadas pelo Plano Nacional de Hotelaria Turística 1989/1992 do arquiteto J. Santos Costa. O plano prevê:

“A transformação dos edifícios de qualidade existentes em pousadas, contribuindo assim para uma recuperação significativa e exemplar do património cultural do nosso país e uma cobertura nacional do território de acordo com as necessidades de cada região.”⁷¹

O património histórico é considerado um produto cultural nesta fase. O estado é o primeiro a capitalizar a situação em benefício do turismo, aproveitando-o. A ENATUR (fundada em 1979) é responsável pela reorganização, racionalização e operacionalização destes projetos de desenvolvimento turístico (pousadas), que eram governadas pelo Estado.⁷²

Também é responsável por desenvolver planos funcionais para as pousadas e avaliar propostas de licitação. Portanto, ele escolheu uma equipa de designers que são principalmente arquitetos famosos. Com esta escolha, o estado (leia-se ENATUR) atua como participante ativo na política de turismo, visando alcançar construções de maior qualidade. A Administração Geral de Turismo é responsável por verificar os requisitos operacionais de classificação de pousadas através da análise de projetos (licenciamento) e classificação das pousadas.⁷³

Além dessas atribuições, ele pode acompanhar o desenvolvimento do projeto por meio de visitas ao local e reuniões conjuntas. Como tal, estas pousadas são geridas pela ENATUR, DGEMN e DGT, sendo que cada uma destas entidades comenta as suas áreas específicas na tentativa de chegar a um consenso sobre o projeto final.

A transformação organizacional da DGEMN também contribuiu para esta fase de reflexão e debate sobre os princípios de intervenção no património arquitetónico. As posições que intervêm no património arquitetónico passaram a incluir “as relações com o tempo e a história, o saber e a arte”, (Françoise Choay, A Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa, 2006, p. 211). Durante este período, a DGEMN também organizou e atualizou o Registo Nacional do Património Arquitetónico, resultando no Inventário do Património Arquitetónico (IPA).⁷⁴ Nesta fase, o Castelo de Alvito, Convento de São Francisco (Beja), Mosteiro Flor da Rosa (Crato), as cavalariças do Palácio de Queluz e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Amares).

⁷¹ Foi em julho de 1989, plano nacional de pousadas de turismo de 1989/1992, DGEMN/ENATUR, pp. 5-6. Este plano foi particularmente importante porque foi posto em prática pela introdução do Plano Nacional de Turismo de 1986 (elaborado pelo Secretário de Estado do Turismo e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 6 de fevereiro de 1986), atualizando os planos de pousadas de 1966 e 1980. Cf. Plano 1989/1992..., ob. cit., pp. 3-4.

⁷² A ENATUR poderia também “propor o aproveitamento turístico dos espaços disponíveis pertencentes ao Estado, de forma independente ou com a participação do setor privado”. Ver c) do artigo 4.º do Decreto n.º 157/86, de 25 de junho.

⁷³ “As instalações hoteleiras são instaladas por iniciativa pública por sugestão dos proprietários interessados, em objetos que tenham capacidade de alojamento limitada e respeitem a solução arquitetónica, os materiais utilizados, as características locais e estejam localizadas fora das zonas turísticas com suficiente apoio hoteleiro”. Ver artigo 1.º da Lei n.º 207/84, de 25 de junho.

Para a análise da intervenção, escolhemos o Mosteiro Flor da Rosa (Crato), por representar, nesta fase, intervenções sobre o património histórico edificado. A julgar por algumas semelhanças volumétricas no monumento, esta intervenção reflete um conforto com carácter estético, da sua dimensão simbólica e capacidade funcional.

3.5.1. Crato | Pousada Flor da Rosa [1990-1995]

3.5.1.1 Enquadramento histórico

Crato é o lar de um antigo mosteiro. A freguesia da Flor da Rosa, situada a 1,5 km da vila do Crato, alberga o mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa, cuja data de fundação é geralmente considerada em 1356.

*"Essa crença é generalizada por meio de repetidas menções nos escritos de diferentes autores, sejam simples menções transmitidas sem instrumento científico, ou obras com maior comprometimento histórico."*⁷⁵

Esses estudiosos certamente se baseariam no Dicionário Geográfico de P. Luiz Cardoso, deu 1356 como data da fundação do mosteiro que, segundo os primeiros escritos, na Ordem Militar de Malta, isso é referido novamente:

*"Que apresenta uma abordagem erudita e cronológica da inauguração de mosteiros e povoações, exposição entre 1793 e 1800, de José Anastácio de Figueiredo."*⁷⁶

Conforme com a pesquisa realizada para o alojamento da pousada, em que foram analisadas questões de edifícios históricos, tendo em conta os campos da arqueologia e da história da arte, foi referido que o complexo teve quatro fases principais de construção, desde o período medieval. No século XVI:

*"O núcleo original era uma pequena fortaleza gótica, possivelmente do século XIII, de forma quadrangular com buracos e pedregulhos, localizada onde o Castelo do Crato já não podia dominar visualmente o território - localizado a cerca de 2 km a sul, escavações recentes revelaram o alto nível de existência na Idade Média e a pré-existência das Idades do Bronze e do Ferro."*⁷⁷

⁷⁴ O IPA foi disponibilizado para consulta pública em 1993, e surgiu a partir da estratégia sectorial do Plano de Turismo de 1977-80.

⁷⁵ Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, Santa Maria de Flor da Rosa: Um Estudo de História da Arte, Câmara Municipal do Crato, (s/d), p.23.

⁷⁶ A Idade Média representa três dessas fases. A primeira corresponde à construção de uma estrutura quadrilateral constituída por dois painéis de parede concêntricos, cujo revestimento interior e exterior é constituído por blocos bem equipados e de distribuição regular. A segunda fase corresponde à construção do palácio do castelo, constituído apenas pela torre principal e por uma hipotética torre avançada, na fachada sul junto à entrada atual, cujos vestígios corresponderão ao passadiço das catanas. Esta fase inclui ainda algumas alterações efetuadas no interior da quadrícula com o rebaixamento dos arcos e a implementação de um pavimento em madeira. A terceira fase corresponde à reconstrução da cabeceira do templo e à construção do transepto, bem como ao reforço das paredes para elevação da nave.

⁷⁷ Arquivo IPPAR, Évora, Processo IPPAR/DRE 4.06.006. Informação n.º 29/09/1993, do Dr. Rui Parreira, para a presidência do IPPAR.

O mosteiro foi mandado construir por D. Álvares Gonçalves Pereira, pai do Condestável D. Nuno e Ordem Hospitalar, que residia no paço anexo. A sua localização na fronteira e numa área propícia à colonização, tornou-se um símbolo do poder dos Cavaleiros de Malta.⁷⁸

"Em meados do século XV, o conjunto foi renovado pela primeira vez, coincidindo com os mosteiros de D. Nuno de Góis (década de 1940) e D. Vasco de Ataíde (década de 1950). XVI, desta vez pelo Reverendo D. Diogo de Almeida, aqui sepultado em 1508. Mais tarde, em 1527, o Infante D. Luís assumiu a gestão dos bens do hospital, decidiu-se ali estabelecer por trinta religiões a Universidade."⁷⁹

Após a perda da independência dos Cavaleiros no início do século XVII, o mosteiro entrou em declínio:

"O governo Filipes fez com que o edifício ficasse quase abandonado, o que foi ainda mais acentuado durante a Guerra da Restauração. No entanto, o terramoto de 1755 causou pequenos danos, que foram rapidamente reparados por iniciativa do Infante D. Pedro, administrador da Cavaleiros na época para 1758."⁸⁰

Na Casa do Infante, com o acréscimo dos bens da Ordem de Malta em 1789, a degradação do mosteiro intensificou-se, e com a extinção da Ordem da Religião em 1834, tornou-se catastrófica. O mosteiro esteve abandonado durante muitos anos, degradando todo o edifício, originando:

"A 17 de janeiro de 1897, o abade do mosteiro desmoronou. Desde então, o mosteiro foi conquistado por ruínas."⁸¹

Em meados da década de 1940 a DGEMN executou extensas obras de restauro, reconstrução, que marcaram a face do local, a cabeceira e a parte arruinada do mosteiro. Já nos finais do século XX, o arquiteto Carrilho da Graça converteu o antigo mosteiro em Pousada, entre o período de 1990 e 1995.

3.5.1.2 Descrição do conjunto edificado

O Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa localiza-se na Rua do Largo da Igreja, na freguesia da Flor da Rosa, a 1,5 km da cidade do Crato, no lado esquerdo da estrada Crato – Alpalhão, no distrito de Portalegre. O mosteiro está localizado na planície no extremo norte da Flor da Rosa. Ele está localizado num local remoto cercado por terras agrícolas a oeste, norte e leste.

⁷⁸ A chegada dos Cavaleiros de São João a Portugal deu-se entre 1114 e 1132. Esta ordem militar, apesar de manter as características de atendimento hospitalar, distinguiu-se na luta pela reconquista dos territórios ocupados pelos muçulmanos. Os monges da Ordem Hospitaleira, mais tarde chamada Ordem de Malta, dividiram o seu trabalho entre ação benevolente direta e ação guerreira cavalheiresca.

⁷⁹ Paulo Pereira e Jorge Rodrigues, Guia Artístico do Crato, Câmara Municipal do Crato, 1989, p.46.

⁸⁰ Cf. Paulo Pereira e Jorge Rodrigues, ob. cit., p. 46.

⁸¹ Idem, ibidem, p. 46.

O conjunto urbano onde se localiza o mosteiro é uma estrutura construtiva densa e linear que forma espaços urbanos de diferentes escalas – ruas, praças, parques infantis – e os limites da paisagem (urbana e rural) são concretizados por um conjunto de lotes, em estilo "quintal" ou "campo", em torno de áreas de aglomeração.

3.5.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada

Ao longo dos anos, este complexo edifício existente foi alvo de várias intervenções, ampliações e ampliações; reúne três funções distintas, mas complementares: uma igreja, um paço fortificado e um mosteiro. A pousada ocupa parte do complexo e do prédio adjacente ao mosteiro. O restante espaço preexistente é gerido pelo IGESPAR.⁸² A entrada no monumento faz-se pela fachada principal virada a sul, marcada por um pórtico elevado, um pórtico e uma porta renascentista⁸³, que antecede o corredor e termina no claustro (figura 12 – A).

A entrada da pousada faz-se pelo lado este do claustro. O hall de entrada está ligado à zona de receção e à zona de estar⁸⁴, e alberga dois quartos de uso temporário.⁸⁵ Possui ainda degraus em pedra que conduzem ao espaço onde se situam as casas de banho. As áreas de receção e áreas de descanso, localizado no corpo norte, comunica-se com uma área de serviço composta por elevadores que auxilia o atendimento das seis unidades de alojamento do primeiro andar. A sala de jantar, o bar e a sala de estar do restaurante situam-se no piso superior do mosteiro, interligados com um novo edifício constituído por elevadores e escadas, bem como as zonas de serviço. No andar de cima, a área de serviço tem uma cozinha; no piso térreo, escritórios, cubículos de apoio e áreas de abastecimento; no subsolo, os cubículos de apoio aos serviços da pousada. Este corpo principal estende o volume da sala de uso temporário a norte, enquanto no piso térreo comunica com as áreas de receção e estar. No lado norte, o corpo principal se estende para leste com treze unidades de alojamento no piso térreo, enquanto a área de serviço se estende até o piso superior.

O palácio fortificado a sul e a nascente dispõe de três unidades de alojamento, do tipo suite, localizadas em diferentes pisos, servidas por elevadores e escadas:

*"No lado sul da torre principal do Paço de D. Álvaro, a sala tem um piso duplo. De um lado deste espaço, no quarto imaginário de D. Álvaro, encontram-se mais três suites que complementam as instalações residenciais da Pousada, acessível por escadas."*⁸⁶

No projeto estrutural, foi feita a distinção entre quatro áreas de intervenção da estrutura do mosteiro: a área ligada ao novo corpo, a área das unidades de alojamento no piso intermédio, a área construída para o efeito e a área do telhado.

Também nesta área, mais concretamente na antiga cozinha, foram construídas duas lajes de betão (figura 11 – B), suportadas por perfis metálicos apoiados por ancoragens nas paredes de alvenaria (figura 11 – C), uma das lajes será o piso aproveitável e a outra será utilizada apenas para esteiras. Na segunda área, para criar duas salas, foi construído um nível intermediário próximo ao claustro. A terceira área abrange várias

⁸² O espaço, mal conservado, serve de acolhimento aos visitantes. Para estes espaços foi prevista a ocupação contínua com áreas de trabalho para o IPPAR (atualmente IGESPAR), exposições, centro de interpretação, núcleo museológico e outras atividades.

⁸³ Características listadas no item de descrição do formulário Inventário do Património Arquitetónico.

⁸⁴ De acordo com os documentos constantes do dossier da ENATUR, esta área, contígua às salas de uso temporário e prolongando-se a norte, teria sido a antiga cozinha, pois existia uma chaminé.

⁸⁵ O arquiteto João Luís Carrilho da Graça afirma no Programa Básico de 4 de junho de 1991 que estas salas são renascentistas.

⁸⁶ Cf. João Luís Carrilho da Graça, Programa Base, ob. cit..

áreas, ao tratar da construção de coberturas ou da confecção de esteiras. No entanto, podemos mencionar que a cobertura da referida sala é um exemplo disso, pois é construída com uma laje de betão em duas águas (figura 11 – F). De planta aproximadamente quadrada, a torre é composta por três pavimentos, sendo um nível médio e dois em toda a área útil para a realização das suites. A pousada dispõe de um sistema de ar condicionado desenvolvido de acordo com Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE).

No novo corpo construtivo, não existem restrições à implementação deste sistema. Na edificação do mosteiro, incluindo o sistema de climatização de todos os espaços, com exceção das instalações sanitárias, as condutas utilizam o piso e a cobertura e evitam a utilização de paredes.

3.5.1.4 Autor do projeto de adaptação

Este projeto tem a autoria do Arquiteto João Luís Carrilho da Graça, que se licenciou-se em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1977 e desde então dirige o seu próprio atelier. Entre 1977 e 1992 trabalhou como assistente na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, desempenhando alternadamente a cadeira de projeto do primeiro e do último ano do curso. Em 9 de julho de 1999, foi condecorado com a Ordem do General. Em 2001 foi professor visitante no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa e desde 2005 como professor visitante no Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora. Ele também é professor na Escola de Arquitetura da Universidade de Navarra.

3.5.1.5 Análise da intervenção efetuada

A capacidade de adaptação do complexo e dos seus edifícios às funções da pousada é quase nula. Apesar da sua forma quadrangular, o edifício é maioritariamente irregular no espaço e não tem seguimento. Por exemplo, temos a torre do paço, que pela sua estrutura não permite a interligação das unidades de alojamento com o restante espaço hoteleiro.

A utilização do espaço térreo e superior dificilmente sente a pré-existência deste espaço. O que dificulta a leitura do monumento, como a circulação entre os andares.

O edifício original tinha pouca luz natural. Grande parte das intervenções apresentavam problemas na infraestrutura técnica, como canais de água, esgotos, sistemas de ar condicionado, redes elétricas, sistemas de deteção de incêndios, etc. Como questão central que parece não ter resposta adequada, o problema da implantação do complexo no maciço rochoso, que dificulta todo o processo, principalmente a drenagem das águas pluviais, é atualmente um problema frequente, resultando numa inundação da adega. Igualmente problemática é a infiltração do conjunto, que exige uma manutenção constante e muito cuidadosa. De facto, foram realizados vários estudos e planos para formular o projeto de reabilitação do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa, que deu um suporte fundamental a esta intervenção, como os planos de ação revitalizados da Flor da Rosa e do Crato que visam a utilização dos espaços do IGESPAR para diversas atividades culturais.

No plano, essas atividades combinam sinergias desenvolvidas em parceria com Câmara Municipal de Crato para melhor aproveitamento dos recursos e sustentabilidade. O programa preconiza a análise arqueológica e histórico-artística antes da intervenção e durante a fase de construção da pousada. Isso levou a uma investigação do projeto e algumas mudanças detalhadas para manter a integridade geral. No entanto, não é possível realizar um estudo completo dos diferentes estratos e estruturas encontradas; estudos de áreas protegidas especiais e planos de conservação.

Recuperação e valorização da igreja de Santa Maria da Flor a Rosa, para permitir ao público voltar a usufruir do monumento e melhorar a sua capacidade de acolhimento. No entanto, apesar do cuidado no

uso do edifício, há deficiências em termos de espaço, infraestrutura instalada e a relação entre arquitetura e história.

Do ponto de vista da comuna e face à intervenção proposta a considerar para a adaptação do Monumento Nacional à Pousada, as questões a colocar serão essencialmente de cariz urbano. Agora parece clara e indubitavelmente legítima da ENATUR, destinado a seus utilizadores que não sejam os moradores da Flor da Rosa. Mas parte do mosteiro continua a ser um monumento aberto ao público. Isto significa necessariamente a ligação urbana entre o Mosteiro e a Flor da Rosa. Isto aplica-se em particular ao tratamento e renovação da rua entre as duas entradas do Mosteiro. É compreensível que este espaço seja efetivamente um elemento de enquadramento do Mosteiro, pois a sua dimensão é desproporcionada à pequenez das casas.

3.5.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção



FIGURA 10- **A** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. VISTA OESTE; **B** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. FACHADA DO CONVENTO; **C** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. FACHADA DO CONVENTO; **D** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. FACHADA PRINCIPAL; **E** VISTA DO PRIMEIRO ANDAR PARA OS CLAUSTROS; **F** VISTA ESTE DO CONVENTO; **G** PORMENOR DE UMA ENTRADA LATERAL DO CONVENTO. VISTA NORTE; **H** PORMENOR DO CLAUSTRO.

3.5.1.7 Elementos fotográficos durante da intervenção

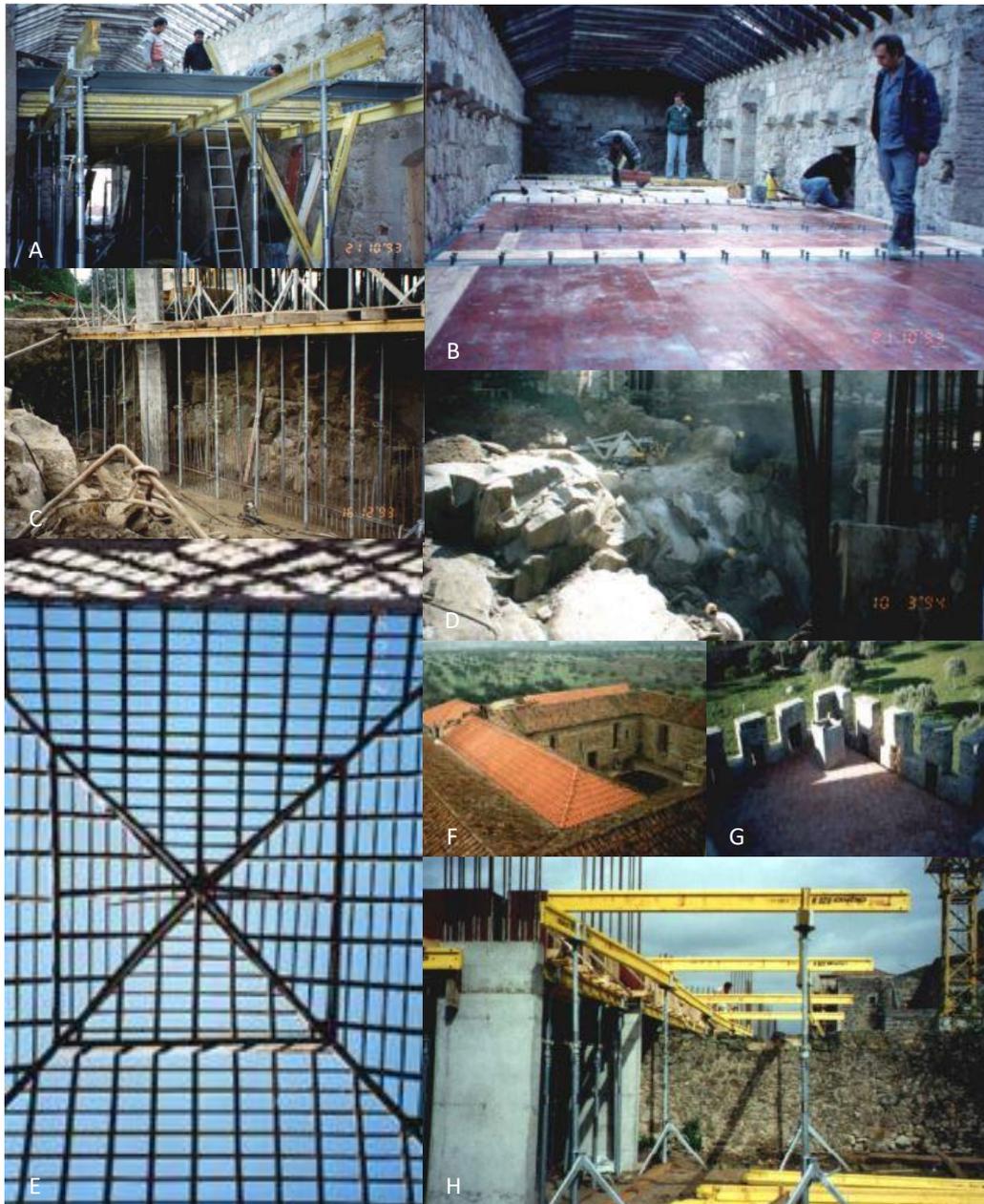


FIGURA 11- **A** PISO INTERMÉDIO (CONSTRUÇÃO DE DOIS QUARTOS): ESTRUTURA; **B** PISO INTERMÉDIO (CONSTRUÇÃO DE DOIS QUARTOS): COLOCAÇÃO DE PAVIMENTO; **C** CONSTRUÇÃO DA ALA NOVA; **D** ESCAVAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO ELEVADOR; **E** CONSTRUÇÃO / RECUPERAÇÃO DE COBERTURAS; **F** RECUPERAÇÃO DE COBERTURAS; **G** RECUPERAÇÃO DA TORRE; **H** CONSTRUÇÃO DA ALA NOVA.

3.5.1.8 Elementos fotográficos depois da intervenção

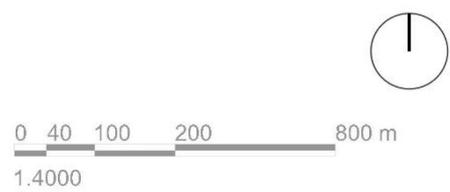


FIGURA 12- **A** FACHADA PRINCIPAL; **B** CLAUSTRO; **C** PORMENOR NO CLAUSTRO; **D** ZONA DO CLAUSTRO; **E** VISTA PARA A ZONA DOS QUARTOS E PARA A PISCINA; **F** VISTA OESTE DA POUSADA

3.5.1.9 Ortofotomapa



FIGURA 13- ORTOFOTOMAPA



3.5.1.10 Evolução da construção



FIGURA 14- PLANTAS DO PISO0. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO, SÉCULO XII / XIV, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIV, REPARAÇÕES (DATA INCERTA, DEPOIS DE 1521) E PRESENTE.

3.5.1.11 Elementos gráficos

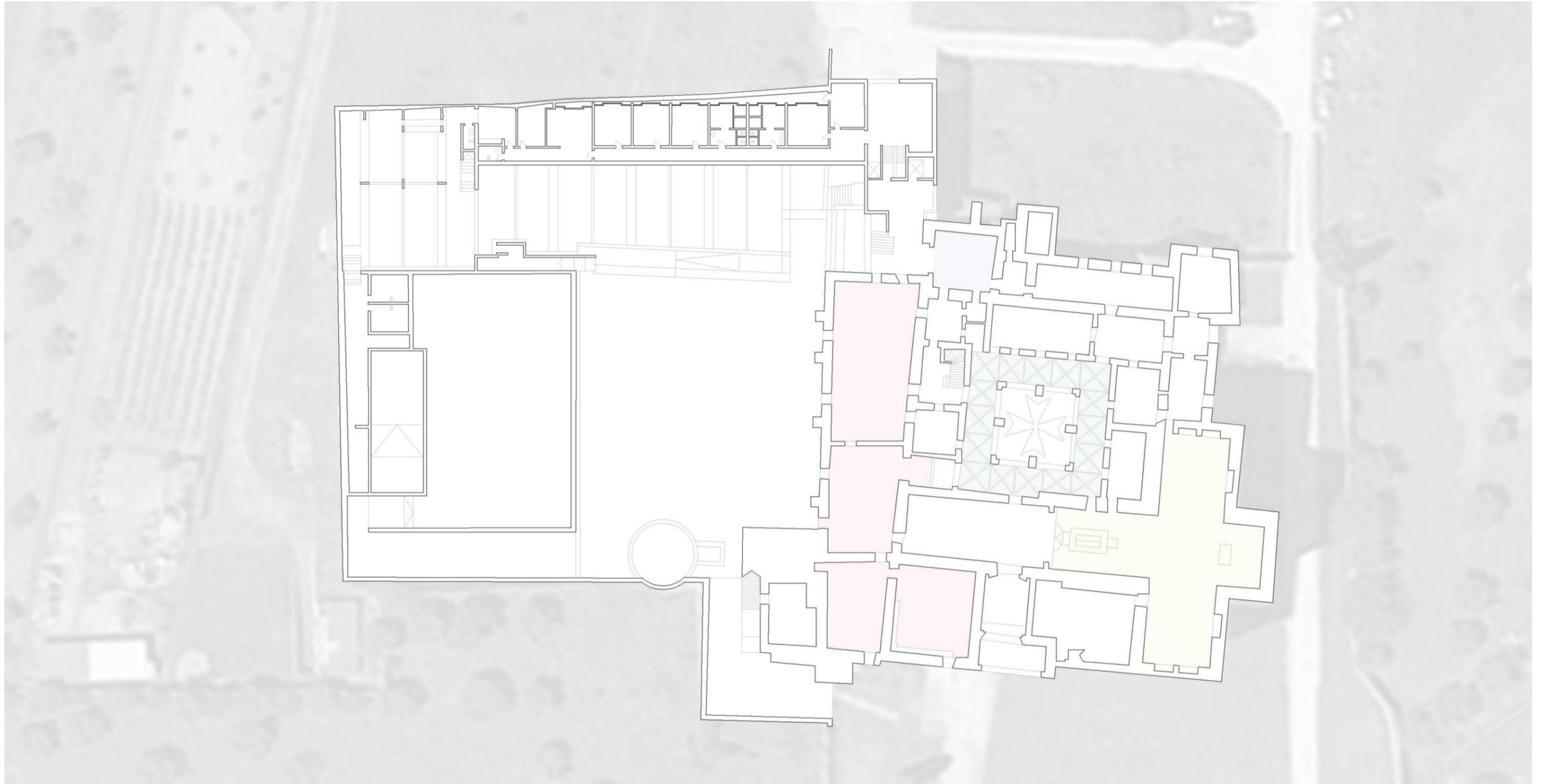


FIGURA 15- PLANTA DO PISO 0

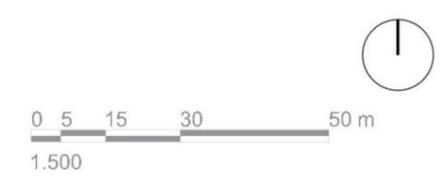
- Igreja
- Claustro
- Zonas Comuns
- Recepção





FIGURA 16- PLANTA DO PISO 1

- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns
- Recepção



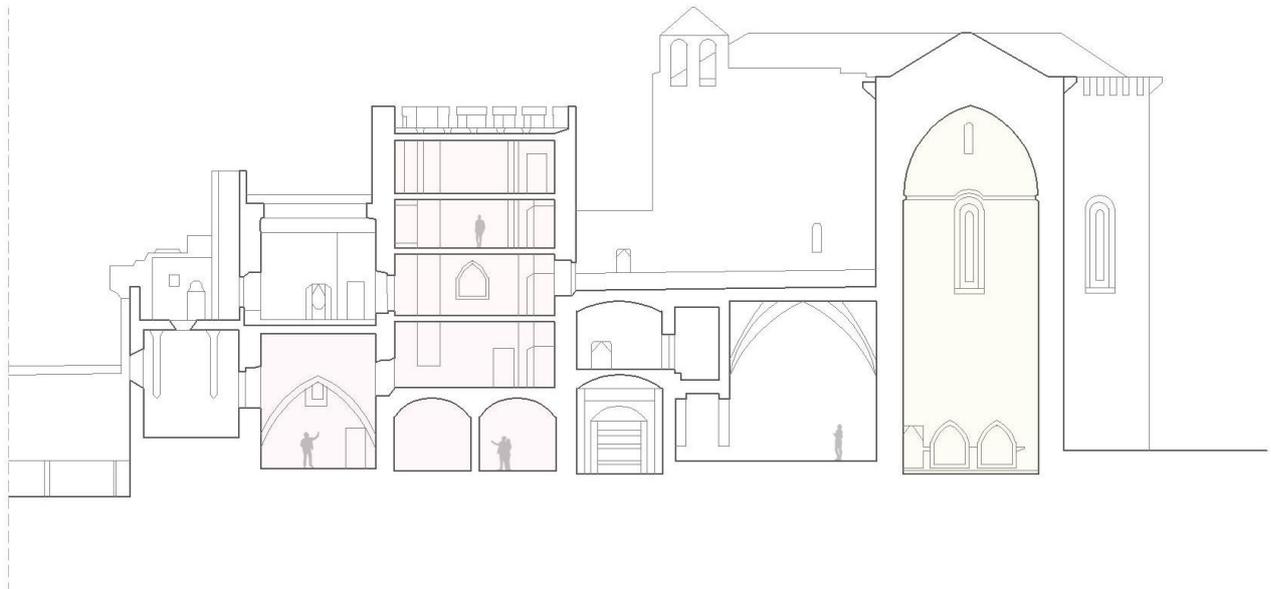
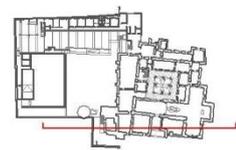


FIGURA 17- CORTE LONGITUDINAL



-  Igreja
-  Quartos
-  Zonas Comuns

0 5 15 30 50 m
1.500

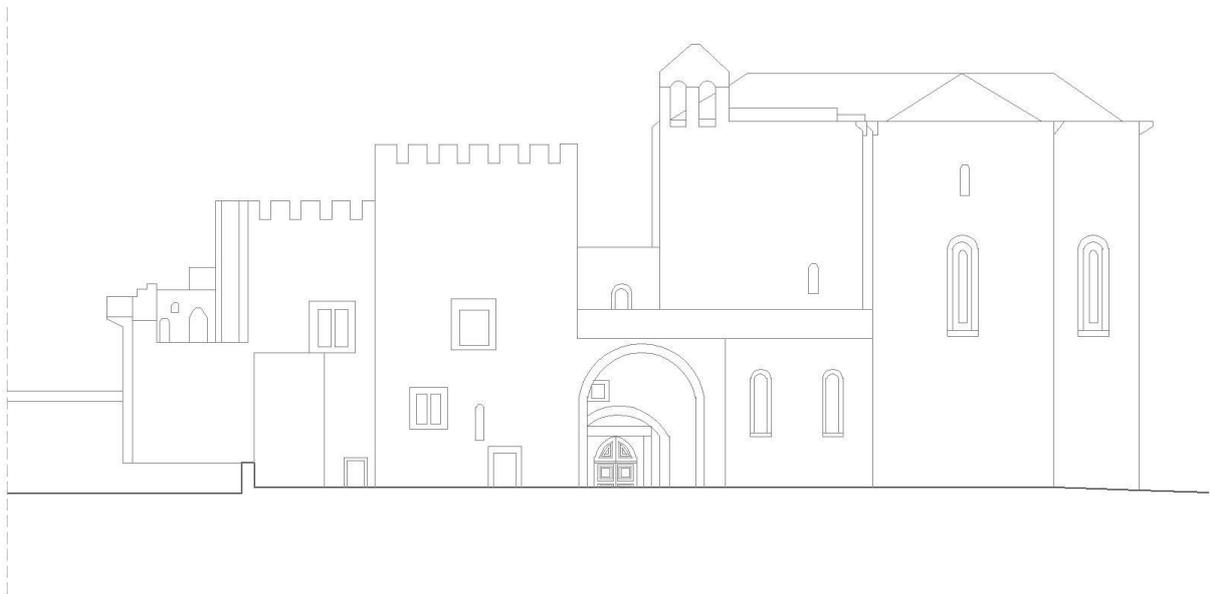
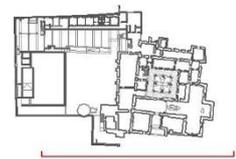


FIGURA 18- ALÇADO PRINCIPAL



3.6. Fase III (1997-2003)

Na terceira fase a principal característica é a ação do IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico. Com base nas capacidades do instituto IPPC - Instituto Português do Património Cultural, o IPPAR ganhou por meio de intervenções no património cultural, através da realização de obras e projetos. No IPPAR, para além das simples medidas de manutenção predial, a política patrimonial está firmemente empenhada na sua transformação funcional.

Para fazer isso, muitas vezes conta com a ajuda de financiamento comunitário. Assim, a DGEMN reduz a sua ação a essencialmente intervenções de conservação; investigação histórica, escrita por equipas profissionais tanto a nível técnico como científico e publicada essencialmente como forma de apoio à investigação ou projetos; e fiscalização do trabalho. Preservando a lógica dos projetos de desenvolvimento de arquitetos famosos.⁸⁷ Enfatizando a filosofia patrimonial de cada arquiteto selecionado:

“Para os arquitetos, estas atividades representam uma abordagem fortemente ligada ao rigor formal e aos requisitos de qualidade construtiva que não estimula o desenvolvimento conceptual e formal, oferecendo uma vontade de projeto, afirmação e experimentação pessoal, mas muitas vezes ausente, confrontando a crítica teórica e o correto posicionamento ético.”⁸⁸

A DGT desempenha um papel preponderante na análise funcional do espaço, ou seja, as necessidades do negócio para funcionar corretamente. Visa responder objetivamente à questão técnica das operações em detrimento do valor patrimonial. A ENATUR é responsável pela organização do plano funcional da pousada, avaliação da proposta, escolha do arquiteto e funcionamento da pousada.

Esta série inclui, por ordem cronológica o Mosteiro de Vila Viçosa, o Mosteiro de Arraiolos e o Castelo de Alcácer do Sal. Para a análise da intervenção, por representarem o conceito e a prática de conservação patrimonial da época.

3.6.1. Vila Viçosa | Pousada D. João IV [1993-1997]

3.6.2.1 Enquadramento histórico

As origens do Convento de Chagas de Cristo não são claras. Segundo Frei António da Purificação, autor do livro "Crónica dos Ermitas Descalços de Santo Agostinho", foi fundada por volta de 1514 pelas freiras de Sant'Agostinho do Convento de Santa Mónica em Évora. Sabe-se que as freiras franciscanas foram admitidas neste convento, mas a data exata da sua transferência é desconhecida. Por sua vez, Túlio Espanca refere que o Convento de Chagas foi fundado por D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, e a sua esposa "para o panteão dos donos da sua linhagem". (Túlio Espanca, Inventário Artístico de Portugal, p.552).

⁸⁷Sobre o assunto, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes Vaz refere que "(re)surge a intenção de valorizar a autoria dos projetos, como forma de aumentar o "prestígio" das obras realizadas nos monumentos". Cf. Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro, Dissertação de Mestrado do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, dezembro 2009, p. 69 (poli copiada).

⁸⁸ Miguel Tomé, Património e restauro em Portugal (1920-1995), Edição da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002, p. 220.

Apesar das dúvidas, os elementos mais consistentes apontam para a construção do mosteiro, iniciada em 1514 e 1535, que passou a funcionar sob a proteção da Duquesa Joana de Mendonça e D. Teodósio I. No mesmo ano, foi agraciada com a Ordem de Santa Clara para receber oito freiras da província de Piedade do Mosteiro de Conceição de Beja. A sua primeira diretora foi a mãe da irmã do fundador,⁸⁹ Maria de S. Tomé. Durante este período inicial, o mosteiro recebeu muitos privilégios e doações.

"O convento é o mais luxuoso da vila, pois quase todos os que se autodenominam provêm dos melhores nobres do Alentejo e do reino, cujas famílias e mentores do coro, do refeitório confiam a sua posse e dormitórios. A maioria das freiras paga para construir casas particulares para fornecer salas de palestras devocionários às custas de suas famílias".⁹⁰

No reinado de D. João V, um máximo de 60 religiosos era o que mosteiro suportava. O Mosteiro de Chagas foi fechado em 1905 devido à morte da última freira. Desde 1530, a padroeira do mosteiro, a Casa de Bragança, adquiriu o direito de uso após a sua extinção.⁹¹

Por volta de 1932, através da transferência de D. Manuel II, exilado em Londres para a Metrópole Eborense, o convento foi transformado em colónia de férias, e a partir de 1935 passou a ser um pequeno seminário da arquidiocese. Na década de 1990 foi cedido à Enatur pela Fundação Casa de Bragança para ser convertido em pousada, pelos arquitetos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto.

5.5.2.2 Descrição do conjunto edificado

Situada no distrito de Évora, na vila de Vila Viçosa, mosteiro localiza-se no canto sul do pátio do Paço Ducal de Vila Viçosa, junto à ribeira de Alcabideche.

3.6.2.3 Descrição do espaço afeto a pousada

A pousada, inserida num conjunto de volumes de alturas variadas, é composto por um edifício pré-existente - o Convento de Chagas - e um edifício novo. A envolvente do edifício tem quatro fachadas expostas, um claustro central e um espaço ajardinado.

Acessível a partir do Terreiro do Paço, a pousada situa-se entre dois edifícios - o Paço Ducal e o Convento das Chagas (figura 20 – A) - que estabelece uma ligação entre a praça e o complexo religioso.⁹² Internamente, a entrada é definida por um espaço de receção com a fachada principal virada a norte, sendo delimitada lateralmente pelo volume onde antigamente se encontravam as instalações sanitárias. Este plano quadrado e corpo de grandes proporções tem duas camadas. No nível superior, o espaço foi transformado em área de hóspedes (figura 20 – E).

A outra parte do edifício é constituída pelo claustro (figura 20 – C), de planta quadrada e dois pisos, e pelos volumes a ele associados. Este conjunto de espaços representa este tipo de edifício: um mosteiro. No conjunto interessa-nos sobretudo a lógica da sua expressão e composição e a sua importância para o claustro. Se tomarmos como base os planos e descrições antigas da DGEMN, o conjunto constituído pela cozinha,

⁸⁹ Túlio Espanca, 1970, Mosteiros de Vila Viçosa, Évora, p.63.

⁹⁰ Idem, ibidem

⁹¹ Cf. Inventário ..., ob. cit., p. 552.

⁹² Margarida Ramalho, "O Convento", Pousada D. João IV, Enatur, 1997, p. 16. Ver Arquitetos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, "Os aspetos mais importantes do projeto", Memória Descritiva, Projeto Licenciado, p.3 (copiado).

refeitório, sala de sucursais, sala de conferências, casa da grade, portaria principal e capela faz parte da organização funcional do espaço. O convento constitui uma importante área do edifício existente organizado em torno do claustro. A função destes espaços não se limita às atividades da pousada, mas sim como espaços museológicos. Nos pisos superiores, os dormitórios das freiras nas alas norte, sul e oeste foram convertidos em unidades de alojamento, enquanto as alas contêm espaços de exposição do museu.

Nos pisos superiores, os dormitórios das freiras nas alas norte, sul e oeste são convertidos em unidades de alojamento.⁹³ Enquanto as alas contêm espaços de exposição do museu.⁹⁴ A suite também inclui unidades de acomodação no terceiro andar. Está interligado com o WC e o volume do novo edifício.

A terceira parte do edifício da pousada inclui prolongamentos, alinhados com os já alinhados ao longo das alas leste e sul do claustro. O espaço do piso térreo é usado para áreas de convivência, como restaurantes e áreas de serviço, enquanto os andares superiores são usados para unidades de alojamento.

Na interligação deste volume com o edifício existente, projeta-se a sul um novo grande volume, semelhante ao antigo WC, como principal estrutura vertical de comunicação, servindo e servindo os hóspedes. Neste novo edifício, os espaços-pátios foram concebidos para reinterpretar modernamente a ligação do antigo claustro e a função do espaço de encontro.

3.6.2.4 Autor do projeto de adaptação

Este projeto tem autoria dos arquitetos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto (ARQUI III). João Paiva Raposo de Almeida nasceu em Lisboa a 24 de novembro de 1927 sendo ordenado sacerdote no Seminário Teológico de Olivas na década de 1950. Mas a sua carreira voltou-se mais tarde para as artes, nomeadamente pintura e arquitetura, que começou a estudar na Academia de Belas Artes de Lisboa. Anos mais tarde, conclui finalmente os cursos de arquitetura na Escola do Porto, não antes, também na década de 1950, quando decide estudar estas artes no estrangeiro, primeiro em Paris e depois em Basileia. Na cidade suíça, estudou com Hermann Bauer, referência da arquitetura sacra na Europa Central. Pedro de Lancastre Ferreira Pinto (Porto, San Ildefonso, 22 de abril de 1939) foi um arquiteto português.

3.6.2.5 Análise da intervenção efetuada

Na adaptação à pousada⁹⁵, a intervenção centrou-se em três questões:

"1. O espírito do lugar - deve ser preservada a ideia principal em que assenta a linha base do edifício. Nomeadamente a sua estrutura orgânica que organiza os seus componentes;

2. Entorno – se possível, devem ser feitas adequações no meio envolvente, mesmo enriquecendo-o ou corrigindo eventuais deficiências em outras intervenções de desatenção;

3. Funcional - A mudança na natureza não deve entrar em conflito com algum espaço pré-existente mais importante, a sua integração só beneficiará futuras utilizações "⁹⁶

A intervenção de transformação do Convento de Chagas em pousada assentou numa transformação do nível superior do volume, na envolvente do claustro em unidades de alojamento e na

⁹³ Os arquitetos, João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto referem que "os quartos existentes no 3º andar, os antigos apartamentos das freiras com acesso por pequenas escadas do claustro superior, devem ser modificados". Veja Memória descritiva, ob. cit., pág. 4.

⁹⁴ A obra do tempo de D. João VI. Neste piso encontra-se a Casa do Beija-Mão dos Reis.

⁹⁵ Este processo insere-se no acordo celebrado entre o IPPC e a ENATUR, conhecido por "Acordo de Restauro de Monumentos e Edifícios de Interesse Público Nacionais e de Construção.

⁹⁶ José Sarmiento de Matos, Justificando a Memória, Projeto de Licenciamento, 2016, p. 1 (copiado).

criação de um novo corpo. Em primeiro lugar, mantendo o enfezamento quase inalterado, devido à atitude defensiva que justifica a restauração, para lidar com os diferentes espaços com a lógica da manutenção das obras arquitetónicas classificadas.⁹⁷

A segunda, embora introduzindo mudanças pontuais, segue de perto a organização pré-existente, pois alguns elementos condicionais, como as celas, limitam a definição de alternativas sem fazer mudanças radicais no interior.

O novo design marca claramente a sua integração com o todo. Pode ser considerada uma intervenção defensável em todo o mundo, ao respeitar as principais diretrizes das cartas internacionais sobre património arquitetónico.

No entanto, dadas as condicionantes exigidas por este tipo de intervenção, a reutilização como pousada não é muito abrangente. Daqui surge um conjunto de funções auxiliares, áreas de comunicação e equipamentos técnicos das infraestruturas, que resultaram em alterações significativas do passado existente, destinadas a avaliar o interesse arqueológico do terreno em que se insere o Monumento.

Durante esta intervenção não foram descobertos quaisquer objetos que documentassem a preexistência de qualquer ocupação nesta área, mas foi recolhida uma parte significativa, nomeadamente cerâmica, cuja preservação deve ser garantida. A maioria das coleções de cerâmica continua no prédio do mosteiro, enquanto os materiais não cerâmicos foram mantidos por funcionários da ENATUR. Por isso, é urgente encontrar um local para o depósito final de este tesouro arqueológico, garantindo a sua preservação.

Houve a necessidade de manter a estrutura das antigas latrinas do convento, de mármore localizadas no torreão, em que foram planeadas a entrada e receção da pousada, e servindo como uma extensa torre aérea, sustentada por infraestrutura em arcadas com rede de esgoto e vazão de água, por sua vez ligado ao córrego, inclusive o é identificado como um sistema hidráulico de especial importância e que, certamente será mais conveniente preservar e recuperar.

A composição proposta baseia-se na tradição formal das Quintas Recreativas Alentejanas e na utilização e integração da maioria dos elementos edificados e arbóreos existentes pertencentes a um uso agrícola anterior, como albufeiras e muros.

O corpo existente e parcialmente arruinado de antigos celeiros e outras dependências menos nobres está agora se transformando no coração da nova pousada. A parte nobre do edifício, com salas decoradas, um antigo hall de entrada e uma casa capitular. Respeita o espírito do edifício, integrando novas funcionalidades sem perturbar a imagem externa e a estrutura interna. Reforça o espaço envolvente com uma nova disposição da parede do Terreiro do Paço.

Foi criada uma dupla funcionalidade interna, permitindo aos utentes da pousada e potenciais visitantes usufruir do ambiente intacto do antigo mosteiro, com um claro valor patrimonial. Trata-se, portanto, de uma intervenção alinhada com a ideia principal de proteção do património. Todas as alterações foram analisadas num contexto espacial, o que passou a fazer parte da metodologia global da abordagem à remodelação de um edifício, quer funcionalmente, quer espacial, estrutural e volumétrico, com o qual não concordamos, mas com o qual acima já foi analisado e aprovado pelo IPPAR.

Não foi necessário fazer maiores considerações para justificar a não aprovação das alterações, pois após a sua aprovação, concordariam definitivamente com as características do espaço de alto valor histórico em edifícios, que por si só já não deveriam ser objeto deste tipo de reconstrução e aprovação, o que equivaleria ao expoente máximo da negatividade sequencial deste tipo de intervenção, para uma nova, qualquer outra ocupação espacial do edifício. Houve a necessidade de convocar o IPPAR para que se pronuncie tempestivamente sobre as alterações pretendidas em relação ao que foi previamente aprovado,

⁹⁷ O IPPAR solicitou que "a sala capitular [seja] mantida na sua totalidade como era antes do início dos trabalhos" e que "a sala Beija-Mão seja mantida de forma a permitir uma experiência museológica a todos os convidados e visitantes". Ver DGT, Processo nº HT-PO-10169, Parecer nº 1224/96.

As Pousadas em Portugal: as intervenções nos edifícios históricos à luz das cartas e recomendações internacionais.

de modo a poder contribuir mais positivamente para o andamento da obra sem causar atrasos ou atrasos desnecessários, o que certamente teve um impacto negativo no resultado, em termos financeiros.

3.6.2.6 Elementos fotográficos durante a intervenção



FIGURA 19- A VISTA EXTERIOR (LADO POENTE) E TORREÃO NORTE; B ALA NOVA. PAREDE EM RUÍNA E CHAMINÉS; C FACHADAS POENTE E SUL; D VISTA GERAL (LADO POENTE) E TORREÃO NORTE; E ALA NASCENTE / SUL; F ALA POENTE. VISTA INTERIOR.

3.6.2.7 Elementos fotográficos depois da intervenção

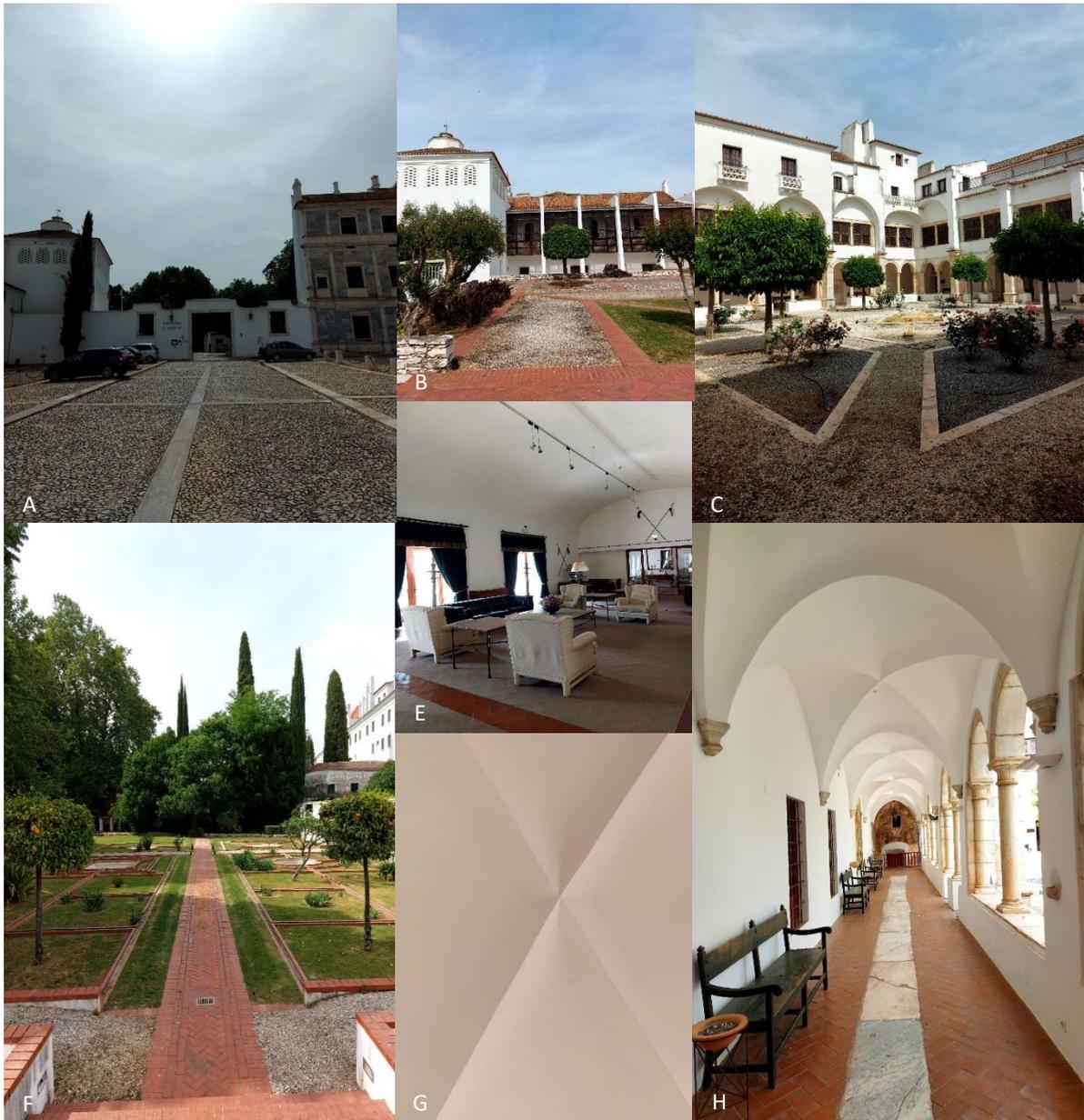
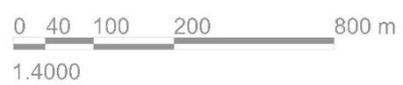


FIGURA 20- A FACHADA PRINCIPAL; B LADO POENTE; C ZONA DO CLAUSTRO; E SALA DE ESTAR; F JARDIM; G PORMENOR DO CLAUSTRO; H CORREDOR DE ACESSO AOS QUARTOS.

3.6.2.8 Ortofotomapa



FIGURA 21- ORTOFOTOMAPA



3.6.2.9 Evolução da construção

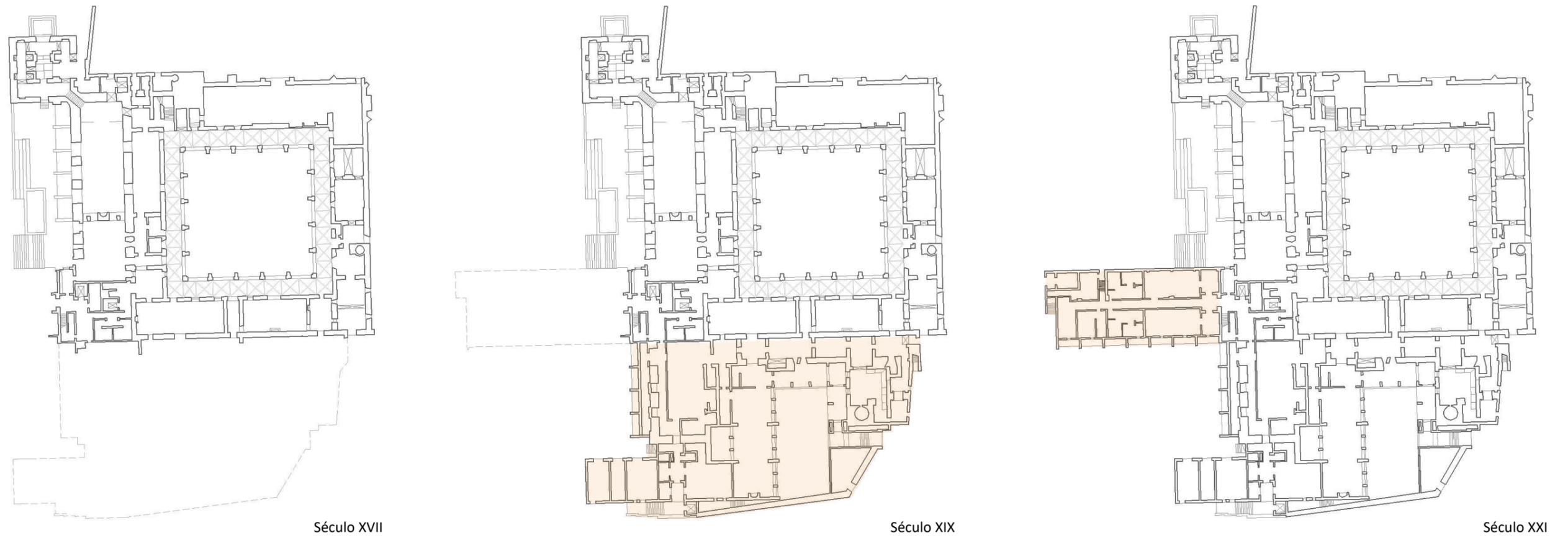


FIGURA 22- PLANTAS DO PISO 0. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO: ATÉ AO SÉCULO XVIII, ATÉ AO SÉCULO XIX E PRESENTE.



3.6.2.10 Elementos gráficos

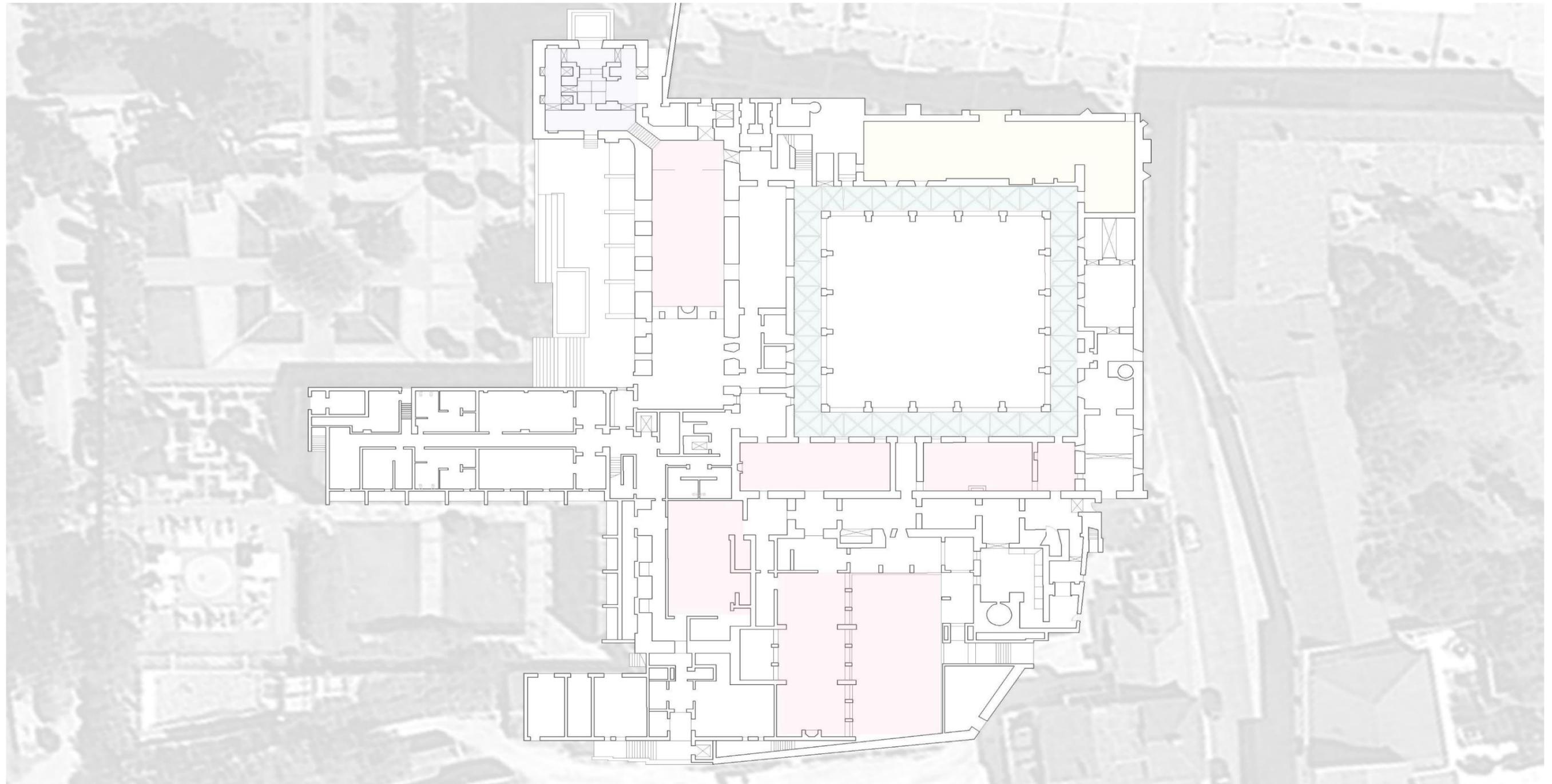


FIGURA 23- PLANTA DO PISO 0

-  Igreja
-  Claustro
-  Zonas Comuns
-  Receção



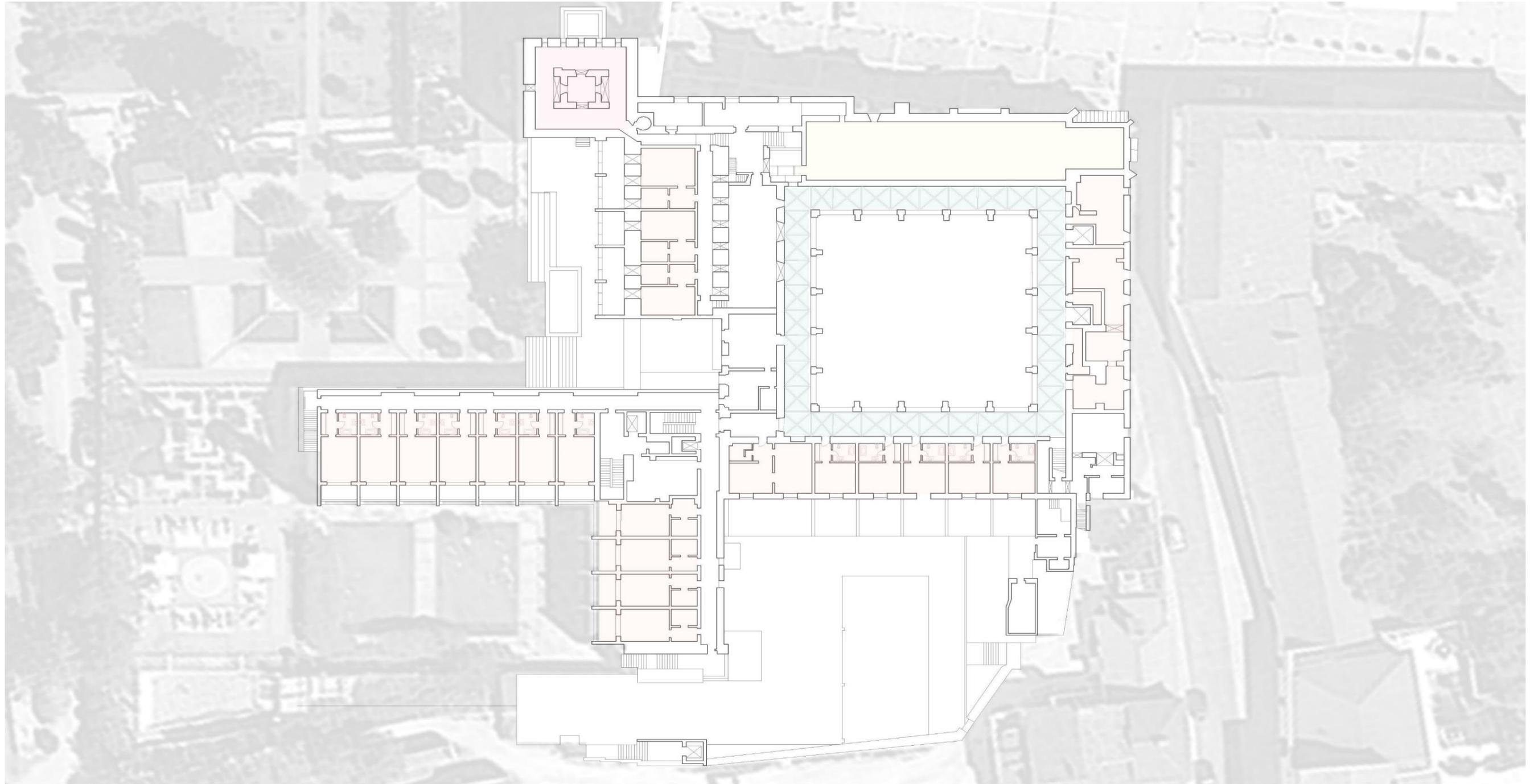


FIGURA 24- PLANTA DO PISO 1

- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns



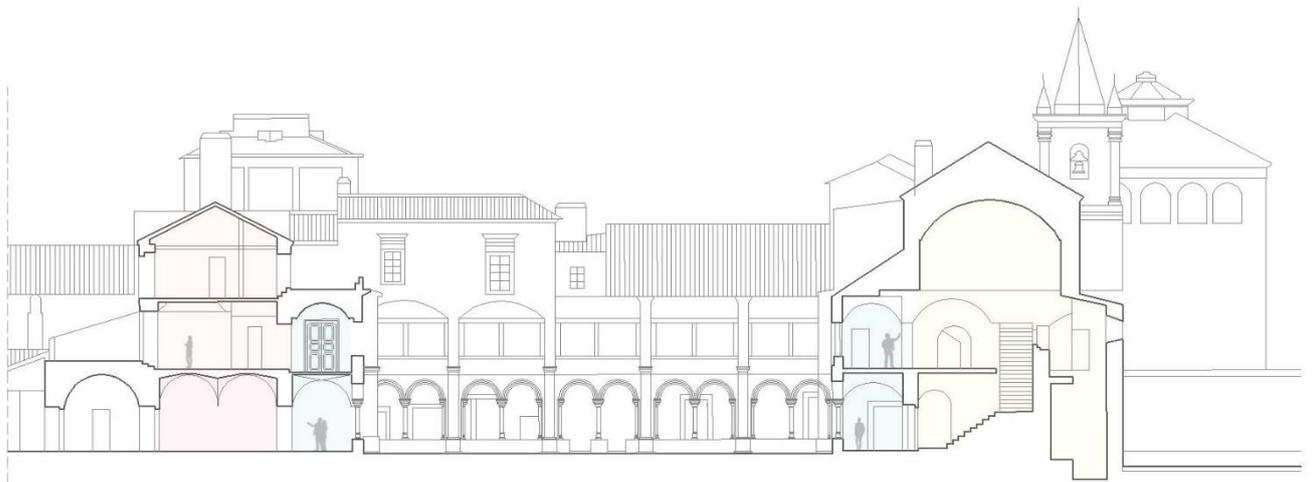
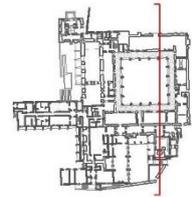


FIGURA 25- CORTE TRANSVERSAL

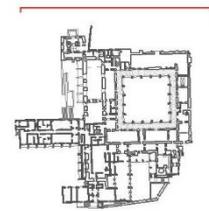


-  Igreja
-  Claustro
-  Quartos
-  Zonas Comuns

0 5 15 30 50 m
1.500



FIGURA 26- ALÇADO PRINCIPAL



0 5 15 30 50 m
1.500

3.6.2. Arraiolos | Pousada da Nossa Sra. da Assunção [1995-1997]

3.6.1.1 Enquadramento histórico

Embora o edifício tenha sido concluído por volta de 1527, foi ainda objeto de uma intervenção, mas de carácter decorativo, de atos que muito enriqueceram o convento, com destaque para a campanha realizada em 1700, sendo polvilhada com golpes de azulejos azuis e brancos para cobrem completamente o interior da igreja e que constituem um dos mais importantes revestimentos azulejares do país. O convento funcionou até ao termo das ordens em 1834, altura em que foi vendido em hasta pública como quinta, permanecendo aos cuidados de proprietários privados até 1980, altura em que foi assumido pelo Estado.

Após quatro séculos de uso e muitas intervenções, este conjunto arquitetónico, constituído por uma igreja e um edifício conventual, seria alvo de outra intervenção em 1995, a adaptação a Pousada, um projeto do arquiteto José Paulo dos Santos.

3.6.1.2 Descrição do conjunto edificado

Situada no distrito de Évora, na zona sul do país, a Vila de Arraiolos tem uma posição geográfica privilegiada, numa encosta elevada na margem direita da ribeira com o mesmo nome da vila. Inserido num concelho de riquíssimo património natural, usufruindo das riquezas da Barragem do Divor, a sul de Arraiolos, possui também um vasto património arquitetónico e artístico necessário a destacar o centro histórico que agora se encontra reabilitado e, claro, os famosos tapetes de Arraiolos, características, que o tornam um grande destino turístico na vasta planície alentejana.

3.6.1.3 Descrição do espaço afeto a pousada

A Pousada de Nossa Senhora da Assunção situa-se apenas a 500 metros da Vila de Arraiolos, no campo, num belo vale na fronteira da vila, onde a Quinta do Paço de D. Álvaro Pires foi outrora de Castro (1310 -1384), em 1371 foi nomeado primeiro conde de Arraiolos.

3.6.1.4 Autor do projeto de adaptação

O projeto tem autoria do arquiteto José Paulo dos Santos, que foi um arquiteto português, nascido em 1956, José Paulo dos Santos estudou Canterbury Architecture and Environmental Design no Royal College of Art, em Londres, entre 1975 e 1981. Crítico convidado nas Universidades de Harvard e Columbia, e Rhode Island School of Design, estado dos EUA. Nomeado no Concurso de Renovação do Reichstag de Berlim; Bund Deutschen Architekten (BDA) (1998), Berlim, Prémio de Arquitetura bianual para trabalhos em jardins-de-infância na mesma cidade; e três nomeações para o Prémio Secil de Arquitetura. Trabalhou em vários escritórios em Londres, Nova Iorque e Porto, onde estabeleceu o seu cargo profissional em 1984.

3.6.1.5 Análise da intervenção efetuada

Numa forma de olhar com alguma liberdade para a evolução do edifício, o arquiteto assume que o mosteiro sofreu várias adições ao longo do tempo, não pretendeu alterar a estrutura espacial do edifício

existente, mas dotá-lo de continuidade e natureza. Neste sentido, para concretizar o extenso programa das unidades hoteleiras, a ampliação prevista está perfeitamente integrada com os conceitos tradicionais e modernos da arquitetura portuguesa.

Seguindo uma postura diferente da que já se vive - acrescentando à estrutura existente uma expressão distintamente contemporânea - José Paulo dos Santos pretende que este novo acréscimo seja lido de forma autónoma, mas, ao mesmo tempo, anónima, complementá-lo como antes.

Foi respeitado a memória do lugar, as intervenções evocaram os mesmos princípios de silêncio e reflexão, no sentido de que o mosteiro assumiu uma função diferente, mas continuou a incentivar rituais semelhantes de recolhimento. Neste caso, a relação simbiótica entre o antigo e o novo foi reforçada pelo uso criterioso dos materiais.

O uso do branco, que lembra o estuque do Alentejo, enriqueceu a planta do mosteiro num jogo de tons, ao mesmo tempo que empresta materiais existentes da antiga construção para unificar todo o esquema, como o granito cinzento e as páginas verdes em xisto.

Desenvolve-se a pousada à volta do claustro (figura 28 – C), já nos finais do século XVI, em torno do qual se desenvolvem as antigas dependências monacais, assim como a Igreja, e um novo espaço, bastante maior e cuidadosamente fechado pela proposta do arquiteto.

A entrada da pousada leva diretamente ao antigo convento. A sudeste sob a varanda em frente à entrada da igreja desenvolvida no sentido oeste poente (figura 28 – A). O claustro, normalmente exposto ao exterior, funciona como área de distribuição da pousada, uma vez que é fechado por grandes janelas, permitindo fácil acesso a todas as áreas usuais que se distribuem à sua volta, como a receção, à esquerda. Desde a entrada a antiga casa capitular, uma sala de conferências, o salão.

Houve um grande processo de adaptação, só as antigas celas, a igreja e o claustro mantiveram sempre as suas funções originais, dando lugar à entrada da pousada com o Capítulo, e o refeitório do mosteiro no salão da pousada.

O novo pátio que se desenvolve a nascente do antigo funciona, ao contrário do claustro, sendo no exterior delimitado pelo restaurante, quer pela parte antiga do mesmo, a norte, quer pela parte nova do rés-do-chão na nova sala ala que dá acesso à zona de lazer da pousada, piscina e campo de ténis (figura 28 – E).

No primeiro andar da nova ala, os quartos localizam-se a nascente, tendo como pano de fundo a serra alentejana. Se uma pousada tem funções privativas no primeiro andar, como quartos e pequenas salas, criado a partir de pequenos espaços que antecedem outros espaços, criando um jogo de passagens e luz nas áreas onde a antiga estrutura do mosteiro se conecta com o novo edifício, e no térreo, partes comuns aos hóspedes, áreas de serviço são rebaixadas para o subsolo da ala recém-construída.

Uma característica marcante da pousada é a abóbada de nervuras em algumas partes do antigo mosteiro, nomeadamente ao longo de todo o claustro, na barra ou no antigo refeitório.

No interior, encontra-se uma decoração que complementa a interferência arquitetónica, mantendo-se fiel à natureza pobre do mosteiro e refletindo a vida pulsante, a simplicidade e a concentração, que, no entanto, dependia da agricultura para sobreviver, permitindo encontrá-los.

Vários motivos agrícolas em diferentes partes da pousada. Intervenção movida por grande pragmatismo, José Paulo dos Santos expressa traços artísticos, espaço, luz, materiais ou cor, em "um equilíbrio constante entre o novo e o velho, em que um explica o outro."⁹⁸ Tentando dar continuidade à preexistência, retirando-lhe as regras de acoplamento entre os diferentes tempos.

Não é apresentada qualquer análise histórica do edifício, estabelecendo as suas fases de evolução e as relações geradas pela sua colocação no local, descodificando seis momentos distintos. A revisão

⁹⁸ Susana Lobo – op. cit., p. 146.

fotográfica é pouco informativa, por consistir apenas em fotocópias que não permitem a leitura correta de questões importantes, como espacialidade interna e externa, materiais e técnicas utilizadas na construção e as patologias ocorridas.

Não foi apresentada qualquer demolição de alguns dos órgãos anexos, quer por razões de projeto, quer por razões metodológicas, quer por razões puramente construtivas.

Nenhum documento foi apresentado para entender que tipo de técnicas e materiais de construção serão usados e, se técnicas e materiais estranhos forem introduzidos num edifício, consideraremos o seu impacto nas estruturas existentes.

Não foi apresentado o mapa de acabamentos externos, o que permite entender a relação dos materiais entre o novo e o sólido existente, considerando o contraste formal e composicional entre eles. Realização de testes que comprovem a conformidade da defesa e valorização do património funcional e operacional da instalação com as características da pousada. Listas, convenções e recomendações internacionais para a proteção e valorização da cultura e do património, bem como declarações e ofícios do Conselho da Europa adotados pelo Estado português.

No âmbito do acompanhamento dos trabalhos arqueológicos realizados no Convento dos Loios em Arraiolos, motivados pela adaptação deste edifício à Pousada. Foi urgente definir com precisão quais áreas do claustro passaram por passagens subterrâneas para programar escavações adequadas.

Para a desejada manutenção do piso original, que reproduz de facto a estrutura tumular do claustro delineada pelos túmulos individuais, foram tomadas todas as precauções na marcação e manutenção das lajes retiradas voltadas para as suas traseiras.

Foi útil comentar o interesse da ENATUR na conservação da futura Pousada encontrada nos tesouros da coleção de cerâmica comum. Houver tal interesse, sendo necessário realizar uma restauração adequada por pessoal competente.

Atualmente, esses materiais estão guardados na igreja. Aproveitamos também para chamar a atenção para o facto de, aparentemente mal cuidados, terem sido retirados os azulejos quinhentistas conservados na Sala do Capítulo.

Independentemente da opção decidida para esta demolição, chamou-nos a atenção e refere-se ao tipo de estuque aplicado nas paredes exteriores do edifício, é que aparentemente constituído por argamassa e areia exclusivamente de cimento, como todos sabemos, a longo prazo, traz problemas de compatibilidade com a alvenaria tradicional.

Após a escavação antropológica do túmulo, a Enatur entendeu ser necessária uma intervenção devido às obras em curso no mosteiro do mosteiro. Foi proposta a marcação de uma reserva especial para o Convento dos Loios de Arraiolos, destinada a preservar o ambiente especial do edifício, integrado no vale fértil, atravessada por várias linhas de água, mas não suficientemente profundas, mantém uma relação visual especial com a paisagem envolvente, sobretudo com a vila de Arraiolos.

Os trabalhos de conservação do edifício da Pousada de Nossa Sr^a da Assunção centraram-se na cobertura, incluindo a revisão dos trabalhos de drenagem pluvial, incluindo substituição dos sistemas de impermeabilização danificados e eventual penetração no edifício, instalado imediatamente abaixo do nível do alojamento unidade.

No revestimento geral dos edifícios monásticos, as medidas de conservação incluem a substituição de azulejos que apresentem perda de material, bem como o rearranjo de azulejos ao longo do revestimento. As reparações dos revestimentos murais situam-se no piso -1, paredes experimentais, novo corpo principal e guardas por baixo dos claustros.

Foi limpo o telhado da área do mosteiro da pousada, foi retirado o telhado sendo feito o alinhamento das telhas com o telhado de palha, foi feita uma reforma para quem perdeu material, um novo

terraço coberto e sólidas paredes decorativas de tijolos foram executadas. Modificou-se as costuras das partes de zinco do sistema de drenagem de águas pluviais para impermeabilizar o telhado.

3.3.1.6 Elementos fotográficos antes da intervenção



FIGURA 27- A EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. PORMENOR DAS COLUNAS DO CLAUSTRO; **B** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. CORREDOR DO PRIMEIRO ANDAR NA ZONA DOS CLAUSTROS; **C** EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE. ENTRADA.

3.6.1.7 Elementos fotográficos depois da intervenção

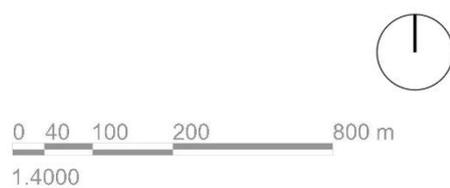


FIGURA 28- A FACHADA PRINCIPAL; B ZONA SUL; C CLAUSTRO; D PORMENOR DO CLAUSTRO; E ZONA DA PISCINA; F PÁTIO PRINCIPAL; G VISTA DO PRIMEIRO ANDAR DO CLAUSTRO.

3.6.1.8 Ortofotomapa



FIGURA 29- ORTOFOMAPA



3.6.1.9 Evolução da construção

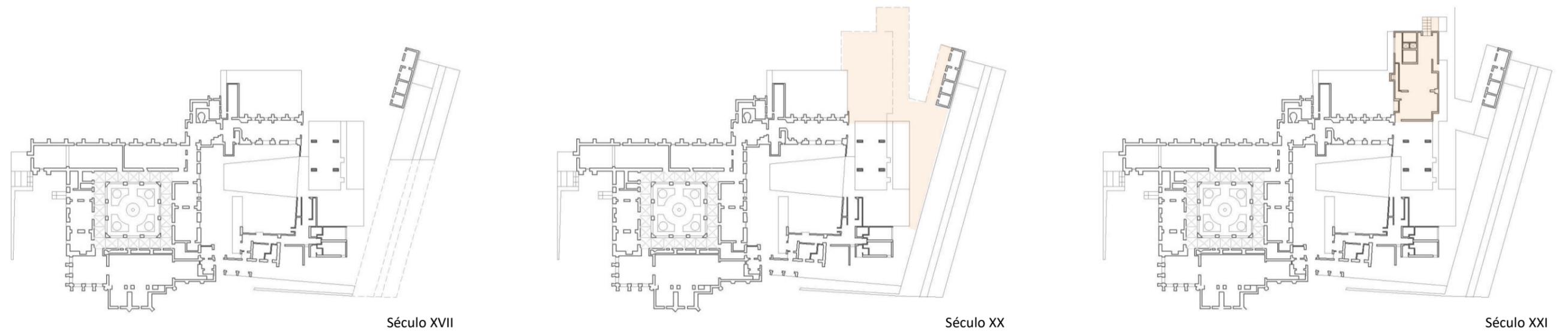
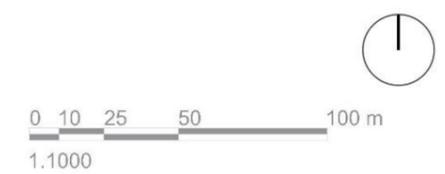


FIGURA 30- PLANTAS DO PISO 0. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO: ATÉ AO SÉCULO XVIII, ATÉ AO SÉCULO XX E PRESENTE.



3.6.1.10 Desenhos técnicos

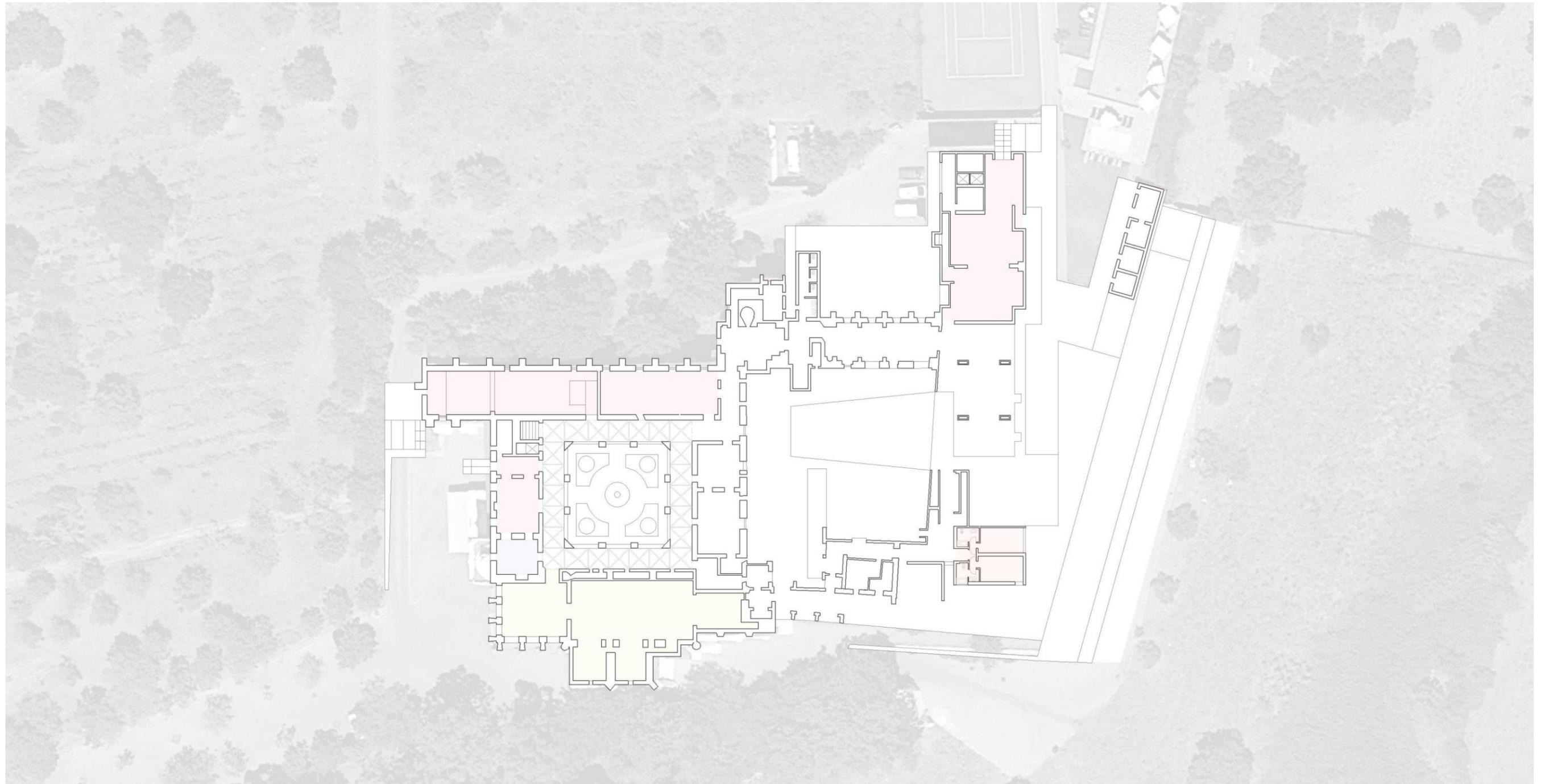


FIGURA 31- PLANTA DO PISO 0

- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns
- Recepção





FIGURA 32- PLANTA DO PISO 1

- Igreja
- Claustro
- Quartos

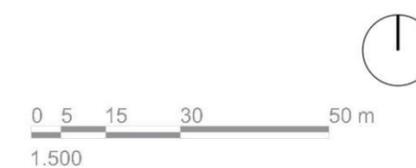




FIGURA 33- ALÇADO PRINCIPAL



0 5 15 30 50 m
1.500

3.6.3. Alcácer do Sal | Pousada D. Afonso II [1995-1998]

3.6.3.1 Enquadramento histórico

Não se sabe ao certo a origem do castelo de Alcácer do Sal, mas segundo dados de escavações arqueológicas posteriores realizados no local do atual castelo, já teve vários períodos históricos de ocupação, pelo menos desde a Idade do Ferro.⁹⁹

No entanto, as fortificações que sobrevivem até hoje datam provavelmente do século XII. Durante este período, o cristianismo exerceu pressão militar sobre os territórios governados pelo islamismo e, desde o século VIII, Alcácer do Sal foi conquistado pelos muçulmanos. Após várias invasões e conquistas, Alcácer do Sal foi reconquistado por D. Afonso II em 1217. No castelo foi instalada a sede da Ordem de Santiago da Espada de Portugal, que permaneceu até 1442. Em 1573, Rui de Salema estabeleceu o mosteiro de Nossa Senhora de Aracaeli na zona do castelo de Alcácer do Sal para as freiras da Ordem de Santa Clara de Assis. Com a extinção da ordem religiosa, em 1834, "seus bens foram nacionalizados, incorporados na fazenda". O convento finalmente fechou no início do século XX devido à morte da última freira.

O conjunto deteriorou-se ao longo dos anos, passando por obras de restauro da DGEMN nas décadas de 1950 e 1970. A conversão do castelo em pousada começou em 1995 e sendo concluída em 1998.

3.6.3.2 Descrição do conjunto edificado

O Castelo de Alcácer do Sal situa-se no topo de uma colina sobranceira à vila de Alcácer do Sal, na margem norte do Rio Sado, no distrito de Setúbal. A pousada é composta pelas muralhas do castelo e pela estrutura do antigo mosteiro e igreja de Nossa Senhora de Aracaeli, incorporados à fortaleza medieval.

3.6.3.3 Descrição do espaço afeto a pousada

A Pousada de Alcácer do Sal é um impressionante conjunto de vários edifícios, cujo corpo principal é a estrutura do antigo convento de Nossa Senhora de Aracaeli (figura 39 – A e B). Este corpo foi "recheado" e ampliado para acomodar a pousada.

"Este projeto é composto por três componentes básicos com características distintas:

- Obras de restauro/remodelação com uma área total aproximada de 2.850 m², distribuídos por 3 pisos, incluindo alguns pormenores de restauro da cantaria e relevos de grande escala que adornam vários nichos.

- Ampliação (construção nova) com uma área total aproximada de 3.800 m², distribuídos por cinco pisos que não se sobrepõem totalmente.

- Museu na cave da zona histórica existente, com uma área de cerca de 6000 metros quadrados".¹⁰⁰

O espaço da pousada é definido por uma muralha de castelo construída sobre a rocha (figura 39 - C) e circundando uma colina, entremeada de torres, uma a norte e outra a sul. No extremo noroeste, as duas torres mais altas são acompanhadas por um muro rasgado por arcos circulares, sobre os quais se rasgam uma

⁹⁹ Cf. AA. VV., "Intervenção arqueológica", cenário. Cripta arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal, IGESPAR, I.P., Lisboa, 2007, p. 13.

¹⁰⁰ Cf. Diogo Lino Pimentel, Relatório descritivo do estudo preliminar que ilustra a proposta de desenvolvimento do projeto de implantação da Pousada do Castelo de Alcácer do Sal, Lisboa, dezembro de 1993 (cópia).

fiada de arcos menores que comunicam com a preexistência do mosteiro contíguo e circundam a capela a sul.

A pousada ocupa a maioria do complexo, mas na zona central do claustro e sob o paralelepípedo saliente, virado a norte, correspondente aos aposentos das freiras, inclui uma cave, convertida em museu, sob a administração do conselho de Alcácer do Sal. O museu - a cripta arqueológica do castelo de Alcácer do Sal, alberga parte da estrutura representativa dos vestígios do Templo Romano, erguido no local onde se encontram. O espaço museológico está integrado à obra da pousada, incluindo um espaço adjacente à área de serviço da pousada, mas é totalmente independente da pousada. No acesso à pousada é a leste do terreno do castelo, entre os restos da muralha sul e a igreja. No interior, a entrada conduz a um grande espaço de pé-direito duplo voltado para a fachada nascente, definido pela receção à esquerda e pela zona de estar à direita.

Esta zona é marcada por uma grande escadaria que surge no meio do vazio, levando-nos a outra zona de mezzanine, que costumava ser a torre do castelo. Este espaço retangular está contido no corpo principal do antigo mosteiro, com três pisos. A entrada do museu fica no 0.º andar deste edifício, enquanto o 1.º e 2.º andar são destinados à pousada. O rés-do-chão alberga a receção, duas unidades de alojamento, gabinetes de apoio administrativo e unidades de saúde pública. No segundo andar existem três unidades de alojamento, uma sala de leitura e um terraço. Este corpo liga-se à igreja a nascente, no prolongamento a norte encerra uma zona de estar, a nascente surge outro volume de construção, a zona social e a ligação ao claustro. Na igreja antiga existe apenas uma nave, com duas áreas principais: o antigo coro alto, que atualmente possui uma escadaria de hóspedes, construída com perfis de metal e madeira, os pisos 1 a 4; e uma nave servindo como sala de eventos. A nave tem acesso direto ao recinto do castelo através da fachada lateral virada a norte, virada para o rio. No exterior, a igreja apresenta dois volumes, a nave e a capela-mor (figura 39 – E).

Os volumes que ligam o paralelepípedo e o claustro surgem na continuidade a norte do coro alto, incluindo o elevador de hóspedes, encerrado numa área retangular que funciona como passagem entre a escada de hóspedes e o claustro. No piso térreo encontra-se a sala de estar, bar, sala de jogos, instalações sanitárias públicas e acesso aos espaços exteriores do hotel. Existem duas unidades de alojamento e sala de estar no segundo andar. Existem seis unidades de alojamento no 3.º e 4.º piso. O claustro tem três pisos, sendo o piso inferior dividido por arcos circulares sobre pilastras de pedra de quatro cantos. O segundo andar apresenta uma janela de sacada com arcos complementares. Inclui uma área de circulação e comunicação com as unidades de alojamento da nova instituição.

No terceiro piso, nos lados norte e nascente, em planta recuada, mais elevada relativamente ao nível interior, encontra-se um terraço com um acesso condicional com janelas que dão acesso aos corredores do novo edifício. Adjacente ao claustro, o novo edifício de quatro pisos alinha-se com o alinhamento das alas norte e nascente. No rés-do-chão encontra-se a zona de serviço, a saída de emergência do museu para esta zona e a entrada direta do restaurante pelo exterior no terreno do castelo. O piso térreo abriga a sala de jantar, sala dos pequenos-almoços, cozinha e sala de jantar dos funcionários. Existem vinte e duas unidades de alojamento no segundo e terceiro pisos, distribuídas uniformemente por dois pisos. Há três unidades de alojamento no quarto andar. No exterior, no rés-do-chão, encontramos o espaço ajardinado, duas piscinas, balneários de apoio às piscinas e um terraço junto à sala de jantar (figura 39 – F).

No exterior, no rés-do-chão, encontramos o espaço ajardinado, duas piscinas, balneários de apoio às piscinas e um terraço junto à sala de jantar. O hotel dispõe das seguintes instalações técnicas:

- Instalações e equipamentos elétricos (iluminação; tomadas e ventilação; distribuição de som, televisão e rádio; redes de computadores; telefones; elevadores - 3; sinais de emergência; deteção de incêndio; grupos de eletricitistas e subestações; para-raios e antenas; mesas e postes).

- Instalações e equipamentos mecânicos (sistemas de ar condicionado e redes de distribuição de gás).

- Instalações e equipamentos de água e esgoto (redes de distribuição de água quente e fria; tanques de armazenamento de água e sistemas de pressurização; redes de proteção contra incêndio; centrais térmicas).

- Redes de esgotos domésticos, águas pluviais e drenagem.

3.6.3.4 Autor do projeto de adaptação

Este projeto tem autoria do arquiteto Diogo Lino Pimentel (Canon, Centro de Estudos e Projetos, Lda.). Licenciou-se em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) em 1959, nos últimos anos do curso de Arquitetura Diogo Lino Pimentel integrou ativamente o Movimento para a Renovação da Arte Sacra (MRAR). Em 1960, graças a uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, estagiou em Bolonha, no Centro di Studio e Informazione per l'Architettura Sacra, criado pelo Cardeal Lercaro, sob a direção dos arquitetos Giorgio Trebbi e Glauco Gresleri. Após regressar a Portugal em 1961, foi convidado para o recém-criado Secretariado das Igrejas Novas do Patriarcado de Lisboa (SNIP), onde assumiu a liderança técnica desde a sua criação até ao seu encerramento em 2014. Foi consultor da Câmara Municipal de Sintra de 1976 a 2010. Foi também membro do Conselho Consultivo do IPPAR. Reabilitação e requalificação de uso: um caso de pousadas como património, tese de mestrado em arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, setembro 2008.

3.6.3.5 Análise da intervenção efetuada

Os arquitetos pretenderam intervir no sentido de *“trazer um novo ciclo de vida ao monumento, uma nova interpretação do seu testemunho e acrescentar algum valor cultural ao nosso tempo.”*¹⁰¹

A transformação da pousada pelo castelo de Alcácer do Sal reflete a interpretação pouco clara do monumento. O monumento é um castelo ou um mosteiro? O sortido de monumentos centra-se nas muralhas do castelo, enquanto o projeto centra-se na valorização do claustro e do claustro como centro do espaço hoteleiro. Com efeito, o projeto acolhe trabalhos arqueológicos em diferentes épocas e visa respeitar e valorizar testemunhos de outras épocas. Com efeito, o conjunto patrimonial não é apenas um monumento, mas uma relíquia física do passado e do espaço que o insere. No entanto, a intervenção criou uma identidade ao sobrepor o edifício existente. O mosteiro estava em estado de abandono, antes da intervenção.

Quando o novo volume foi construído para completar o claustro, e mais dois volumes sobre o Coro Alto e a Torre de Alcáçova, as estruturas e leituras da antiga existência foram praticamente canceladas.¹⁰² Relativamente à leitura interna, a situação se repete. Por exemplo, a importância do coro alto foi esquecida quando um novo corpo de escada foi introduzido na intervenção, dando acesso ao piso da sala que se desenvolveu em torno do claustro. O coro alto é hoje um elemento importante na interpretação da igreja feminina.

Várias conclusões podem ser tiradas do facto de este conjunto - o castelo, o mosteiro e o novo edifício - ter sido convertido numa pousada. São três edifícios distintos histórica e funcionalmente, mas inseparáveis porque fazem parte de um todo. Embora se valorizem os vestígios da passagem e da ação humana, ou seja, através da criação do núcleo museológico, o processo de acolhimento da pousada não

¹⁰¹ Lisboa, julho 1998, Diogo Lino Pimentel, Pousada D. Afonso II, Enatur, p. 23.

¹⁰² Sobre este assunto, Susana Lobo refere que "a aparente marcação dos topos do claustro com a colagem de um novo volume sobre o coro de freiras e uma das torres da antiga fortaleza parece querer competir com a presença da cúpula da Igreja. E realmente cancelá-lo. Quanto ao resto, qualquer intervenção irá "apagar" o edifício existente. Cf., do autor, Pousadas de Portugal. Reflexões sobre a Arquitetura Portuguesa do Século XX, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 152.

compatibilizou os interesses de preservação do património com a utilização económica do espaço. A nova estrutura não gera valor residual explicativo - devido à sua forma diferenciada de leitura - mas tende a anular referências pré-existentes. Diferenças regionais são possíveis no paradigma geral da teoria da conservação no contexto da Carta de Veneza. Culturalmente, sua relevância, que deve ter precedência sobre tudo o mais, é negligenciada ou negligenciada aqui. A restauração é impulsionada principalmente por fatores económicos, nomeadamente a necessidade de expansão para atender às necessidades da operação hoteleira.¹⁰³

O do projeto de base, devidamente submetido à Direção-Geral do Turismo responsável pela apreciação, que facilitará a consulta às diversas entidades que tenham de se pronunciar sobre este trabalho. Paralelamente, prosseguem os necessários trabalhos de investigação arqueológica no local, prevendo-se, do ponto de vista arqueológico-histórico, uma riqueza de informação naquela que é considerada uma zona particularmente interessante e rica. Estudos arqueológicos e arquitetónicos, os primeiros revelando e explicando o passado amplo e variado, os segundos estabelecendo as condições para que um novo ciclo começar a usar o sítio e o restante da estrutura, demonstram que foram introduzidos ajustes e modificações relacionadas à fase anterior.

Em princípio, porém, nenhum desses fatores exigiria uma revisão radical das condições gerais propostas. Portanto, o projeto de execução constitui um desenvolvimento detalhado natural e necessário das fases anteriores. Obviamente, a fase final de execução do projeto teve de considerar não apenas os ajustes que foram impostos pela fase do projeto, mas também os ajustes que os alertas de pesquisa arqueológica podem justificar. Deve-se também reconhecer que o próprio trabalho revelou novos depósitos detalhando a justificativa para o ajuste.

E a cave foi maioritariamente ocupada por vestígios de edifícios anteriores, que em alguns casos ainda não foram identificados, a preservação foi importante. Por outro lado, mas pela mesma razão, os contratos de construção foram executados com especial cuidado e técnicas adequadas para evitar danos desnecessários a elementos edificadas desconhecidos ou ocultos, possivelmente até em relação a possíveis vestígios arqueológicos, as escavações em curso revelaram isso.

Da mesma forma, o estudo cuidadoso das instalações dos estaleiros para preservar os vestígios arqueológicos, foi levado em consideração. Isto é especialmente sensível para instalações de guindastes. Da mesma forma que a escavação, para que não se percam possíveis elementos arqueológicos. É quase evidente que estes trabalhos foram acompanhados, permanentemente por uma equipa arqueológica que trabalhou estas questões no local, os seus contributos também não foram dispensáveis em termos de intervenções nos edifícios acima do solo.

O projeto pode definir-se como o restauro das ruínas do antigo mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli, situado no antigo castelo de Alcácer do Sal, para instalação das instalações hoteleiras do grupo. A construção das paredes de alvenaria também foi feita com especial cuidado, foi baseada em paredes existentes, algumas das quais necessitaram de reforço prévio, esses prolongamentos das fachadas internas foram reparados conforme as técnicas descritas nas condições técnicas. Geralmente, todos os silhares antigos, mesmo os cantos, serão cobertos pela última barra de aço inserida nas paredes em que se encontram. Como a única execução onde o cunhal pode ser visto, a execução está localizada no átrio do restaurante dos convidados.

Os acabamentos interiores cumprem os requisitos específicos de um estabelecimento hoteleiro da categoria Pousadas, ou seja, ter um nível de luxo, e naturalmente os materiais serão de qualidade suficiente e a sua colocação ou execução deverá ser compatível com as necessidades desse nível. Tetos, estruturas em

¹⁰³ "O ambiente e alguns cômodos adjacentes, incluindo cozinha, refeitório e sala capitular, já foram incorporados ao esquema de funcionamento da pousada. No entanto, ainda tendo em conta as exigências da operação hoteleira, foi necessário expandir a área coberta e assegurar a construção de uma "nova obra", linguisticamente menos agressiva e bem assimilada volumetricamente, embora neomoderna nos seus contornos, assumindo um recorte local entre a pré-existência dos séculos XVI, XVII e um empreendimento contemporâneo do século XX, segundo a Carta de Veneza." Ver AA.VV., ob. cit., pp. 74-75.

madeira e revestimentos na recepção e igreja. A grande escala principal também chama a atenção, com estruturas metálicas, degraus e grades de madeira. Quanto à cobertura, são aplicados dois tipos de revestimentos, portanto, também colocados. Outros têm edifícios revestidos e esculturas à base de placas de fibrocimento. As telhas cerâmicas utilizadas são do tipo canudo e devem ser coloridas, produzindo diferentes tonalidades dependendo da cozedura. Outros corpos terão sobreposições de chapas metálicas.

Nas coberturas de telha dotadas de beiral, foi necessário garantir a correta execução do beiral, ou seja, na transição entre telhado e beiral, para evitar rigidez indesejada. Estabelecer o princípio de que todas as obras são realizadas, com uma boa justificação de segurança, nada do que existe deve ser demolido até que todos os pressupostos de restauração, consolidação e integração tenham sido considerados. O projeto prevê alguma extensão nas alturas de alguns muros de protesto que não podem receber novos locais. Os testes foram realizados no local conforme indicado antes da implementação dos revestimentos de parede externa. Relatórios técnicos e profissionais especiais que se anexou, alguns acompanhados por especialistas indicados pelo proprietário do trabalho. No entanto, o revestimento de corpos construtivos inteiramente novos será realizado com a tecnologia atual, mais alinhada com o seu próprio projeto, a indução perfeita deve ser feita conforme as especificações anexas e as especificações relatadas.

O restauro dos elementos de cantaria, nomeadamente os vãos, bem como o restauro dos relevos que decoram o ninho existente e a própria limpeza da cantaria que cobre o corpo principal da igreja foram efetuados por um técnico especializado designado pelo dono da obra. O mesmo perito foi efetivamente protegido no decorrer do trabalho. No entanto, nenhum desses fatores foi preciso ser radicalmente alterado. Em princípio, é proposto como um conceito geral. Portanto, o projeto de execução constitui um desenvolvimento detalhado natural e necessário das fases anteriores. Note-se que o trabalho que foi realizado não ficou imune a contingências, não só porque inclui a interrogação de elementos constituídos por diferentes materiais, tecnologias e estudos de conservação, mas também porque o subsolo foi ocupado por resquícios de edifícios anteriores, em alguns casos não identificados, a preservação pode ser importante.

Por outro lado, mas pelo mesmo motivo, o contrato de construção teve que ter cuidados especiais e técnicas adequadas para evitar danos desnecessários aos elementos construtivos encontrados ou ocultos, e na mesma relação, quaisquer vestígios arqueológicos não descobertos no processo de escavação.

3.6.3.6 Elementos fotográficos antes da intervenção



FIGURA 34- A VISTA DE CONJUNTO; B MOSTEIRO E COBERTURA DO CLAUSTRO; C CLAUSTRO; D IGREJA EM RUÍNA; E MURALHA DO CASTELO; F ESCAVAÇÕES; G VISTA DE CONJUNTO.



FIGURA 35- A ESCAVAÇÕES PERTO DO MOSTEIRO; **B** MOSTEIRO EM RUÍNA; **C** MOSTEIRO EM RUÍNA; **D** EDIFÍCIO EM RUÍNA.

3.6.3.7 Elementos fotográficos durante a intervenção



FIGURA 36- A CLAUSTRO / ESTRUTURA MUSEU; **B** CASTELO E MOSTEIRO: OBRA; **C** ARRANJOS NO MOSTEIRO; **D** ESTRUTURA DA COBERTURA DA IGREJA; **E** RECONSTRUÇÃO DA ZONA ESTE; **F** DEMOLIR HABITAÇÃO ABANDONADA; **G** RECONSTRUÇÃO DA MURALHA; **H** VISTA GERAL DA OBRA.



FIGURA 37- A CLAUSTRO / AMPLIAÇÃO; **B** RECONSTRUÇÃO DE UMA ZONA DO CLAUSTRO; **C** ARRANJOS NO MOSTEIRO; **D** NUMA FASE MAIS AVANÇADA. ARRANJOS NA ZONA NORTE DA Pousada; **E** RECONSTRUÇÃO DA ZONA LATERAL DA IGREJA.



FIGURA 38- A RECONSTRUÇÃO DE UM DOS ARCOS; **B** OBRA: CORO-ALTO; **C** RECONSTRUÇÃO DA MURALHA; **D** CLAUSTRO: PISO 0; **E** CLAUSTRO / CONSTRUÇÃO NOVA; **F** RECONSTRUÇÃO DE UM DOS ARCOS; **G** CONSTRUÇÃO NOVA / MOSTEIRO; **H** CLAUSTRO / CONSTRUÇÃO NOVA.

3.6.3.8 Elementos fotográficos depois da intervenção

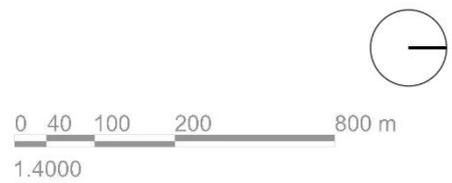


FIGURA 39- A FACHADA PRINCIPAL; B IGREJA VISTA POR FORA; C ZONA EXTERIOR PERTO DAS MURALHAS; D CLAUSTRO; E IGREJA POR DENTRO; F ZONA DA PISCINA.

3.6.3.9 Ortofotomapa



FIGURA 40- ORTOFOTOMAPA



3.6.3.10 Evolução da construção

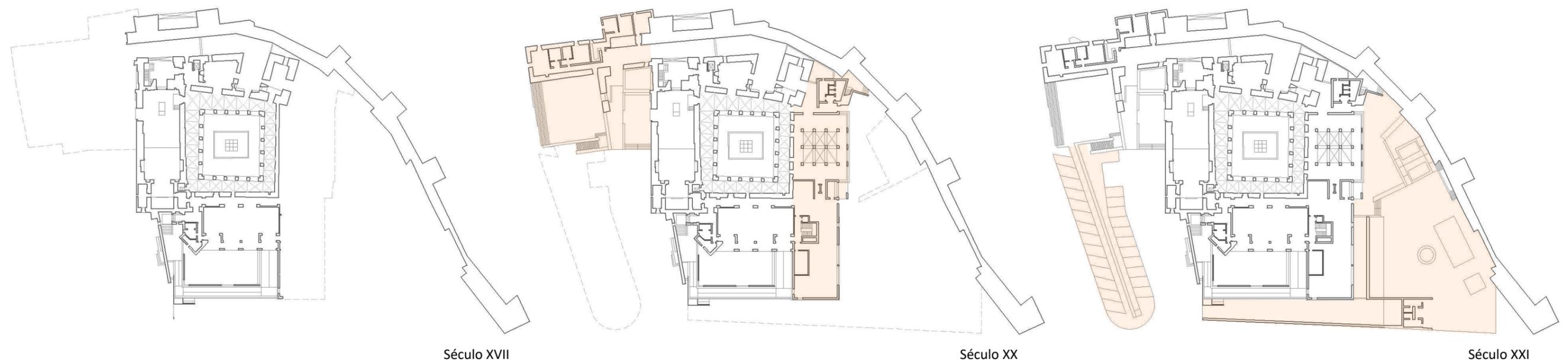


FIGURA 41- PLANTAS DO PISO 1. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO: ATÉ AO SÉCULO XVIII, ATÉ AO SÉCULO XX E PRESENTE.



3.6.3.11 Elementos Gráficos

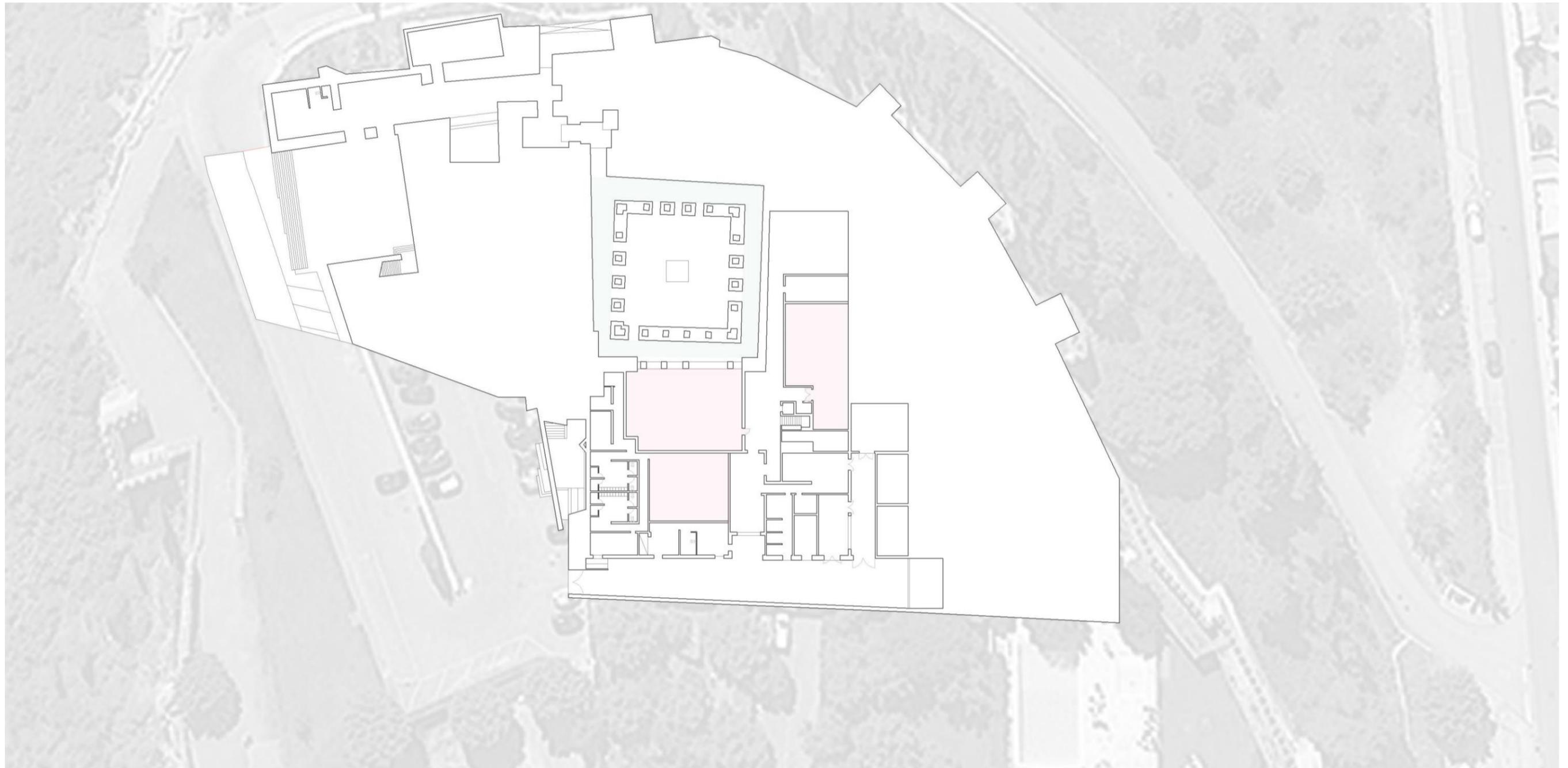
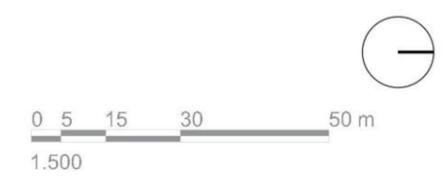


FIGURA 42- PLANTA PISO 0

- Claustro
- Zonas Comuns



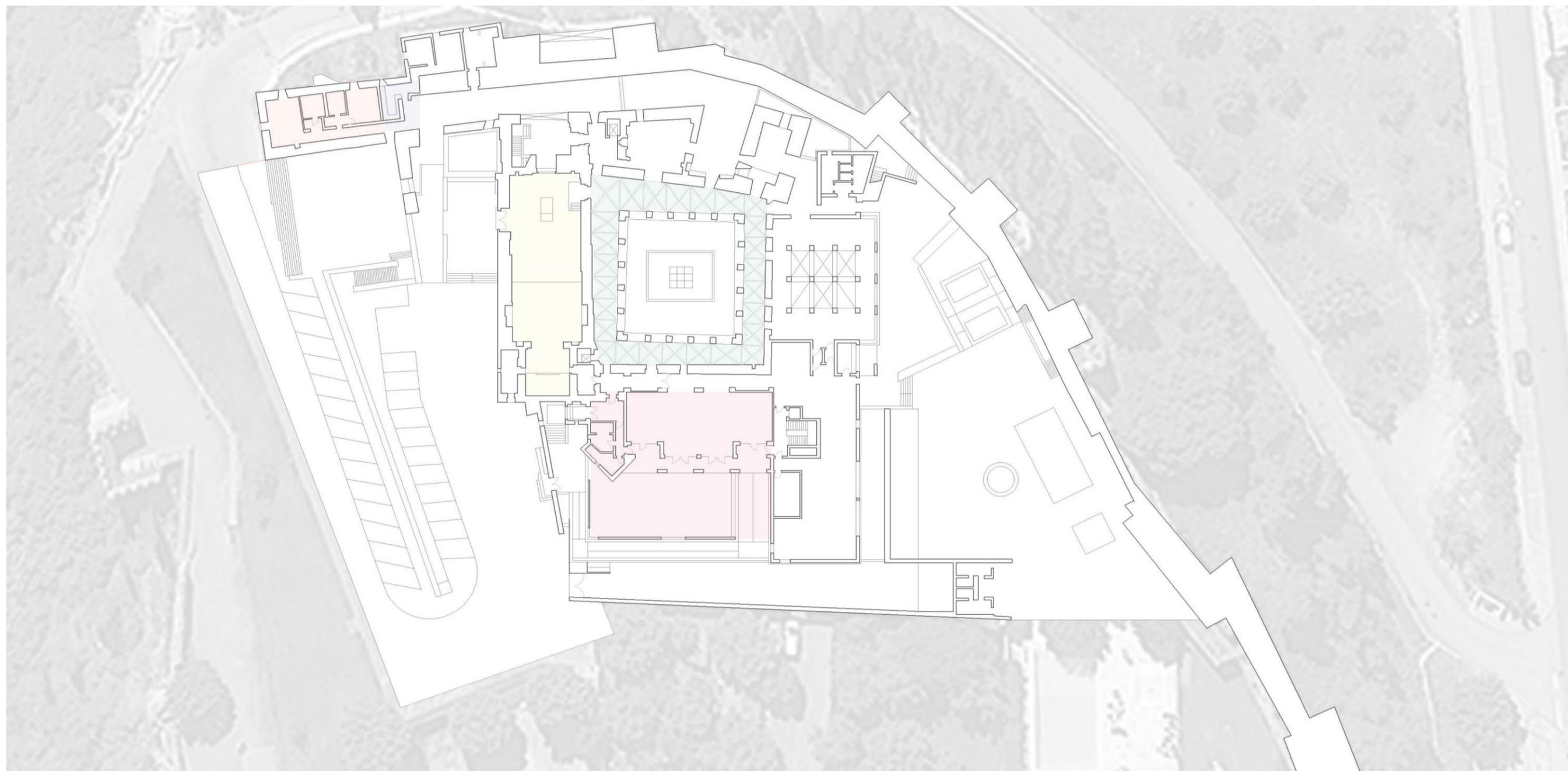
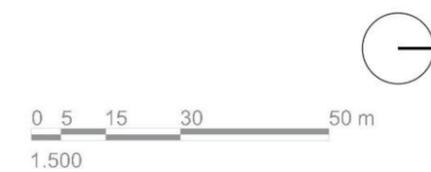


FIGURA 43- PLANTA PISO 1

- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns
- Recepção



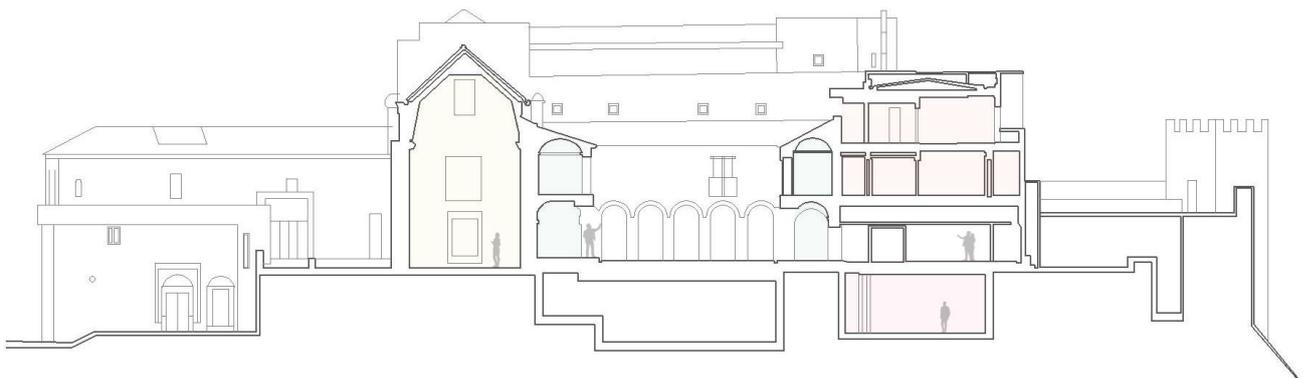
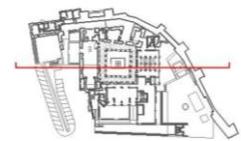


FIGURA 44- CORTE LONGITUDINAL



- Igreja
- Claustro
- Quartos
- Zonas Comuns

0 5 15 30 50 m
1.500

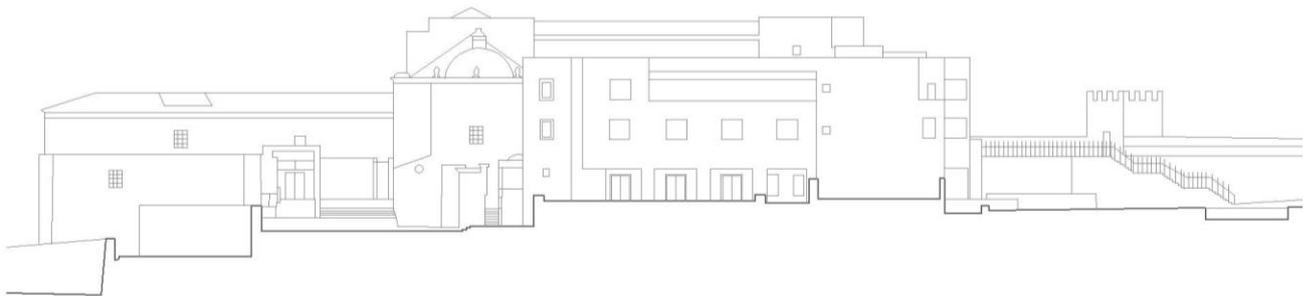
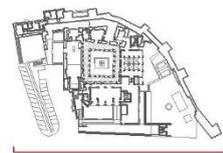


FIGURA 45- ALÇADO PRINCIPAL



Capítulo 4. Cartas e Recomendações Internacionais em Relação às Pousadas

As cartas ao longo do tempo tiveram a sua importância, sendo publicadas conforme as medidas que eram necessárias na sua época. Com a evolução que houve, a lista de cartas, recomendações e convenções internacionais cresceu ao longo dos anos para beneficiar a reconversão, a conservação, a reabilitação e Intervenção no Património.

As pousadas que estudamos estão divididas em três fases distintas, desta forma, cada fase tem um número específico de cartas que foram usadas.

TABELA 3- CARTAS RESPECTIVAS PARA CADA FASE

POUSADAS	CARTAS
<p>FASE I [1950-1989]</p> <p>ÉVORA POUSADA DOS LÓIOS [1957-1963]</p>	<p>Carta de Atenas [1931]</p>
<p>FASE II [1990-1996]</p> <p>CRATO. POUSADA FLOR DA ROSA [1990-1995]</p>	<p>Carta de Atenas [1931] Carta de Veneza [1964] Cata Turismo Cultural [1976] Documento de Nara [1994] Carta de Lisboa [1995]</p>
<p>FASE III [1997-2003]</p> <p>VILA VIÇOSA. POUSADA D. JOÃO IV [1993-1997] ARRAIOLOS. POUSADA DA NOSSA SRA. DA ASSUNÇÃO, [1995-1997] ALCÁCER DO SAL. POUSADA D. AFONSO II [1995-1998]</p>	<p>Carta de Atenas [1931] Carta de Veneza [1964] Documento de Nara [1994] Cata Turismo Cultural [1976] Carta de Lisboa [1995] Carta internacional sobre o turismo cultural – ICOMOS [1999]</p>

TABELA 4- AS CARTAS QUE MELHOR CORRESPONDEM PARA CADA PROJETO

	PROJETOS	CARTAS +
FASE I	ÉVORA POUSADA DOS LÓIOS [1957-1963]	Carta de Atenas [1931]
FASE II	CRATO. POUSADA FLOR DA ROSA [1990-1995]	Carta de Atenas [1931] Carta de Veneza [1964]
FASE III	Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997] Arraiolos. Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997] Alcácer do Sal. Pousada D. Afonso II [1995-1998]	Carta de Atenas [1931] Carta de Veneza [1964] Carta internacional sobre o turismo cultural – ICOMOS [1999]

A carta que melhor corresponde para os 5 projetos é carta de Atenas de 1931, por ser o documento, como primeira ação normativa internacional, integralmente direcionado para a questão do restauro no património histórico, tem como principal objetivo, entre outros, propor como forma de preservação e conservação dos monumentos a sua manutenção natural, em vez da respetiva reconstituição. Para além de definir os princípios essenciais para o restauro no património histórico, a Carta de Atenas, ao longo de sete artigos, constitui também todo um conjunto de medidas legislativas e administrativas referentes aos monumentos históricos, ao papel da educação no respeito pelos legados materiais e a importância e interesse da documentação internacional enquanto meio de colaboração entre os diferentes países envolvidos.

A carta de Veneza, publicada, em maio de 1964, foi aplicada em todos os projetos, na medida que esta carta direciona-se também para a formulação de princípios orientadores das intervenções de conservação e de restauro de monumentos históricos.

A Pousada D. Afonso II em Alcácer do Sal teve uma carta que teve uma aplicação muito importante no desenvolvimento do projeto, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, que tem como tema, “Conservar a autenticidade do sítio”. Porque o projeto teve que considerar não apenas os ajustes impostos pela fase atual do projeto.

4.1. Évora | Pousada dos Lóios [1957-1963]

Todas as alterações seguiram rigorosamente a linguagem do caráter do edifício, conforme o conceito do seu projeto original. Se inserir um edifício histórico no centro histórico, é importante manter a sua imagem estética, a pintura do edifício é um dos problemas enfrentados pelos técnicos da área da conservação atualmente.

“Valorização dos monumentos, no que se refere à construção de raiz, aconselhando-se que a escolha dos locais não seja demasiado próxima dos monumentos.”

(Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos, 1931.) No âmbito da conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos. E organismo do Serviço Internacional de Museus.

A limpeza das paredes exteriores não foi muito agressiva, as paredes foram escovadas a seco com uma escova de dureza média. Os locais onde a sujidade é difícil de remover foram limpos com água a baixa pressão. E esfumar e escovar com um pincel macio em simultâneo.

“Técnicas de Conservação. Realização de análises minuciosas às patologias existentes nos edifícios.”

(Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos, 1931.) No âmbito da conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos. E organismo do Serviço Internacional de Museus.

O projeto original visando uma melhor e mais plena ocupação do espaço e melhor aproveitamento, melhor e mais plena ocupação do espaço e melhor aproveitamento das suas atuais funções hoteleiras.

“Salvaguarda dos valores arquitetónicos do património histórico das cidades, nomeadamente dos edifícios isolados ou conjuntos urbanos.”

(Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, 1933) No âmbito da CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna).

TABELA 5-PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA DOS LÓIOS

	Évora Pousada dos Lóios [1957-1985]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE ATENAS	<p>RESPEITO PELA OBRA</p> <p>As tarefas realizadas consistiram na consolidação dos silhares e aduelas destacadas nas janelas, e a eliminação da vegetação que cobriam as Ruínas respeitando o conjunto de construção.</p> <p>ANASTILOSE</p> <p>As aduelas originais foram destacadas das janelas que são reintegradas, embora não se saiba se esta técnica é totalmente rigorosa na sua aplicação. Não é possível estabelecer um juízo de valor devido à escassa documentação técnica sobre esta intervenção.</p> <p>MATERIAL NOVO RECONHECIDO</p> <p>A maioria da obra é constituída em pedra, no momento da realização destes trabalhos é possível diferenciar se há adição de novos materiais, porém, os arquitetos responsáveis não levaram em conta que com a passagem de tempo vai ser perceptível identificar as características desses materiais.</p> <p>USO DE MATERIAIS NOVOS</p> <p>Cimento foi usado, conforme era permitido pela Carta de Atenas nas obras consolidação de ruínas.</p>
NORMATIVA	
LEI 1933	<p>CONSERVAÇÃO VERSUS RESTAURAÇÃO</p> <p>De acordo com o título do projeto, são realizadas obras de conservação e restauro, mas não existem especificações específicas sobre como cada um deles é realizado.</p> <p>DEMOLIÇÃO PROIBIDA</p> <p>Paredes divisórias e um lance de escadas foram demolidos com a justificativa de ter uma maior visibilidade sobre os visitantes.</p>

ADIÇÕES RECONHECÍVEIS

Como foi dito anteriormente, não se sabe se a anástilose realizada é rigorosa na sua execução, ou se há partes integradas que não são reconhecíveis ao longo do tempo. Seria necessário realizar um estudo e uma análise, sítio arqueológico em maior profundidade para avaliar as ações realizadas.

4.2. Crato | Pousada Flor da Rosa [1990-1995]

Houve um grande cuidado no restauro do mosteiro, mas em especial na igreja, onde foram usados muitas técnicas de conservação para manter e restauro o edifício original que é do século XV

“Técnicas de Conservação. Realização de análises minuciosas às patologias existentes nos edifícios, sendo que no caso de sítios arqueológicos estas deverão ser realizadas pelos arqueólogos.”

(Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos, 1931.) No âmbito da conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos. E organismo do Serviço Internacional de Museus.

As paredes foram escovadas a seco com uma escova de dureza média. Os locais onde a sujidade era difícil de remover foram limpos com água a baixa pressão. E escovar com um pincel macio ao mesmo tempo.

“Possibilidade de uso de técnicas modernas sempre que as tradicionais se revelem inadequadas.”

(Carta de Veneza, 1964). No âmbito II Congresso de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Histórico. Restauro dos monumentos (Art. 10.º)

A colocação da maior parte dos quartos fora do edifício pré-existente mostra um certo cuidado em problemas futuros, como conservação e manutenção.

“Insere os monumentos e sítios no contexto do turismo cultural entendendo, os benefícios que este poderá exercer na sua conservação e manutenção.”

(Carta sobre o Turismo Cultural, 1976). No âmbito do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo. E com o organismo ICOMOS.

O monumento sempre foi mantido num contexto do turismo cultural, pelo facto de a igreja ainda ser ainda utilizada, e exposições que acontecem frequentemente no convento, tentando sempre dinamizar o turismo e dando vida ao monumento.

“Insere os monumentos e sítios no contexto do turismo cultural entendendo, os benefícios que este poderá exercer na sua conservação e manutenção.”

(Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural, 1994). No âmbito da Conferência sobre a autenticidade em relação à convenção do Património mundial. E com o organismo UNESCO, ICCROM E ICOMOS.

TABELA 6- PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA CONVENTO FLOR DA ROSA

	Crato. Pousada Flor da Rosa [1990-1995]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE VENEZA	<p>MANUTENÇÃO</p> <p>Nenhum trabalho de manutenção é atualmente realizado.</p> <p>CONSERVAÇÃO</p> <p>Não é cumprido, as ações que são realizadas não são adequadas nas medidas de conservação de um monumento. Estes são realizados para adaptar o uso do espaço às novas funções.</p> <p>USO DE TÉCNICAS MODERNAS QUANDO AS TÉCNICAS TRADICIONAIS SÃO INADEQUADAS</p> <p>Desconhece-se como são realizadas estas obras de remodelação interior.</p> <p>RESPEITO A TODOS OS TEMPOS</p> <p>Houve um respeito enorme, porque não houve grandes alterações na base edifício original ao longo do tempo.</p> <p>COMPLEMENTOS PROIBIDOS</p> <p>Um porão e um segundo andar são adicionados ao volume original, na zona norte.</p>
NORMATIVA	
LEI 1933	<p>PREFERÊNCIA PARA O USO DE TÉCNICAS E MATERIAIS TRADICIONAIS</p> <p>Em alguns casos foi necessário o uso de técnicas tradicionais, principalmente com as paredes.</p> <p>REVERSIBILIDADE</p> <p>Os trabalhos realizados não eram incompatíveis.</p>

4.3. Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997]

Houve a necessidade de manter a estrutura das antigas latrinas do convento, de mármore, localizadas no torreão, em que foram planeadas a entrada e receção da pousada, e servindo como uma extensa torre aérea, sustentada por infraestrutura em arcadas com rede de esgoto e vazão de água, por sua vez ligado ao córrego, inclusive o é identificado como um sistema hidráulico de especial importância e que, certamente será mais conveniente preservar e recuperar.

“Conservação de monumentos e cooperação internacional, no que diz respeito à conservação do património artístico e arqueológico da humanidade, responsabilizando as populações do papel da sua salvaguarda e procedendo ao inventário dos monumentos por cada Estado membro.”

Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos (1931). No âmbito da Conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos, e no organismo Serviço Internacional de Museus.

Pode ser considerada uma intervenção defensável em todo o mundo, pois respeita as principais diretrizes dos textos internacionais sobre património arquitetónico.

“Respeito pelas diferentes épocas e no caso de eliminação de elementos de um estilo em detrimento de outro, a situação deve ser justificada com argumentos plausíveis.”

(Carta de Veneza, 1964). No âmbito do II Congresso de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Restauro dos monumentos (Art.11.º)

Foi criada uma dupla funcionalidade interna, permitindo aos utentes da pousada e potenciais visitantes usufruir do ambiente intacto do antigo mosteiro, com um claro valor patrimonial.

“Considera o turismo como uma atividade que exerce influência sobre os Monumentos e sítios, portanto deve ser estudado com especial cuidado e tendo em conta o contexto no qual se insere.”

(Carta sobre o Turismo Cultural, 1976). No âmbito do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, e do organismo ICOMOS.

Todas as alterações foram analisadas num contexto espacial, o que passou a fazer parte da metodologia global da abordagem à Remodelação de um edifício, funcionalmente, quer espacial, estrutural e volumétrico.

“Estudo do património para afirmação dos seus valores patrimoniais e de autenticidade.”

(Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural, 1994). No âmbito da Conferência sobre a autenticidade relativamente à convenção do Património mundial, e do organismo UNESCO, ICCROM E ICOMOS.

TABELA 7- PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA D. JOÃO IV

	Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
ICOMOS	<p>EQUIPAS MULTIDISCIPLINAR</p> <p>Nenhuma equipa multidisciplinar foi formada, possivelmente devido à falta de organização dos trabalhos.</p> <p>REVERSIBILIDADE</p> <p>Os trabalhos de reparação do telhado realizado respeitam o conceito de reversibilidade.</p> <p>COMPATIBILIDADE DE MATERIAIS</p> <p>Não houve incompatibilidade entre os materiais existentes e os incorporados.</p> <p>SEM ELIMINAÇÃO/ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS E/OU MATERIAIS</p> <p>Apenas os elementos em mau estado foram substituídos por outros com as mesmas características.</p>
NORMATIVA	
LEI 1933	<p>CONSERVAÇÃO</p> <p>Não é o caso, é realizada uma reforma do monumento incompatível com a conservação.</p> <p>DEMOLIÇÃO PROIBIDA</p> <p>Não temos conhecimento de que seja efetuada qualquer demolição, se o seu estado de ruína implicar a necessidade de demolir algum elemento ou, pelo contrário, bastou reconstruir.</p>

TABELA 8- PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA D. JOÃO IV

	Vila Viçosa. Pousada D. João IV [1993-1997]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE VENEZA	<p>MANUTENÇÃO</p> <p>As tarefas realizadas estão nas tarefas de manutenção, buscando retardar a deterioração do monumento.</p> <p>CONSERVAÇÃO VERSUS RESTAURAÇÃO</p> <p>A substituição da cobertura está na conservação preventiva da edificação, conforme ação sistemática de salvaguarda do bem cultural.</p> <p>USO DE TÉCNICAS MODERNAS QUANDO AS TÉCNICAS TRADICIONAIS SÃO INADEQUADAS</p> <p>A estrutura é revestida com placas de fibrocimento aparafusadas à placa, buscando a estanquidade.</p> <p>RESPEITO POR TODAS AS ÉPOCAS</p> <p>Apenas são substituídos os elementos em mau estado de conservação, como os beirais de madeira.</p> <p>COMPLEMENTOS PROIBIDOS</p> <p>São realizados apenas trabalhos de conservação, nos quais não se contemplam acréscimos.</p>

4.4. Arraiolos. Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997]

No âmbito do acompanhamento dos trabalhos realizados no Convento dos Loios em Arraiolos, motivados pela adaptação deste edifício à Pousada. Foi urgente definir com precisão quais áreas do claustro passaram por passagens subterrâneas para programar escavações adequadas. Para a desejada manutenção do piso original, que reproduz de facto a estrutura tumular do claustro delineada pelos túmulos individuais, foram tomadas todas as precauções na marcação e manutenção das lajes retiradas voltadas para as suas traseiras. Foi útil comentar o interesse da ENATUR na conservação da futura Pousada encontrada nos tesouros da coleção de cerâmica comum. Houver tal interesse, sendo necessário realizar uma restauração adequada por pessoal competente.

“Técnicas de Conservação. Realização de análises minuciosas às patologias existentes nos edifícios, sendo que no caso de sítios arqueológicos estas deverão ser realizadas pelos arqueólogos.”

(Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos, 1931). No âmbito da conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos. E organismo do Serviço Internacional de Museus.

Foi respeitado a memória do lugar, as intervenções evocaram os mesmos princípios de silêncio e reflexão, no sentido de que o mosteiro assumiu uma função diferente, mas continuou a incentivar rituais semelhantes de recolhimento. Neste caso, a relação simbiótica entre o antigo e o novo foi reforçada pelo uso criterioso dos materiais. O uso do branco, que lembra o estuque do Alentejo, enriqueceu a planta do mosteiro num jogo de tons, ao mesmo tempo que empresta materiais existentes da antiga construção para unificar todo o esquema, como o granito cinzento e as páginas verdes em xisto.

“Salvaguarda dos valores arquitetónicos do património histórico das cidades, nomeadamente dos edifícios isolados ou conjuntos urbanos.”

(Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, 1933). No âmbito do CIAM.

Numa forma de olhar com alguma liberdade para a evolução do edifício, o arquiteto assume que o mosteiro sofreu várias alterações/adições ao longo do tempo, não pretendeu alterar a estrutura espacial do edifício existente, mas dotá-lo de Continuidade, Natureza. Neste sentido, para concretizar o extenso programa das unidades hoteleiras, a ampliação prevista está perfeitamente integrada com os conceitos tradicionais e modernos da arquitetura portuguesa.

“Consciência para a ideia de alargamento do conceito do património tendo em consideração a envolvente, tradições e história, condições sociais e humanas.”

(Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975). No âmbito do Congresso sobre o Património Arquitetónico Europeu realizado em Amesterdão no ano de 1975. E o organismo do Conselho da Europa.

A pousada desenvolve-se em torno do claustro, já do final do século XVI, em torno do qual se desenvolvem as antigas dependências monacais, assim como a Igreja, e um novo espaço, bastante maior e cuidadosamente fechado pela proposta do arquiteto.

“Proceder à investigação histórica e sociológica.”

(Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada, 1995). No âmbito 1.º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana em Lisboa, Identidade dos Núcleos Históricos (Artigo 2).

TABELA 9- PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA DA NOSSA SRA. DA ASSUNÇÃO

	Arraiolos. Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE ATENAS	<p>RESPEITO PELO TRABALHO</p> <p>Não é cumprido no momento em que se realiza uma ampliação no rés-do-chão do imóvel.</p> <p>ANASTILOSE</p> <p>Não se sabe se a anastilose é realizada em algum dos trabalhos realizados, porém é pouco.</p> <p>NOVO MATERIAL RECONHECÍVEL</p> <p>A fachada principal norte é feita com os mesmos materiais já utilizados, de modo que, com o passar do de tempo, a parte ampliada não será reconhecida.</p> <p>USO DE MATERIAIS MODERNOS</p> <p>O cimento é utilizado para adequar a Sala da Tesouraria para garantir a sua segurança, não com o propósito de consolidar a Carta de Atenas como um marco, embora isso permaneça escondido por revestimento.</p>
NORMANTIVA	
LEI 1995	<p>RELATÓRIO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA ARTÍSTICA E HISTÓRICA</p> <p>Todos os murais foram conservados.</p> <p>RESPEITO PELAS CARACTERÍSTICAS VOLUMÉTRICAS E ESPACIAIS</p> <p>Essas tarefas não interferem nas características volumétricas e espaciais do monumento.</p> <p>RESPEITO PELAS CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS TEMPOS</p> <p>Cumpre-se; tanto as peças de arte como a placa cerâmica permanece as originais, apenas são alteradas as peças que estão danificadas.</p>

	Arraiolos. Pousada da Nossa Sra. da Assunção, [1995-1997]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE VENEZA	<p>MANUTENÇÃO</p> <p>Um espaço interior é modificado para adaptá-lo a novas funções designado.</p> <p>CONSERVAÇÃO</p> <p>As obras realizadas enquadram-se no âmbito do imóvel às novas funções que irá desempenhar.</p> <p>USO DE TÉCNICAS MODERNAS QUANDO AS TÉCNICAS TRADICIONAIS SÃO INADEQUADAS</p> <p>Não há documentação que especifique que tipo de técnicas são utilizadas na adaptação do prédio.</p> <p>RESPEITO A TODOS OS TEMPOS</p> <p>Foram realizadas várias demolições e modificações que indicam que não houve respeito pela obra.</p> <p>COMPLEMENTOS PROIBIDOS</p> <p>Nenhuma adição é feita nesta reforma.</p>

4.5. Alcácer do Sal. Pousada D. Afonso II [1995-1998]

Porque a cave foi maioritariamente ocupada por vestígios de edifícios anteriores, que em alguns casos ainda não foram identificados, a preservação foi importante. Por outro lado, mas pela mesma razão, os contratos de construção foram executados com especial cuidado e técnicas adequadas para evitar danos desnecessários a elementos edificados desconhecidos ou ocultos, possivelmente até em relação a possíveis vestígios arqueológicos.

“Salvaguarda dos valores arquitetónicos do património histórico das cidades, nomeadamente dos edifícios isolados ou conjuntos urbanos.”

(Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, 1933). No âmbito do CIAM.

O projeto pode definir-se como o restauro, renovação e ampliação das ruínas do antigo mosteiro de Nossa Senhora de Aracoeli, situado no antigo castelo de Alcácer do Sal, para instalação das instalações hoteleiras do grupo.

“Consciência para a ideia de alargamento do conceito do património tendo em consideração a envolvente, tradições e história, condições sociais e humanas.”

(Carta Europeia do Património Arquitetónico, 1975). No âmbito do Congresso sobre o Património Arquitetónico Europeu realizado em Amesterdão no ano de 1975. E o organismo do Conselho da Europa.

A construção das paredes de alvenaria também foi feita com especial cuidado, foi baseada em paredes existentes, algumas das quais necessitaram de reforço prévio, esses prolongamentos das fachadas internas foram reparados conforme com as técnicas descritas nas condições técnicas.

“Técnicas de Conservação. Realização de análises minuciosas às patologias existentes nos edifícios, sendo que no caso de sítios arqueológicos estas deverão ser realizadas pelos arqueólogos.”

(Carta de Atenas sobre o restauro dos monumentos, 1931). No âmbito da conferência de Atenas sobre o restauro dos monumentos. E organismo do Serviço Internacional de Museus.

Ajustes e alterações adicionais foram introduzidos à medida que as opiniões ou recomendações contidas no parecer da entidade consultada tornaram-se conhecidas.

Em princípio, porém, nenhum desses fatores exigiria uma revisão radical das condições gerais propostas. Portanto, o projeto de execução constitui um desenvolvimento detalhado natural e necessário das fases anteriores. Obviamente, a fase final de execução do projeto considerou não apenas os ajustes que podem ser impostos pela fase atual do projeto, mas também os ajustes que os alertas de pesquisa arqueológica.

“Conservar a autenticidade do sítio.”

(Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, 1999). No âmbito da 12.ª Assembleia Geral do ICOMOS no México, e com o organismo ICOMOS.

TABELA 10- PORMENORIZAÇÃO DAS CARTAS SOBRE A POUSADA D. AFONSO II

	Alcácer do Sal. Pousada D. Afonso II [1995-1998]
RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	Indicadores
CARTA DE VENEZA	<p>MANUTENÇÃO</p> <p>As obras realizadas inserem-se na reabilitação de um edifício degradado e privado de funcionalidade.</p> <p>CONSERVAÇÃO</p> <p>Com base na documentação consultada, o mau estado dos imóveis implica obras de reparação.</p> <p>USO DE TÉCNICAS MODERNAS QUANDO AS TÉCNICAS TRADICIONAIS SÃO INADEQUADAS</p> <p>É escolhida uma estrutura metálica, mais leve que as tradicionais paredes portantes, devido à fragilidade das paredes existentes e as patologias que dela possam originar no futuro.</p> <p>RESPEITO A TODOS OS TEMPOS</p> <p>Apenas as fachadas e a parede divisória são respeitadas, devido às suas características construtivas.</p> <p>COMPLEMENTOS PROIBIDOS</p> <p>Um porão e um segundo andar são adicionados ao volume original.</p>
NORMANTIVA	
LEI 1933	<p>PREFERÊNCIA PARA O USO DE TÉCNICAS E MATERIAIS TRADICIONAIS</p> <p>Foram utilizados materiais tradicionais como madeira e telhas curvas, e fibrocimento como material moderno, sendo fixado à estrutura por meio de parafusos de ferro galvanizado.</p> <p>REVERSIBILIDADE</p> <p>Os trabalhos realizados não eram compatíveis com o conceito de reversibilidade.</p>

Capítulo 5. Considerações Finais

Esta investigação, é sobre as Pousadas de Portugal e do seu património arquitetónico e, ao mesmo tempo, procura compreender como se deram novos usos a edifícios de valor cultural pré-existentes, num estado de abandono, degradação e ruína que se registou desde o século XIX até finais do século XX. Além do estudo de várias cartas e recomendações internacionais para a qual dedicamos parte desta pesquisa, a dissertação procura compreender como se processa a proteção do património arquitetónico. Estudamos as Pousadas de Portugal, como um programa que, apesar de o seu início marcado por construções de raiz, não tardou a olhar para os edifícios históricos já existentes e como os adaptar a unidades hoteleiras.

Intervir no património cultural que pertence a todos nós para adaptar a novos usos é um processo complexo e profundo que nunca deve ser minimizado. O principal objetivo é respeitar a identidade, a autenticidade e integridade dos seus atributos essenciais do seu valor. Importa conhecer a classificação e porque foi classificado. Importa proteger e salvaguardar as suas características essenciais para o seu valor cultural e patrimonial. Elaborar um projeto para um monumento público a partir de diferentes conceções e práticas de intervenção que ao longo do tempo, até às cartas e recomendações internacionais, que têm um papel importante para exsucção da profissão do arquiteto.

Estas cartas e recomendações internacionais dão-nos uma dimensão do estado atual do pensamento teórico coletivo sobre a conservação do património. Elas devem ser sempre entendidas como resultado e síntese das discussões realizadas até então por especialistas que tratam de diversos aspetos na proteção, e defesa com atenção aos valores de autenticidade do património material e imaterial.

O significado da desta convenção está na expressão unânime da comunidade científica no que diz respeito aos conceitos e métodos de intervir no património, destacando-se, no que diz respeito ao conceito de autenticidade.

É de extrema importância atualmente, a um arquiteto ter conhecimento das cartas e recomendações internacionais, porque dessa forma valoriza o passado que o edifício teve, protegendo a sua identidade.

A pertinência deste estudo no percurso académico no percurso de um jovem arquiteto é compreender como se pode contribuir para uma mais correta intervenção no enorme património histórico edificado do nosso país. Considerando o património edificado como um conjunto de camadas e fases de construção sobrepostas, resultantes da necessidade de atualização funcional ou da conjugação de gostos, interessa perceber como essas sobreposições são trabalhadas e mantidas no processo de intervenção.

A reutilização deste património como pousadas deu origem á criação de obras de cariz contemporâneas, no sentido de que importava cumprir um conjunto de novos requisitos com uma leitura crítica da arquitetura contemporânea, mas julgamos, que o conhecimento das cartas foi de grande importância e influencia no cuidado para com o valor cultural das preexistências patrimoniais e para a sua proteção.

Nestas cinco pousadas que analisamos, concluímos que, as suas respetivas intervenções, procuram beneficiar o próprio edifício pré-existente, muitas vezes uma construção leve, e uma identidade nova ao edifício, adaptando os espaços para melhorar a qualidade de vida, da população e da cidade.

Em alguns casos era urgente uma intervenção mais profunda, devido ao estado dos edifícios. A opção de adaptação a unidade hoteleira deve-se uma necessidade urgente de definir um novo rumo para estes edifícios com muita história para garantir a sua proteção, preservação e conservação, sem prejudicar a identidade, o significado e o valor do património.

Assim, a conversão de uso, embora represente um processo complexo, quando bem feito, proporciona maior vida útil à edificação. As peculiaridades de cada edifício histórico exigem abordagens

individuais e únicas, intervenções patrimoniais, metodologias e princípios distintos que levam à continuidade histórica do edifício, e que passam prioritariamente pela valorização e proteção do significado e da identidade do património.

De um modo geral, as pousadas destacam-se hoje na maioria dos casos, pela qualidade arquitetónica da intervenção, que contribuiu para a sua valorização, atualização do seu valor histórico e continuidade da memória.

Foi importante compreender o trabalho feito pelos autores das 5 intervenções estudadas, onde nos parece que as cartas e as recomendações internacionais tiveram quase sempre um grande peso. Também é importante que nas que intervenções futuras se tenha atenção ao uso das cartas e recomendações internacionais mais atuais para melhor intervir sobre a identidade, valor e passado do edifício.

Capítulo 6. Bibliografia

- AA. VV. – Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Lisboa: S.N.I., 1948.
- ALMEIDA, Elsa Maria Alves, “Reconversão do património: o caso das pousadas de Portugal”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidades Lusíada, 2018.
- BRANDÃO, Mariana Viterbo, “Pousadas de Portugal: três estudos de caso: Pousada de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- CHOAY, Françoise – A alegoria do património. Lisboa: Edições 70, 2008 DOCOMOMO Ibérico – Arquitetura Moderna e Turismo: 1925-1965, Fundação DOCOMOMO Ibérico - IV Congresso, Valência Novembro 2003.
- COUCEIRO – Urbanidade e Património. IGAPHE, 2000.
- CUNHA, Susana Sofia Silva Santos Barbosa, “As Fortificações de Estremoz. História, Arquitetura e Restauro. A Adaptação do Castelo a Pousada,”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2004.
- FERNANDES, José Manuel – “Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos”, in Caminhos do Património 1929-1999. Lisboa, DGEMN, 1999, p. 159-177.
- GRILO, Maria Inácia Teles – Caminhos do Património. Lisboa, DGEMN, 1999.
- LOBO, Susana – “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitetura portuguesa do século XX”, in Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 56-71.
- LOBO, Susana – Pousadas de Portugal. Reflexo da Arquitetura Portuguesa do séc. XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- LOPES, Flávio - Património arquitetónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais.
- LOPES, Flávio - Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção. Lisboa, 2014.
- MATOS, Cátia Almeida de, “Os boletins da Direção-Geral dos edifícios e monumentos nacionais. Entre a identidade nacionalista e as correntes europeias”, “. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 2019.
- NEMÉSIO, Vitorino – Sítios e Pousadas. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1974.
- PEREIRA, Paulo – “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado.”, in Portugal Arquitetura do Século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997, p. 99-110.
- PEREIRA, Paulo - Intervenções no Património 1995 – 2000, Lisboa, 2013.
- PEREIRA, Paulo – O Mosteiro da Flor da Rosa. Edição: EGESPAR/DRCALEN, 2008.
- PIMENTA, Anita Alves, “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira, Setembro 2015.
- PINHEIRO, Fábio Cristiano Ferreira, “Património e Pousadas Uma intervenção arquitetónica no Santuário de Nossa Senhora do Cabo”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, 2014.
- PRISTA, Marta Lalanda, “Discursos Sobre O Passado: Investimentos Patrimoniais Nas Pousadas De Portugal”, ., Tese de Doutoramento em Antropologia Especialização Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, junho de 2011.

RODRIGUES, Ana Carolina Lourenço, "Pousadas de Portugal A Repositioning and Differentiation Strategy". Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade Católica Portuguesa, junho 2015.

RODRIGUES, Luís André Lopes Barreto Gomes, "Arquitetura religiosa como paradigma: potencialidades dos mosteiros, o caso de Évora". Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade Lusíada, 2018.

SALVADOR, Ana Isabel Pais, "Estudo de Reversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada". Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade de Coimbra, agosto de 2009.

SALVADOR, Fernando Sanchez - História e Teoria da Conservação e Restauro. Lisboa, 2014.

SOUSA, Isabel Cristina Figueira de, "Intervir no Património: Reversão do Hospital do Desterro em Unidade Hoteleira". Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Universidade Técnico de Lisboa, Julho de 2013.

TOSTÕES, Ana – Os Verde Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50. Porto: FAUP Publicações, 1997.

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes, "Património: intervir ou interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro". Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, dezembro de 2009.

VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa, "Reabilitação e reversão de usos: o caso das pousadas como património". Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2008.

6.1. Sites

<https://www.icomos.pt/recursos/normas-internacionais>

<https://www.amnistia.pt/convencoes-e-tratados-internacionais-de-direitos-humanos/>

<https://www.pousadasportugal.com/Default.aspx?pousada-id=3&pousada-name=Pousada%20Arraiolos,%20Nossa%20Senhora%20da%20Assun%C3%A7%C3%A3o#!/pousada/Arraiolos-Nossa-Senhora-da-Assuncao>

http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

https://www.pestana.com/pt?gclid=Cj0KCQjw166aBhDEARIsAMEyZh7CjVfISfQsE2aqA-ogfQ3oK8o81R9QE2leTWqPyEvilds_8VUnCSEaAu0mEALw_wcB

<https://arqm.cm-evora.pt/index.php/>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>